



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina



2020

RELATÓRIO DE GESTÃO DO
PODER JUDICIÁRIO
INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE-SC 020/2015



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

RELATÓRIO DE GESTÃO DO
PODER JUDICIÁRIO
INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE-SC 020/2015
2020

Fevereiro de 2020

Sumário

Apresentação.....	4
Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	5
Rol de Responsáveis.....	6
Composição.....	7
Dirigentes (Biênio 2020/2022).....	11
Colegiados de Gestão.....	14
Indicadores Estratégicos.....	22
Produtividade.....	59
Contas Públicas.....	65
Gestão de Pessoas.....	96
Obras.....	100
Tecnologia.....	131
Transporte.....	138
Capacitação.....	140
Ações na Pandemia.....	143
Portfolio de Projetos.....	146
Indicação do Órgão de Imprensa Oficial.....	154
Controle Interno - Providências Adotadas No Período.....	155
Contratos e Convênios.....	185

Apresentação

Relatório de Gestão do exercício de 2020 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que este Tribunal de Justiça está obrigado, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal de 1988, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa n. 20/2015-TCE/SC.

Desembargador Ricardo Roesler

Identificação da Unidade Jurisdicionada

Unidade Jurisdicionada: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.845.701/0001-59

Endereço: Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208, Centro, Florianópolis, Santa Catarina , CEP 88020-901

Telefone: 3287-1000

Home: www.tjsc.jus.br

Legislação:

Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina – Lei Estadual n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, com alterações posteriores.

Rol de Responsáveis

Nome: Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço

CPF: 510.929.999-49

Endereço funcional: Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208, Centro, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88020-901

Telefone: 3287-2500

E-mail: presidente@tjsc.jus.br

Informações do cargo:

Natureza da responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015) – Autoridade máxima da unidade jurisdicionada

Nome do cargo: Presidente

Eleito pelo Tribunal Pleno na Sessão n. 391, do dia 6 de dezembro de 2017

Posse em 2/2/2018, Sessão Solene n. 392

Período de gestão no exercício: 2/2/2018 a 31/1/2020

Nome: Ricardo José Roesler

CPF: 311.246.909-72

Endereço funcional: Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208, Centro, Torre II, 8.º andar, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88020-901

Telefone: 3287-2500

E-mail: presidente@tjsc.jus.br

Informações do cargo

Natureza da responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015) – Autoridade máxima da unidade jurisdicionada

Nome do cargo: Presidente

Eleito pelo Tribunal Pleno na Sessão n. 415, do dia 4 dezembro de 2019

Posse em 31/1/2020, Sessão Solene n. 417

Período de gestão no exercício: 31/1/2020 a 1º/2/2022

Composição

Desembargadores

Pedro Manoel Abreu

Cláudio Barreto Dutra

Luiz César Medeiros

Sérgio Roberto Baasch Luz

Antonio do Rêgo Monteiro Rocha

Fernando Carioni

José Antônio Torres Marques

Marcus Tulio Sartorato

Salette Silva Sommariva

Ricardo Orofino da Luz Fontes

Salim Schead dos Santos, 3º *Vice-Presidente*

Maria do Rocio Luz Santa Ritta

Cid José Goulart Júnior

Jaime Ramos

Alexandre d'Ivanenko

Sérgio Izidoro Heil

José Carlos Carstens Köhler

João Henrique Blasi, 1º *Vice-Presidente*

Jorge Luiz de Borba

Rejane Andersen

Jânio de Souza Machado

Soraya Nunes Lins, *Corregedora-Geral da Justiça*

Sônia Maria Schmitz

Raulino Jacó Brüning
Roberto Lucas Pacheco
Jairo Fernandes Gonçalves
João Batista Góes Ulysséa
Ronei Danielli
Luiz Fernando Boller
Paulo Roberto Sartorato
Tulio José Moura Pinheiro
Carlos Alberto Civinski
Ricardo José Roesler, *Presidente*
Robson Luz Varella
Sérgio Antônio Rizelo
Denise Volpato
Getúlio Corrêa
Sebastião César Evangelista
Ernani Guetten de Almeida
Carlos Adilson Silva
Rogério Mariano do Nascimento
Stanley da Silva Braga
Altamiro de Oliveira
Saul Steil
Newton Varella Júnior
Rodolfo Cezar Ribeiro da Silva Tridapalli
Odson Cardoso Filho
Gilberto Gomes de Oliveira
José Everaldo Silva

Volnei Celso Tomazini, *2º Vice-Presidente*

Paulo Henrique Moritz M. da Silva

Leopoldo Augusto Bruggemann

Júlio César Knoll

Vera Lúcia Ferreira Copetti

Janice Goulart Garcia Ubialli

Cláudia Lambert de Faria

Rubens Schulz

Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto

André Carvalho

Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer

Guilherme Nunes Born

Luiz Zanelato

André Luiz Dacol

Jaime Machado Júnior

Hélio do Valle Pereira

Gerson Cherem II

Dinart Francisco Machado, *Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial*

Rosane Portella Wolff

Denise de Souza Luiz Francoski

Artur Jenichen Filho

Vilson Fontana

Luiz Cesar Schweitzer

Luiz Neri Oliveira de Souza

Norival Acácio Engel

Paulo Ricardo Bruschi

Helio David Vieira Figueira dos Santos
Júlio César Machado Ferreira de Melo
José Agenor de Aragão
Sidney Eloy Dalabrida
Ariovaldo Rogério Ribeiro da Silva
Hildemar Meneguzzi de Carvalho
Álvaro Luiz Pereira de Andrade
Luiz Antônio Zanini Fornerolli
Haidée Denise Grin
Selso de Oliveira
Antônio Zoldan da Veiga
Carlos Roberto da Silva
Osmar Nunes Júnior
Luiz Felipe Siegert Schuch
José Maurício Lisboa
Bettina Maria Maresch de Moura
Ana Lia Barboza Moura Vieira Lisboa Carneiro

Dirigentes

(Biênio 2020/2022)

Presidência

Desembargador Ricardo Roelser

Primeira Vice-Presidência

Desembargador João Henrique Blasi

Corregedoria-Geral da Justiça

Desembargadora Soraya Nunes Lins

Segunda Vice-Presidência

Desembargador Volnei Celso Tomazini

Terceira Vice-Presidência

Desembargador Salim Schead dos Santos

Corregedoria-Geral do Foro Extrajudicial

Desembargador Dinart Francisco Machado

Coordenadoria de Magistrados

Juiz Rafael Germer Condé

Juízes Auxiliares

Juíza Carolina Ranzolin Nerbass, Presidência – Núcleo Administrativo

Juiz Cláudio Eduardo Régis de Figueiredo e Silva, Presidência – Núcleo Jurídico

Juiz Romano José Enzweiler, Presidência – Núcleo Financeiro

Juiz Bruno Makowiecky Salles, 1ª Vice-Presidência

Juízes Corregedores

Juiz Jaber Farah Filho, Núcleo I

Juiz Silvio José Franco, Núcleo II

Juiz Ruy Fernando Falk, Núcleo III

Juiz Rafael Maas dos Anjos, Núcleo IV

Juiz Rodrigo Tavares Martins, Núcleo V

Gabinete da Presidência

Cleon Bassani Ribas, Coordenador e Oficial de Gabinete

Fernanda do Nascimento Müller De Villamartin, Chefe de Gabinete

Marcos Leon Bianchi, Atividades Específicas

Chefe da Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça

Silvana Zardo Vieira

Casa Militar

Coronel PM Adilson Luiz da Silva, Chefe

Tenente-Coronel PM Cristiano Medeiros, Subchefe

Diretoria-Geral Administrativa

Rodrigo Granzotto Peron

Diretoria de Engenharia e Arquitetura

Everton William Tischer

Diretoria de Gestão de Pessoas

Rafael Giogio Ferri

Diretoria de Infraestrutura

Fernanda de Jesus

Diretoria de Material e Patrimônio

Graziela Cristina Zanon Meyer Juliani

Diretoria de Orçamento e Finanças

Eduardo Cardoso Silva

Diretoria de Saúde

Graciela de Oliveira Richter Schmidt

Diretoria de Tecnologia da Informação

Anna Cláudia Krüger

Diretoria-Geral Judiciária

Maurício Walendowsky Spricigo

Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual

Tatiana Costa Cassio

Diretoria de Documentação e Informações

Ricardo Albino França

Diretoria de Recursos e Incidentes

Boris Leonel Kruger

Diretoria de Cumprimento Processual Remoto do Primeiro Grau

Marcos Fernandes Pereira Raccioppi

Colegiados de Gestão

Conselho de Políticas Jurisdicionais e Administrativas

Membros

Desembargador Ricardo Roesler, *Presidente*

Desembargador João Henrique Blasi, *1º Vice-Presidente*

Desembargadora Soraya Nunes Lins, *Corregedora-Geral da Justiça*

Desembargador Volnei Celso Tomazini, *2º Vice-Presidente*

Desembargador Salim Schead dos Santos, *3º Vice-Presidente*

Desembargador Dinart Francisco Machado, *Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial*

Desembargador Mariano do Nascimento, *Integrante do Grupo de Câmaras de Direito Comercial*

Desembargador Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, *Diretor Executivo da Academia Judicial*

Desembargador Hélio do Valle Pereira, *Integrante do Grupo de Câmaras de Direito Público*

Desembargador Júlio César Machado Ferreira de Melo, *integrante da Seção Criminal*

Juiz de Direito Maurício Cavallazzi Póvoas, *Presidente do Comitê Orçamentário, de Gestão de Pessoas e de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição*

Juiz de Direito Edison Zimmer

Juiz de Direito Márcio Schiefler Fontes

Juiz de Direito Juliano Serpa

Juiz de Direito João Carlos Franco

Secretário

Maurício Walendowsky Spricigo, *Diretor-Geral Judiciário*

Chefe da Secretaria

Karin Tatiana Gianello Schmitz Arêas

Conselho da Magistratura

Membros

Desembargador Ricardo Roesler, *Presidente*

Desembargador João Henrique Blasi, *1º Vice-Presidente*

Desembargadora Soraya Nunes Lins, *Corregedora-Geral da Justiça*

Desembargador Volnei Celso Tomazini, 2º Vice-Presidente
Desembargador Salim Schead dos Santos, 3º Vice-Presidente
Desembargador Roberto Lucas Pacheco
Desembargador Carlos Adilson Silva
Desembargador Odson Cardoso Filho
Desembargador Hélio do Valle Pereira
Desembargador Dinart Francisco Machado, *Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial*
Desembargador Júlio César Machado Ferreira de Melo
Desembargador José Agenor de Aragão

Secretário

Maurício Walendowsky Spricigo, *Diretor-Geral Judiciário*

Chefe da Secretaria

Karin Tatiana Gianello Schmitz Arêas

Conselho do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ)

Desembargador Carlos Alberto Civinski, *Presidente*
Desembargador Paulo Ricardo Bruschi, *Vice-Presidente*
Procurador de Justiça Fábio Strecker Schmitt, *Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos*
Advogado Adriano Zanotto
Eduardo Cardoso Silva, *Diretor de Orçamento e Finanças*

Sistema de Depósitos Judiciais (SIDEJUD)

Desembargador Ernani Guetten de Almeida, *Presidente*
Desembargadora Rosane Portella Wolff
Juiz Auxiliar Romano José Enzweiler
Rodrigo Granzotto Peron, *Diretor-Geral Administrativo*
Eduardo Cardoso Silva, *Diretor de Orçamento e Finanças*

Conselho de Segurança Institucional (CSI)

Desembargador Ricardo Roesler, *Presidente*
Desembargador Rodolfo Cezar Ribeiro da Silva Tridapalli, *Coordenador*

Desembargador Sidney Dalabrida, *Coordenador Adjunto*
Juíza Carolina Ranzolin Nerbass, *Juíza Auxiliar da Presidência*
Juiz Rodrigo Tavares Martins, *Juiz Corregedor*
Juiz Gustavo Emelau Marchiori
Juiz Murilo Leirião Consalter
Coronel PM Adilson Luiz da Silva

Comissão do Concurso para Ingresso na Carreira da Magistratura

Desembargador João Henrique Blasi, *Presidente*
Desembargador Paulo Ricardo Bruschi
Desembargador Carlos Roberto da Silva
Advogado Leonardo Reis de Oliveira
Advogado Felipe Cesar Lapa Boselli, *suplente*

Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias

Desembargador João Henrique Blasi, *Presidente*
Desembargador Altamiro de Oliveira
Desembargador Saul Steil
Desembargador Newton Varella Júnior
Desembargador Osmar Nunes Júnior
Juiz de Direito Jefferson Zanini, *indicado pela AMC (titular)*
Juiz de Direito Paulo Eduardo Huergo Farah, *indicado pela AMC (suplente)*

Comissão Permanente de Jurisprudência

Desembargador João Henrique Blasi, *Presidente*
Desembargador Gerson Cherem II
Desembargador Getúlio Corrêa
Desembargador Odson Cardoso Filho
Desembargador Rogério Mariano do Nascimento
Juiz de Direito Bruno Makowiecky Salles

Comissão Permanente de Regimento Interno

Desembargador João Henrique Blasi, *Presidente*

Desembargador Ronei Danielli
Desembargador Paulo Henrique Moritz Martins da Silva
Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto

Comissão de Gestão Socioambiental

Roger Tang Vidal, *Presidente*
Debora Carolina Piazza
Guilherme e Silva Pamplona
Itacir Carlos Fabris
Kleber Steinbach
Luciana Rodrigues do Canto

Comitê Orçamentário, de Gestão de Pessoas e de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição

Membros

Juiz Maurício Cavallazzi Póvoas, *Presidente*
Juíza Naiara Brancher
Juiz Edison Alvanir Anjos de Oliveira Júnior
Juiz Luís Paulo Dal Pont Lodetti
Juiz Vitoraldo Bridi
Rafael Giorgio Ferri
Lana Isabel Knob
Ricardo Estanislau Prado
Cláudio Oneres Heinzen
Fábio Ramos Bittencourt
Soraia Joselita Depin

Suplentes

Juiz Marcelo Elias Naschenweng
Juiz Paulo Eduardo Huergo Farah
Juiz Fernando Rodrigo Busarello
Juiz Sancler Adilson Alves
Raphael Jacques de Souza

Alessandra Oliveira Pereira
Olacir Gonçalves
Maria Conceição de Aguiar

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação

Desembargador Ricardo Roesler, *Coordenador*
Juiz Alexandre Morais da Rosa
Juiz Romano José Enzweiler
Maurício Walendowsky Spricigo, *Diretor-Geral Judiciário*
Rodrigo Granzotto Peron, *Diretor-Geral Administrativo*
Anna Cláudia Krüger, *Diretora de Tecnologia da Informação*

Comitê Gestor dos Documentos Arquivísticos (CGDA)

Maurício Walendowsky Spricigo, *Presidente*
Rodrigo Granzotto Peron, *Diretor-Geral Administrativo*
Ricardo Albino França, *Diretor de Documentação e Informações*
Anna Cláudia Krüger, *Diretora de Tecnologia da Informação*
Marcos Rodolfo da Silva, *Chefe da Divisão de Arquivo*
Adelson André Brüggemann, *Chefe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário*

Coordenadoria da Infância e Juventude (CEIJ)

Desembargadora Rosane Portella Wolff, *Coordenadora*
Juíza Carolina Ranzolin Nerbass, *Cooperadora Institucional*
Juiz Rodrigo Tavares Martins, *Cooperador Institucional*
Juiz Evandro Volmar Rizzo, *Cooperador Técnico*

Conselho Consultivo

Juíza Ana Cristina Borba Alves
Juiz André Milani
Juíza Brigitte Remor de Souza May
Juiz Cláudio Barbosa Fontes Filho
Juíza Cristina Paul Cunha Bogo
Juíza Daniela Fernandes Dias Morelli

Juíza Elaine Cristina de Souza Freitas
Juiz Evandro Volmar Rizzo
Juíza Fabrícia Alcantara Mondin
Juiz Fernando Machado Carboni
Juiz Giancarlo Bremer Nones
Juíza Joana Ribeiro
Juíza Karina Müller
Juíza Liana Bardini Alves
Juíza Liliane Midori Yshiba Michels
Juiz Luciano Fernandes da Silva
Juiz Márcio Rene Rocha
Juiz Marcos d'Ávila Scherer
Juíza Maria de Lourdes Simas Porto
Juiz Maycon Rangel Favareto
Juíza Nayana Scherer
Juiz Raphael Mendes Barbosa
Juiz Ricardo Alexandre Fiuza
Juíza Sabrina Menegatti Pítsica
Juíza Simone Faria Locks
Juíza Surami Juliana dos Santos Heerd

Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID)

Desembargadora Salete Silva Sommariva, *Coordenadora*
Juíza Carolina Ranzolin Nerbass, *Cooperadora Institucional*
Juiz Rodrigo Tavares Martins, *Cooperador Institucional*
Juíza Naiara Brancher, *Coordenadora Técnica*

Coordenadoria do Sistema dos Juizados Especiais e Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (COJEPMEC)

Desembargador Antônio Zoldan da Veiga, *Coordenador*
Juíza Auxiliar da Presidência Carolina Ranzolin Nerbass, *Cooperadora Institucional*
Juiz Corregedor Silvio José Franco, *Cooperador Institucional*

Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional (GMF)

Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann, *Supervisor*

Juíza Carolina Ranzolin Nerbass, *Cooperadora Institucional*

Juiz Rodrigo Tavares Martins, *Cooperador Institucional*

Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS)

Coordenador

Desembargador Sidney Eloy Dalabrida

Divisão de Inteligência

Delegado de Polícia Civil Mauro Cândido dos Santos Rodrigues

Divisão de Contraineligência

Tenente-Coronel PM Emerson Fernandes

Núcleo de Comunicação Institucional

Desembargadora Vera Lúcia Ferreira Copetti, *Coordenadora*

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP)

Comissão Gestora

Desembargador João Henrique Blasi

Desembargador Volnei Cels0 Tomazini

Desembargador Salim Schead dos Santos

Coordenadora

Samira Regina Malheiros

Comitê Gestor de Proteção de Dados

Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski

Juiz Auxiliar da Presidência Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva

Juiz Corregedor Silvio José Franco

Marcus Pacheco Lupiano

Christiano Oliveira Carioni

Luzmarina Rocesski

Sérgio Weber

Marcello Teive

OUVIDORIA

Desembargador Osmar Nunes Júnior, *Ouvidor do Poder Judiciário*

Juíza Auxiliar da Presidência Carolina Ranzolin Nerbass

Indicadores Estratégicos

Perspectiva Cidadãos – CI

- CI 1 – **Garantir a humanização do atendimento e buscar a satisfação dos cidadãos**
 - » CI 1.1 – Índice de satisfação do usuário
- CI 2 – **Aprimorar a comunicação institucional**
 - » CI 2.1 – Índice de matérias institucionais positivas

Perspectiva Serviços – SE

- SE 1 – **Tornar a atividade jurisdicional célere e efetiva**
 - » SE 1.1 – Tempo de tramitação dos processos baixados de 1º grau
 - » SE 1.2 – Tempo de tramitação dos processos baixados de 2º grau
 - » SE 1.3 – Tempo da sentença nos processos de conhecimento de 1º grau
 - » SE 1.4 – Tempo da decisão terminativa de processo de 2º grau
 - » SE 1.5 – Produtividade de juízes de 1º grau
 - » SE 1.6 – Produtividade de desembargadores e juízes de 2º grau
 - » SE 1.7 – Índice de atendimento à demanda do 1º grau
 - » SE 1.8 – Índice de atendimento à demanda do 2º grau
 - » SE 1.9 – Taxa de congestionamento no 1º grau
 - » SE 1.10 – Taxa de congestionamento no 2º grau
- SE 2 – **Aprimorar práticas autocompositivas**
 - » SE 2.1 – Percentual de acordos realizados pelo sistema não adversarial
 - » SE 2.2 – Percentual de conflitos na área cível resolvidos por acordo
- SE 3 – **Promover a cidadania e iniciativas de valor social**
 - » SE 3.1 – Tempo para resolução de ações de maior impacto social
 - » SE 3.2 – Número de pessoas beneficiadas por serviços ou projetos sociojurídicos

Perspectiva Pessoas e Recursos – PR

- **PR 1 – Desenvolver permanentemente conhecimentos, habilidades e atitudes**
 - » PR 1.1 – Percentual de colaboradores capacitados
 - » PR 1.2 – Horas de capacitação por colaborador
 - » PR 1.3 – Índice de efetividade da capacitação
 - » PR 1.4 – Índice de satisfação dos colaboradores com relação às oportunidades de desenvolvimento profissional
- **PR 2 – Fomentar ações para a melhoria da saúde e do clima organizacional**
 - » PR 2.1 – Índice de satisfação dos colaboradores
 - » PR 2.2 – Percentual de dias de afastamento por motivo de saúde própria
 - » PR 2.3 – Percentual de colaboradores afastados por motivo de saúde própria
- **PR 3 – Assegurar soluções adequadas de tecnologia da informação e comunicação**
 - » PR 3.1 – Número de dias em que prazos processuais foram prorrogados em função da indisponibilidade do sistema
 - » PR 3.2 – Índice de satisfação dos colaboradores em relação aos serviços de TIC
- **PR 4 – Garantir infraestrutura adequada à prestação de serviços**
 - » PR 4.1 – Nota do plano de obras

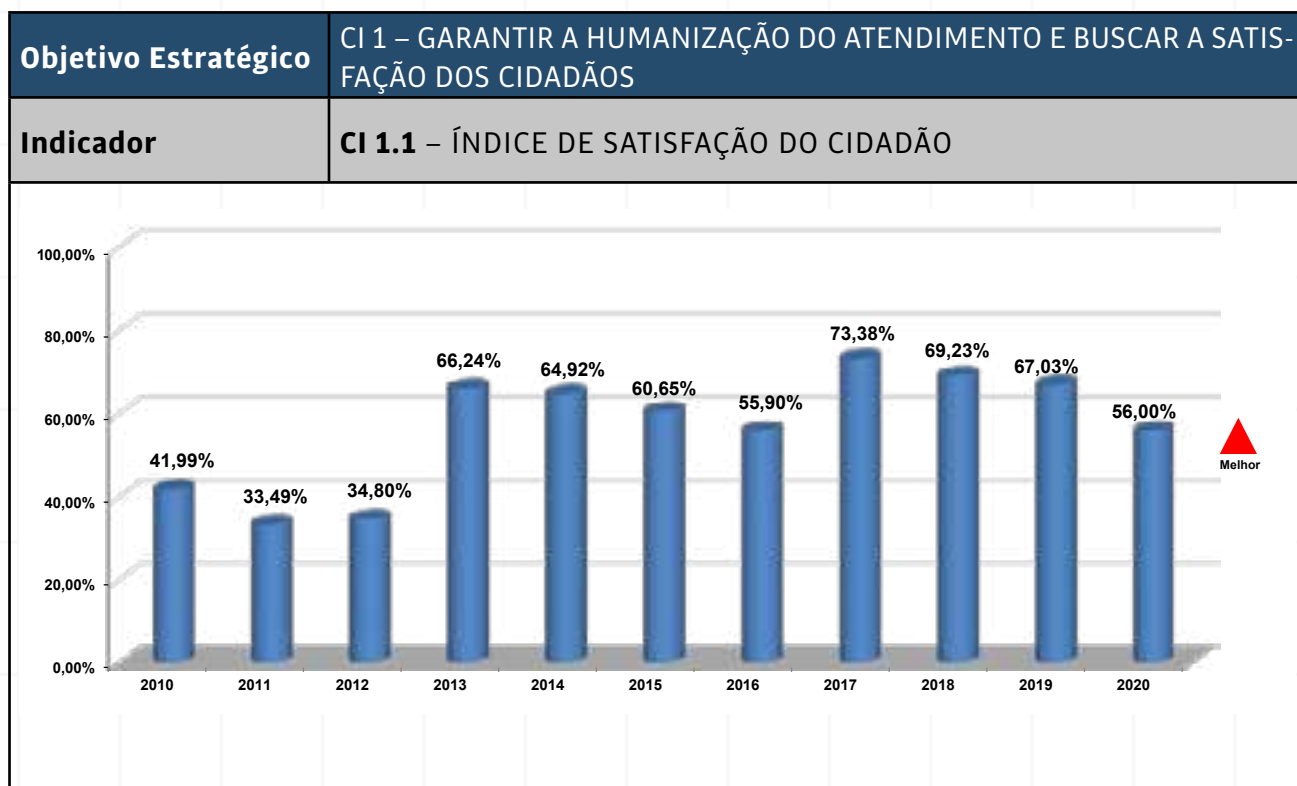
Perspectiva Gestão – GE

- **GE 1 – Disseminar a cultura do planejamento com ênfase no alinhamento estratégico assegurando a gestão participativa**
 - » GE 1.1 – Índice de unidades do 1º grau com planos de ação implementados
 - » GE 1.2 – Índice de colaboradores capacitados em planejamento estratégico
- **GE 2 – Otimizar a aplicação dos recursos, estabelecendo prioridades para a execução da estratégia**
 - » GE 2.1 – Índice das contratações realizadas no prazo ideal
 - » GE 2.2 – Custo do processo baixado

- GE 3 – **Implementar a gestão por desempenho e assegurar a melhoria contínua dos processos de trabalho**
 - » GE 3.1 – Índice de colaboradores capacitados em gestão de processos de trabalho
 - » GE 3.2 – Índice de macroprocessos melhorados
- GE 4 – **Aperfeiçoar a comunicação interna**
 - » GE 4.1 – Índice de satisfação com a efetividade da comunicação interna
- GE 5 – **Concretizar a gestão do conhecimento**
 - » GE 5.1 – Índice de colaboradores capacitados em gestão do conhecimento

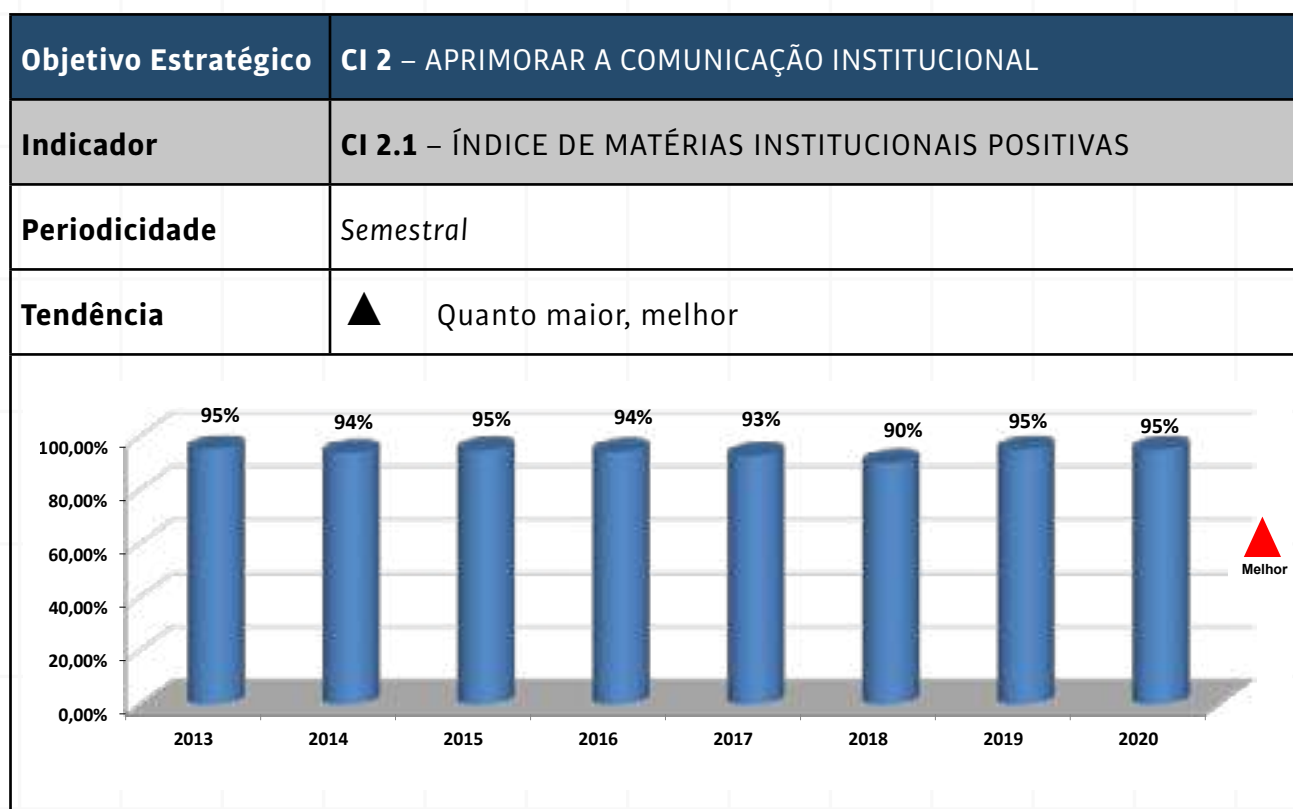
Cidadãos – CI

Objetivo Estratégico	CI 1 – GARANTIR A HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E BUSCAR A SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS
Indicador	CI 1.1 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO
O que mede	A satisfação do cidadão
Por que medir	Para aferir se os serviços prestados pelo PJSC estão atendendo às necessidades do cidadão
Como medir	% de aprovação obtido por meio da pesquisa de satisfação dos usuários realizada pela internet (n. de respostas excelente e bom / n. de itens respondidos) * 100 Informar também o número total de respondentes da pesquisa
Quem mede	Ouvidoria
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



Cidadãos – CI

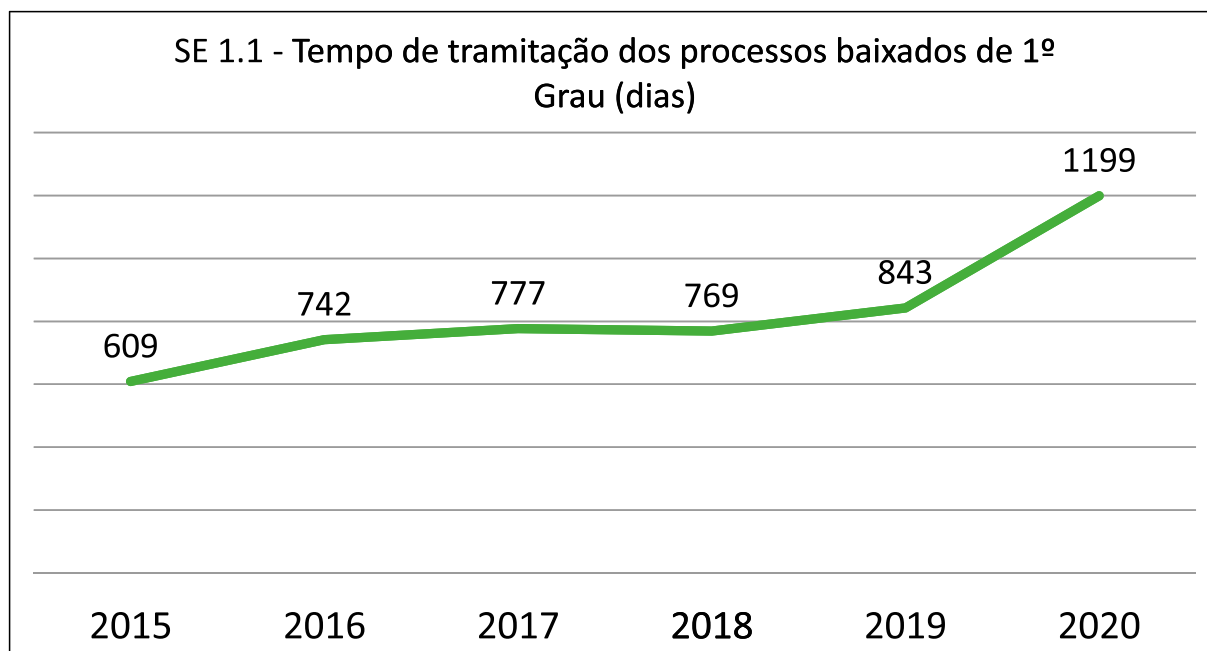
Objetivo Estratégico	CI 2 – APRIMORAR A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
Indicador	CI 2.1 – ÍNDICE DE MATÉRIAS INSTITUCIONAIS POSITIVAS
O que mede	A quantidade de matérias publicadas sobre o PJSC com enfoque positivo ou neutro. Considerar todas as matérias publicadas nos veículos de comunicação resenhados/clipados pela Assessoria de Imprensa do TJSC
Por que medir	Para verificar a imagem do PJSC perante o público externo
Como medir	$\left(\frac{\text{n. de matérias positivas ou neutras}}{\text{total de matérias publicadas}} \right) * 100$ $\left(\frac{\text{n. de matérias positivas}}{\text{total de matérias publicadas}} \right) * 100$ $\left(\frac{\text{n. de matérias neutras}}{\text{total de matérias publicadas}} \right) * 100$
Quem mede	Assessoria de Imprensa



Serviços – SE

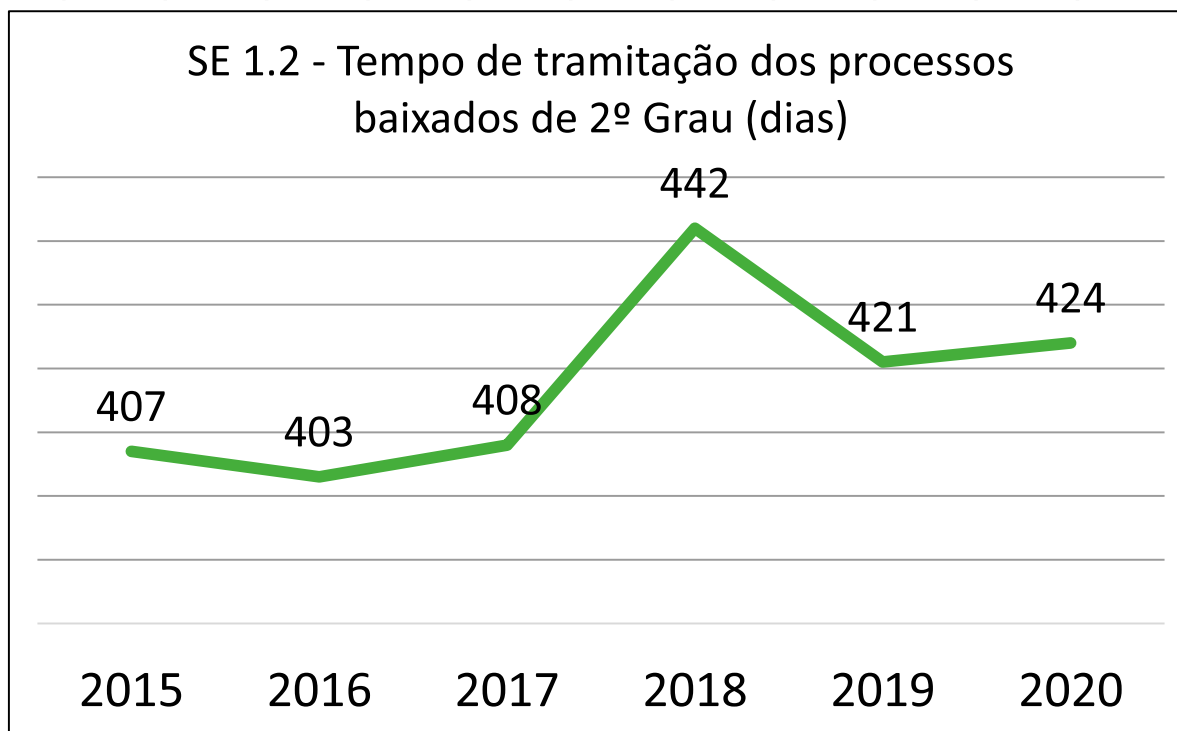
Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.1 – TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS BAIXADOS DE 1º GRAU
O que mede	Tempo efetivo de duração dos processos de conhecimento baixados no 1º grau, juizados e turmas de recursos durante o ano-base, decorrido entre a data do protocolo e a primeira data de baixa
Por que medir	Para garantir a agilidade processual

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.1 – TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS BAIXADOS DE 1º GRAU
Como medir	$\frac{(\text{TpBaixCCrim1}^\circ\text{_média} \times \text{TpBaixCCrim1}^\circ\text{_núm processos} + \text{TpBaixCCrimJE_média} \times \text{TpBaixCCrimJE_núm processos} + \text{TpBaixCrimTR_média} \times \text{TpBaixCrimTR_núm processos} + \text{TpBaixCNCrim1}^\circ\text{_média} \times \text{TpBaixCNCrim1}^\circ\text{_núm processos} + \text{TpBaixCNCrimJE_média} \times \text{TpBaixCNCrimJE_núm processos} + \text{TpBaixNCrimTR_média} \times \text{TpBaixNCrimTR_núm processos})}{(\text{TpBaixCCrim1}^\circ\text{_núm processos} + \text{TpBaixCCrimJE_núm processos} + \text{TpBaixCrimTR_núm processos} + \text{TpBaixCNCrim1}^\circ\text{_núm processos} + \text{TpBaixCNCrimJE_núm processos} + \text{TpBaixNCrimTR_núm processos})}$
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



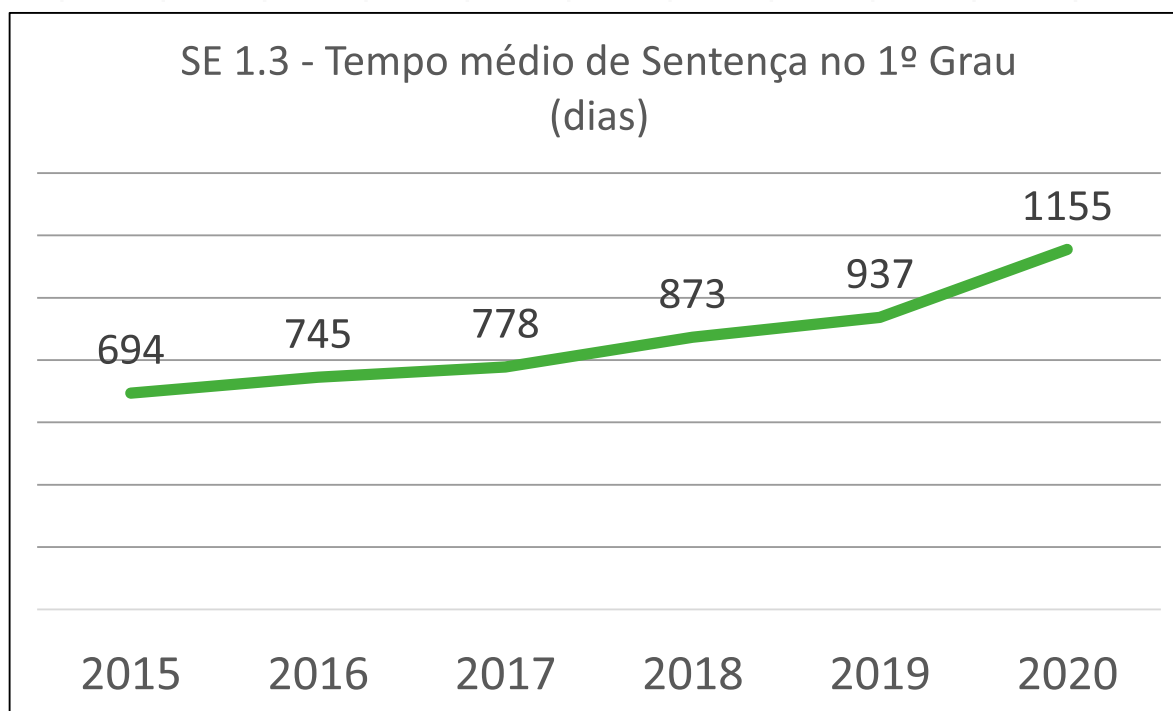
Serviços – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICCIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.2 – TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS BAIXADOS DE 2º GRAU
O que mede	Tempo efetivo de duração dos processos baixados no 2º grau durante o ano-base, decorrido entre a data do protocolo e a primeira data de baixa
Por que medir	Para garantir a agilidade processual
Como medir	$\frac{(\text{TpBaixCrim2º_média} \times \text{TpBaixCrim2º_nºm processos} + \text{TpBaixNCrim2º_média} \times \text{TpBaixNCrim2º_nºm processos})}{(\text{TpBaixCrim2º_nºm processos} + \text{TpBaixNCrim2º_nºm processos})}$
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



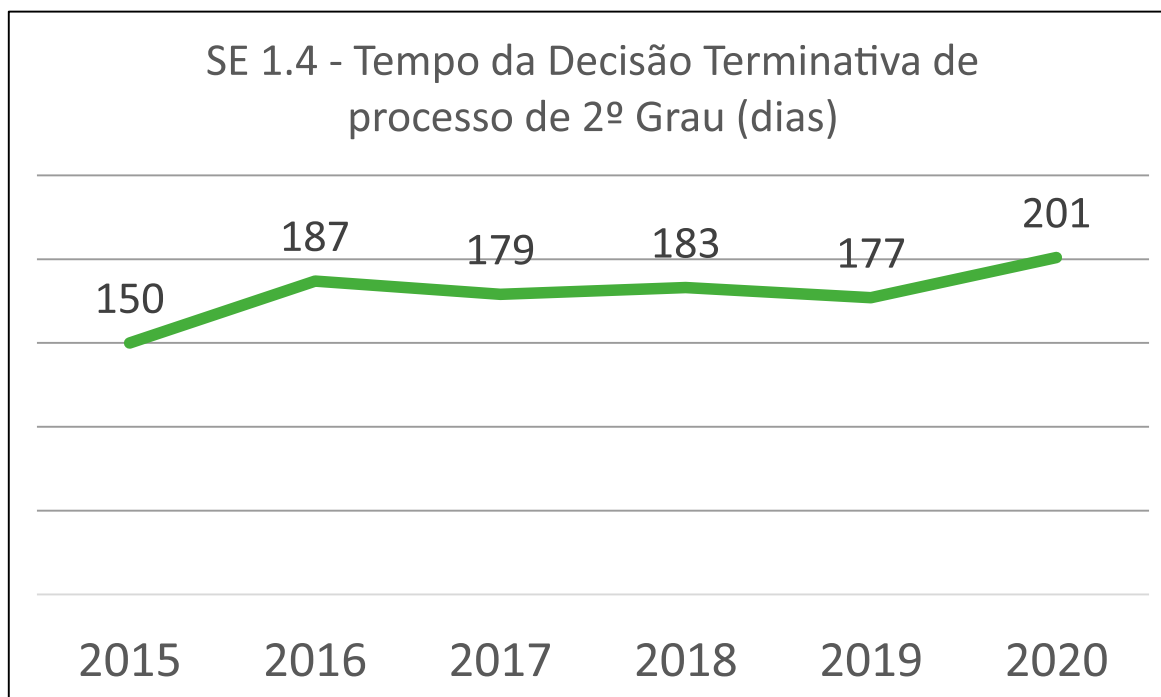
Serviços – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.3 – TEMPO DA SENTENÇA NOS PROCESSOS DE CONHECIMENTO DE 1º GRAU
O que mede	Tempo efetivo de duração dos processos de conhecimento que foram julgados no 1º grau durante o ano-base, decorrido entre a data de protocolo e a última data da sentença
Por que medir	Para garantir a agilidade processual
Como medir	$\frac{(\text{TpSentC1}^\circ\text{_média} \times \text{TpSentC1}^\circ\text{_núm processos} + \text{TpSentCJE_média} \times \text{TpSentCJE_núm processos})}{(\text{TpSentC1}^\circ\text{_núm processos} + \text{TpSentCJE_núm processos})}$
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



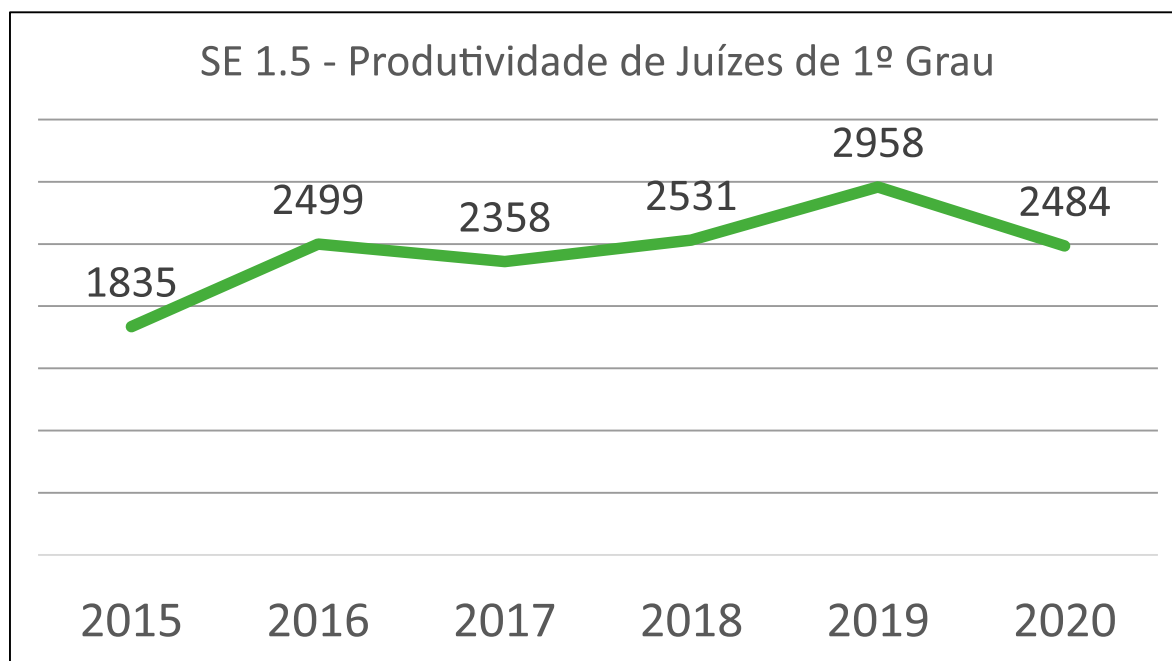
Serviços – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.4 – TEMPO DA DECISÃO TERMINATIVA DE PROCESSO DE 2º GRAU
O que mede	Tempo efetivo de duração dos processos que foram julgados no 2º grau do ano-base, decorrido entre o protocolo e a decisão terminativa de processo
Por que medir	Para garantir a agilidade processual
Como medir	$\frac{(\text{TpDec2}^\circ \text{ _média} \times \text{TpDec2}^\circ \text{ _n}^\circ \text{m processos} + \text{TpDecTR_média} \times \text{TpDecTR_n}^\circ \text{m processos})}{(\text{TpDec2}^\circ \text{ _n}^\circ \text{m processos} + \text{TpDecTR_n}^\circ \text{m processos})}$
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



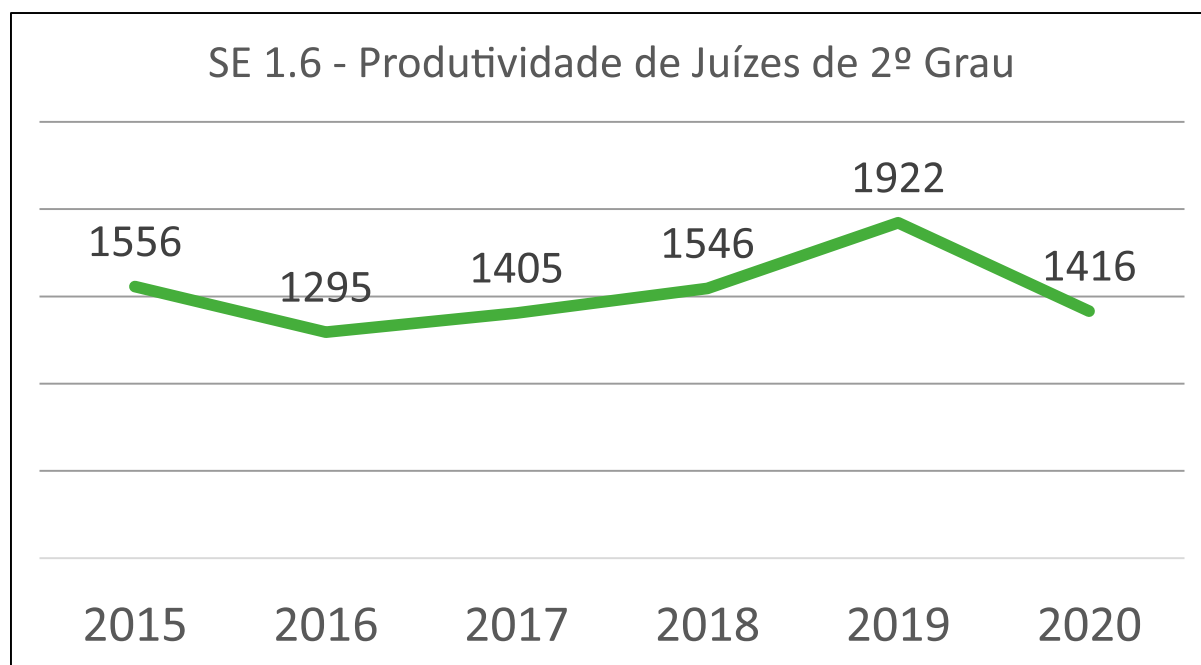
Serviços – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICCIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.5 – PRODUTIVIDADE DE JUÍZES DE 1º GRAU
O que mede	Quantidade de processos baixados por magistrado com atuação em suas unidades vinculadas
Por que medir	Para verificar a produtividade jurisdiccional do 1º grau de jurisdição
Como medir	$(T_{Baix1^\circ} + T_{BaixTR} + T_{BaixJE}) / (Mag1^\circ + MagTR + MagJE - MagPACJE1^\circ - MagPACTR1^\circ - MagPACTRJE)$ (baixados de conhecimento e execução)
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



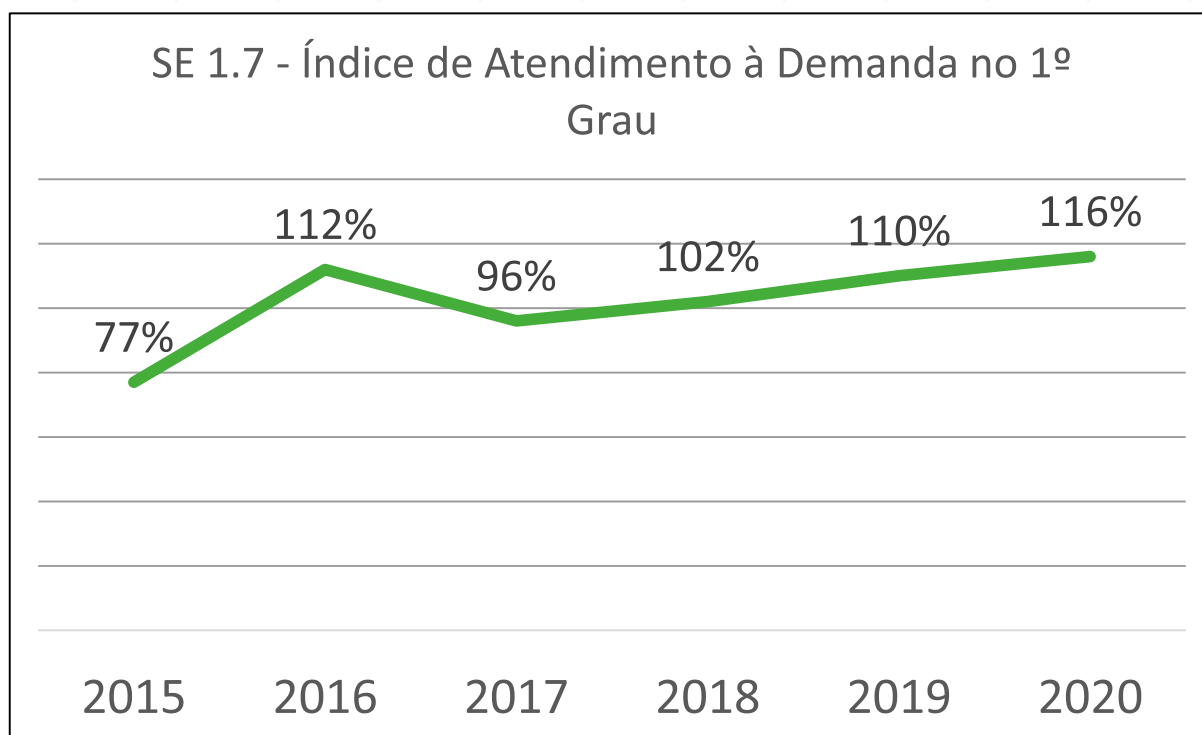
Serviços – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.6 – PRODUTIVIDADE DE DESEMBARGADORES E JUÍZES DE 2º GRAU
O que mede	Quantidade de processos baixados por desembargador e juiz de 2º grau
Por que medir	Para verificar a produtividade jurisdicional do 2º grau de jurisdição
Como medir	TBaix2º / Mag2º
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



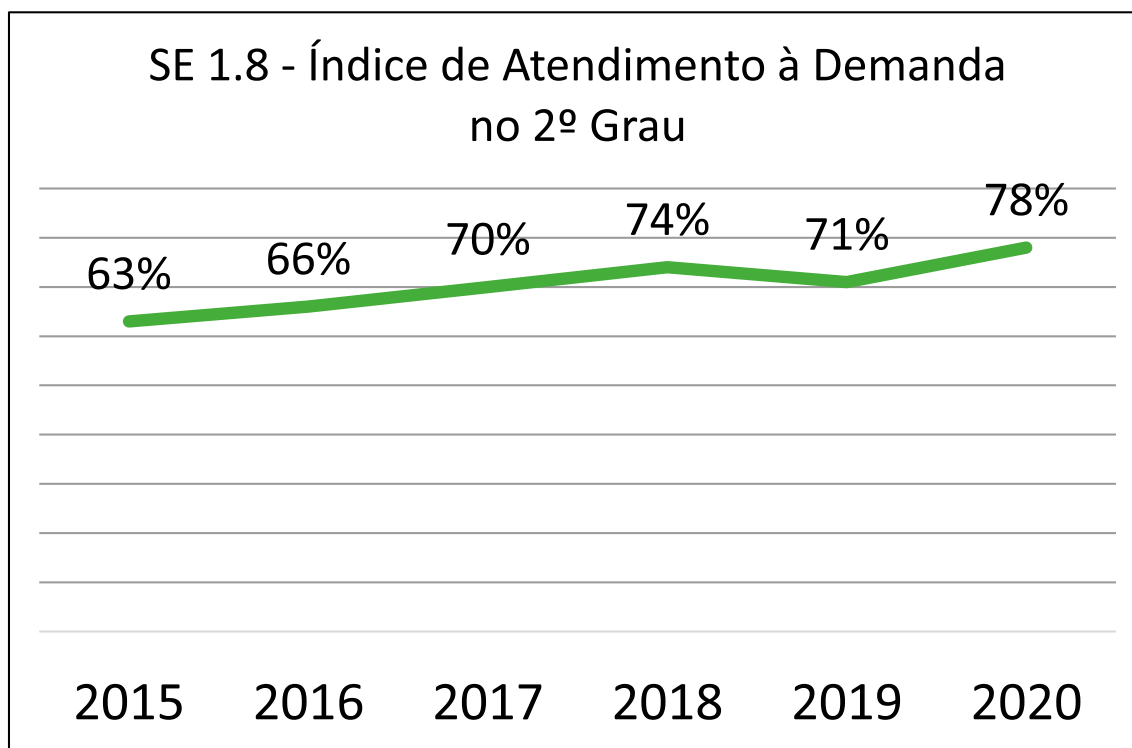
Serviços – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.7 – ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA DO 1º GRAU
O que mede	Quantidade de processos baixados em relação aos casos novos no 1º grau de jurisdição
Por que medir	Para verificar se o 1º grau foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos. O ideal é que esse indicador permaneça superior a 100% para evitar aumento no número de casos pendentes (baixados de conhecimento)
Como medir	$(\text{processos baixados} / \text{casos novos}) * 100$
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



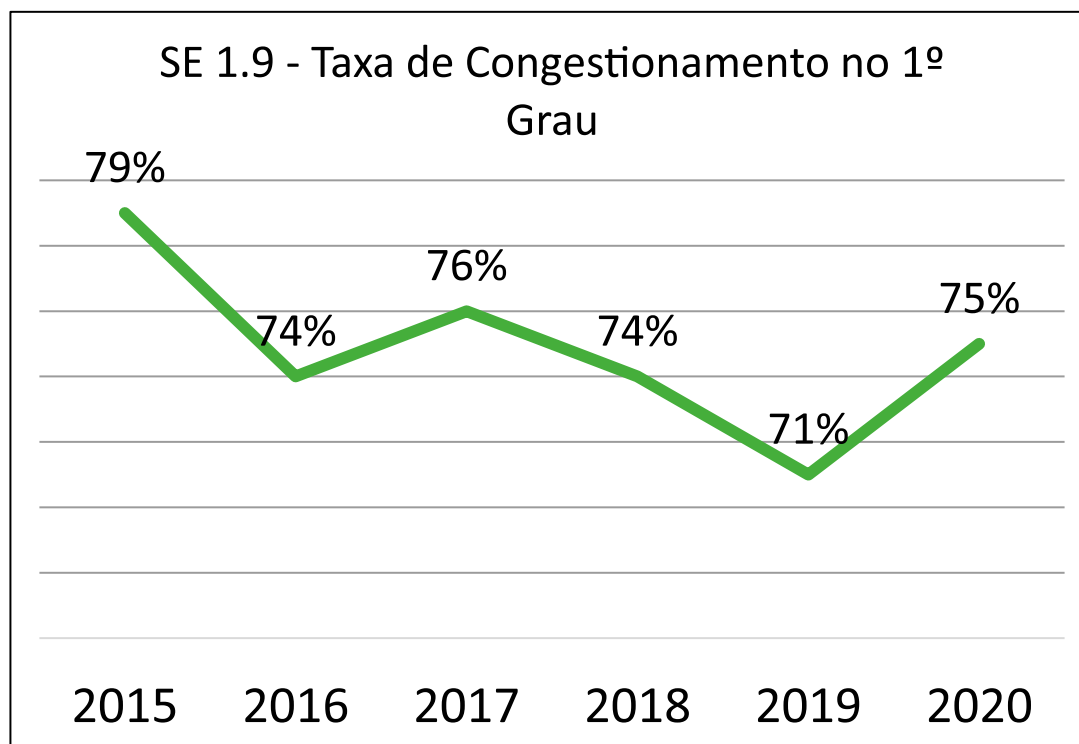
Serviços – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.8 – ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA DO 2º GRAU
O que mede	Quantidade de processos baixados em relação aos casos novos no 2º grau de jurisdição
Por que medir	Para verificar se o Tribunal foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos. O ideal é que esse indicador permaneça superior a 100% para evitar aumento no número de casos pendentes
Como medir	$(\text{processos baixados} / \text{casos novos}) * 100$
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



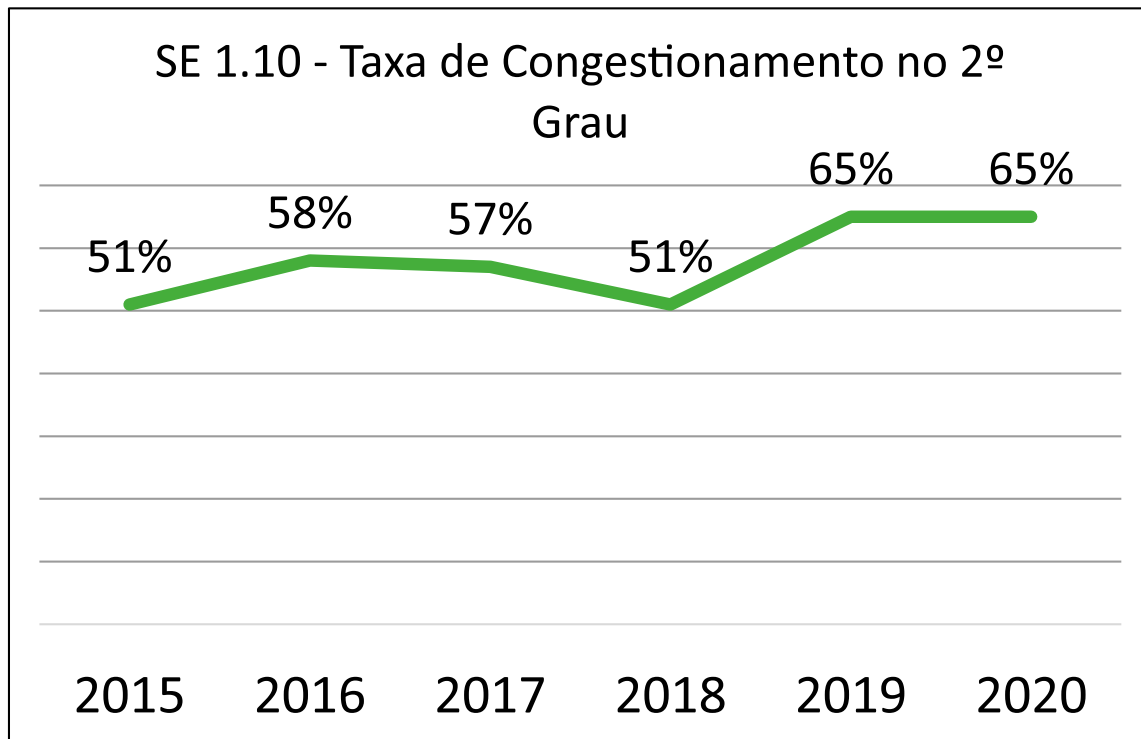
Serviços – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICCIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.9 – TAXA DE CONGESTIONAMENTO DO 1º GRAU
O que mede	A relação entre os processos julgados e o acervo existente no 1º grau, excluindo os incidentes processuais
Por que medir	Para avaliar a eficiência do serviço judiciário no 1º grau de jurisdição
Como medir	[casos pendentes / (casos baixados + casos pendentes)] (CPC1º + CPCTR + CPCJE) / (T BaixC1º + T BaixTR + T BaixCJE + CPC1º + CPCTR + CPCJE)
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



Serviços – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICCIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.10 – TAXA DE CONGESTIONAMENTO DO 2º GRAU
O que mede	A relação entre os processos julgados e o acervo existente no 2º grau
Por que medir	Para avaliar a eficiência do serviço judiciário no 2º grau de jurisdição
Como medir	[casos pendentes / (casos baixados + casos pendentes)] CP2º / (TBaix2º + CP2º)
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor

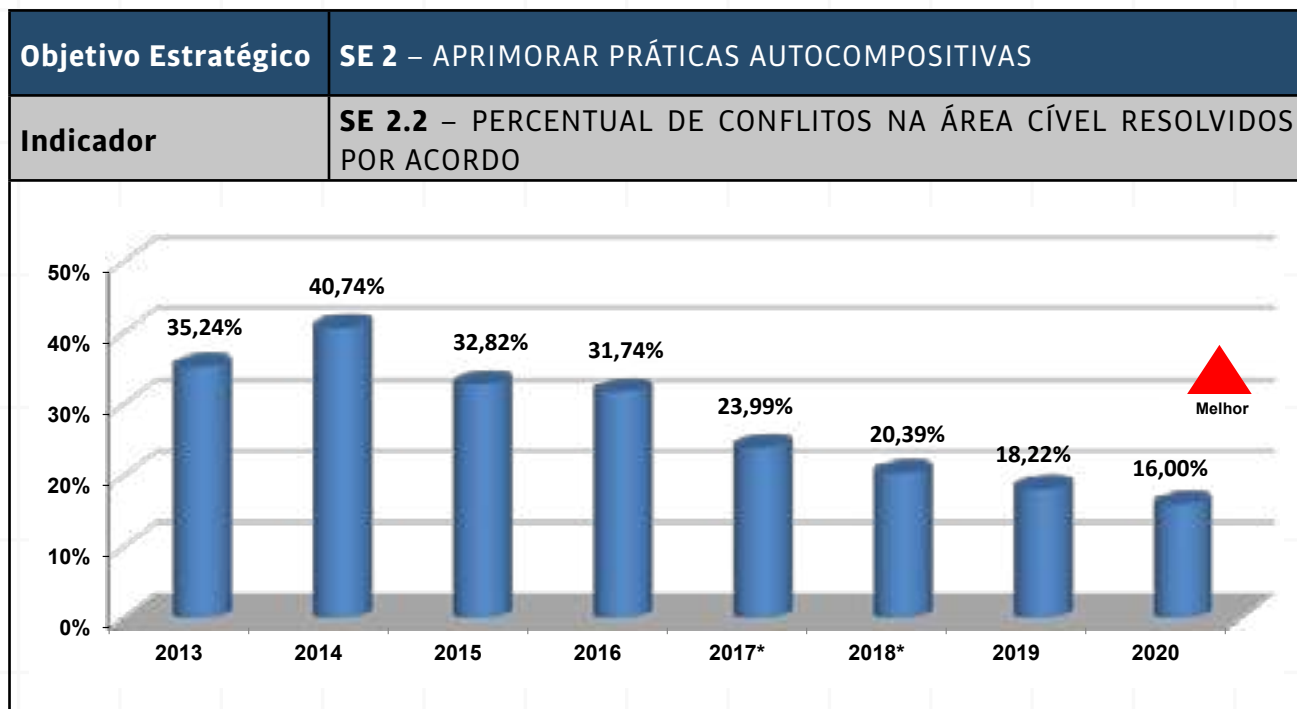


Serviços – SE

Objetivo Estratégico	SE 2 – APRIMORAR PRÁTICAS AUTOCOMPOSITIVAS														
Indicador	SE 2.1 – PERCENTUAL DE ACORDOS REALIZADOS PELO SISTEMA NÃO ADVERSARIAL														
O que mede	O número de acordos realizados por sistemas de solução não adversarial de conflitos (mediação e conciliação), como fóruns municipais – casas da cidadania, serviço de mediação familiar, Semana Nacional da Conciliação, juizados especiais, Núcleo de Conciliação do 2º Grau, postos de atendimento e conciliação e centros judiciários de solução de conflitos														
Por que medir	Para verificar a eficiência e eficácia dos métodos de solução não adversarial de conflitos														
Como medir	Soma dos procedimentos exitosos de todas as modalidades dividido pela soma dos procedimentos de todas as modalidades no período. É possível atribuir pesos diferentes a cada modalidade, de acordo com a política institucional														
Quem mede	Conselho Gestor do Sistema dos Juizados Especiais														
Periodicidade	Anual														
Tendência	▲ Quanto maior, melhor														
<table border="1"> <caption>Dados do Gráfico de Barras</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Percentual</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>24,60%</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>13,26%</td> </tr> <tr> <td>2017</td> <td>15,70%</td> </tr> <tr> <td>2018</td> <td>9,55%</td> </tr> <tr> <td>2019</td> <td>12,04%</td> </tr> <tr> <td>2020</td> <td>4,06%</td> </tr> </tbody> </table>		Ano	Percentual	2015	24,60%	2016	13,26%	2017	15,70%	2018	9,55%	2019	12,04%	2020	4,06%
Ano	Percentual														
2015	24,60%														
2016	13,26%														
2017	15,70%														
2018	9,55%														
2019	12,04%														
2020	4,06%														

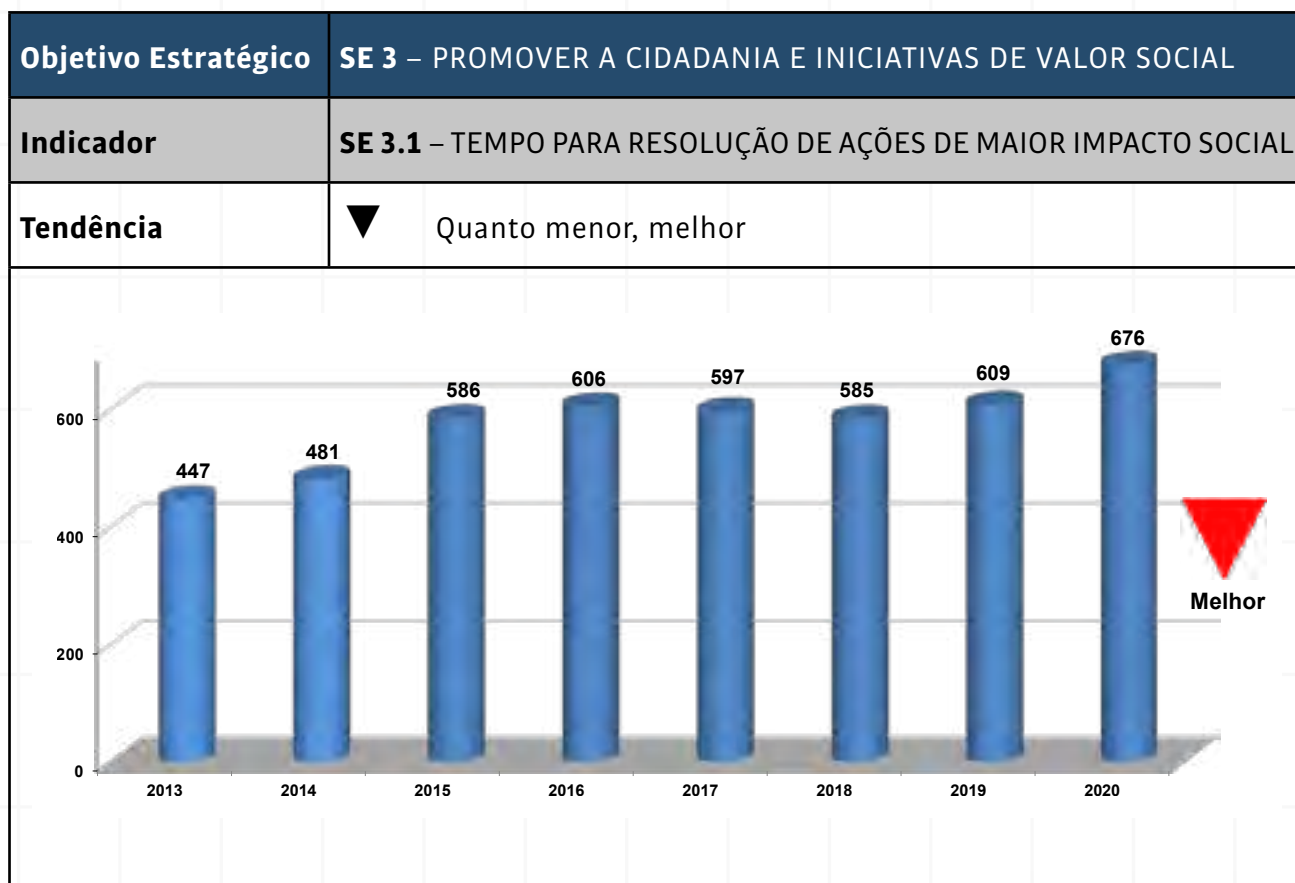
Serviços – SE

Objetivo Estratégico	SE 2 – APRIMORAR PRÁTICAS AUTOCOMPOSITIVAS
Indicador	SE 2.2 – PERCENTUAL DE CONFLITOS NA ÁREA CÍVEL RESOLVIDOS POR ACORDO
O que mede	A quantidade de conflitos, ajuizados ou não, resolvidos por acordo
Por que medir	Estimular os acordos para promover a cultura da conciliação, a celeridade e a economia processual
Como medir	n. de processos julgados por acordo / n. de processos julgados no mérito Especificar o “número de processos por acordo” por assunto
Quem mede	Corregedoria-Geral da Justiça
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Observação	<p>A partir de 2017, forma de extração do indicador SE 2.2 – Percentual de Conflitos na área cível resolvidos por acordo foi alterada. Foram incluídos os processos da classe 436 – Procedimentos do Juizado Especial Cível, além dos processos da classe 11099 – Procedimentos Pré-Processuais de Resolução de Conflitos e seus filhos 11875 – Reclamação Pré-Processual e 12136 – Pedido de Mediação Pré-Processual (que já constavam nos relatórios anteriores).</p> <p>Como o indicador mede a “quantidade de conflitos, ajuizados ou não, resolvidos por acordo” na área cível, a classe 436 foi incluída, sem prejuízo de também fazer parte do indicador SE 2.1 – Percentual de acordos realizados pelo sistema não adversarial, uma vez que nesse indicador são considerados outras variáveis (Juizados Criminais, por exemplo), não se limitando à área cível.</p> <p>Em 2018, manteve-se a forma de extração do indicador SE 2.2 – Percentual de Conflitos, na área cível, resolvidos por acordo, igual ao de 2017 (inclusão da classe 436 – Procedimentos do Juizado Especial Cível, além das classes 11099 – Procedimentos Pré-Processuais de Resolução de Conflitos e seus filhos, 11875 – Reclamação Pré-Processual e 12136 – Pedido de Mediação Pré-Processual que já constavam nos relatórios anteriores), pelas razões já expostas no ano anterior e que já foram apontadas na matriz de controle deste ano.</p>



Serviços – SE

Objetivo Estratégico	SE 3 – PROMOVER A CIDADANIA E INICIATIVAS DE VALOR SOCIAL
Indicador	SE 3.1 – TEMPO PARA RESOLUÇÃO DE AÇÕES DE MAIOR IMPACTO SOCIAL
O que mede	Tempo médio de tramitação dos processos de conhecimento de matérias consideradas de natureza social, como Família, Infância e Juventude, Crime, Ações Constitucionais (Ação Popular e Ação Civil Pública), Previdenciária, Juizado Especial Cível, Juizado Especial Criminal, Violência Doméstica e Idoso, Órfãos e Sucessões, Registros Públicos e Tribunal do Júri
Por que medir	Para conhecer o tempo gasto na tramitação dos processos, identificar pontos críticos, tratá-los e acelerar o trâmite processual
Como medir	[somatório (n. de ocorrências x tempo médio em dias)] / total de processos Informar o resultado total e separadamente por natureza
Quem mede	Corregedoria-Geral da Justiça
Periodicidade	Semestral



Serviços – SE

Objetivo Estratégico	SE 3 – PROMOVER A CIDADANIA E INICIATIVAS DE VALOR SOCIAL
Indicador	SE 3.2 – NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS POR SERVIÇOS OU PROJETOS SOCIOJURÍDICOS
O que mede	Quantidade de pessoas beneficiadas por serviços ou projetos sociojurídicos institucionalizados pelo PJSC (Casas da Cidadania, PAC, PACE, Mediação Familiar e CEJUSC)
Por que medir	Para verificar a quantidade de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais
Como medir	Total de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais
Quem mede	Conselho Gestor do Sistema dos Juizados Especiais

Objetivo Estratégico	SE 3 – PROMOVER A CIDADANIA E INICIATIVAS DE VALOR SOCIAL
Indicador	SE 3.2 – NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS POR SERVIÇOS OU PROJETOS SOCIOJURÍDICOS
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Não disponível.	

Pessoas e Recursos – PR

Objetivo Estratégico	PR 1 – DESENVOLVER PERMANENTEMENTE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
Indicador	PR 1.1 – PERCENTUAL DE COLABORADORES CAPACITADOS
O que mede	Quantidade de magistrados/servidores que participaram de eventos de capacitação promovidos e/ou patrocinados pelo PJSC, como cursos internos, cursos externos, seminários, congressos, bolsas de estudo de graduação e pós-graduação, entre outros
Por que medir	Para verificar a distribuição regular das horas de aprimoramento de pessoal
Como medir	(somatório de participantes de cursos realizados no período / total de colaboradores) x 100 Considerar os mesmos cursos do Indicador PR 1.2
Quem mede	Academia Judicial
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Desdobramento	Desdobrar o indicador por modalidade, público-alvo, etc.
Resultado não disponível. A Academia Judicial informou que “a Edusoft, empresa responsável pela manutenção do sistema, não renovou o contrato de ações evolutivas e diante disso não houve possibilidade de fazer a devida adequação no sistema para extração das informações necessárias para a aferição dos indicadores.”	

Pessoas e Recursos – PR

Objetivo Estratégico	PR 1 – DESENVOLVER PERMANENTEMENTE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
Indicador	PR 1.2 – horas de CAPACITAÇÃO por colaborador
O que mede	Quantidade de horas-aula de capacitação por magistrado/servidor. Devem ser considerados todos os eventos de capacitação promovidos e/ou patrocinados pelo PJSC, como cursos internos, cursos externos, seminários, congressos, bolsas de estudo de graduação e pós-graduação, entre outros
Por que medir	Para identificar a quantidade de horas-aula dedicadas ao aprimoramento de pessoal
Como medir	(somatório de cursos / total de colaboradores), sendo curso = horas-aula x n. de participantes Considerar os mesmos cursos do Indicador PR 1.1
Quem mede	Academia Judicial
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Resultado não disponível. A Academia Judicial informou que “a Edusoft, empresa responsável pela manutenção do sistema, não renovou o contrato de ações evolutivas e diante disso não houve possibilidade de fazer a devida adequação no sistema para extração das informações necessárias para a aferição dos indicadores.”	

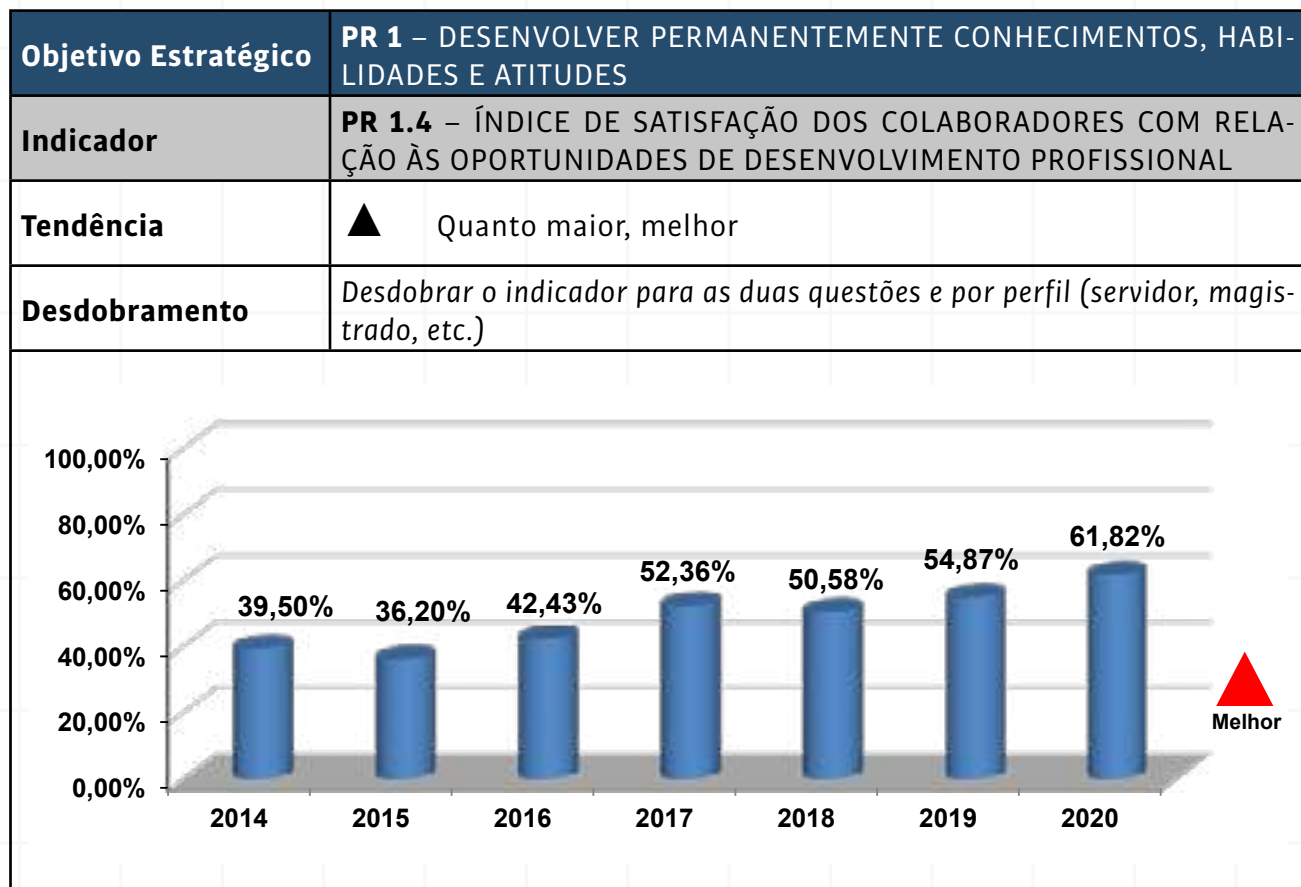
Pessoas e Recursos – PR

Objetivo Estratégico	PR 1 – DESENVOLVER PERMANENTEMENTE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
Indicador	PR 1.3 – ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA CAPACITAÇÃO
O que mede	O percentual de satisfação do gestor com relação à efetividade/aplicabilidade dos cursos realizados pela AJ aos integrantes de sua equipe
Por que medir	Para identificar se houve aplicabilidade prática daquilo que foi aprendido no curso às tarefas desenvolvidas no ambiente de trabalho

Objetivo Estratégico	PR 1 – DESENVOLVER PERMANENTEMENTE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
Indicador	PR 1.3 – ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA CAPACITAÇÃO
Como medir	Média aritmética de cinco perguntas encaminhadas aos gestores após a realização do curso
Quem mede	Academia Judicial
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Resultado não disponível. A Academia Judicial informou que “a Edusoft, empresa responsável pela manutenção do sistema, não renovou o contrato de ações evolutivas e diante disso não houve possibilidade de fazer a devida adequação no sistema para extração das informações necessárias para a aferição dos indicadores.”	

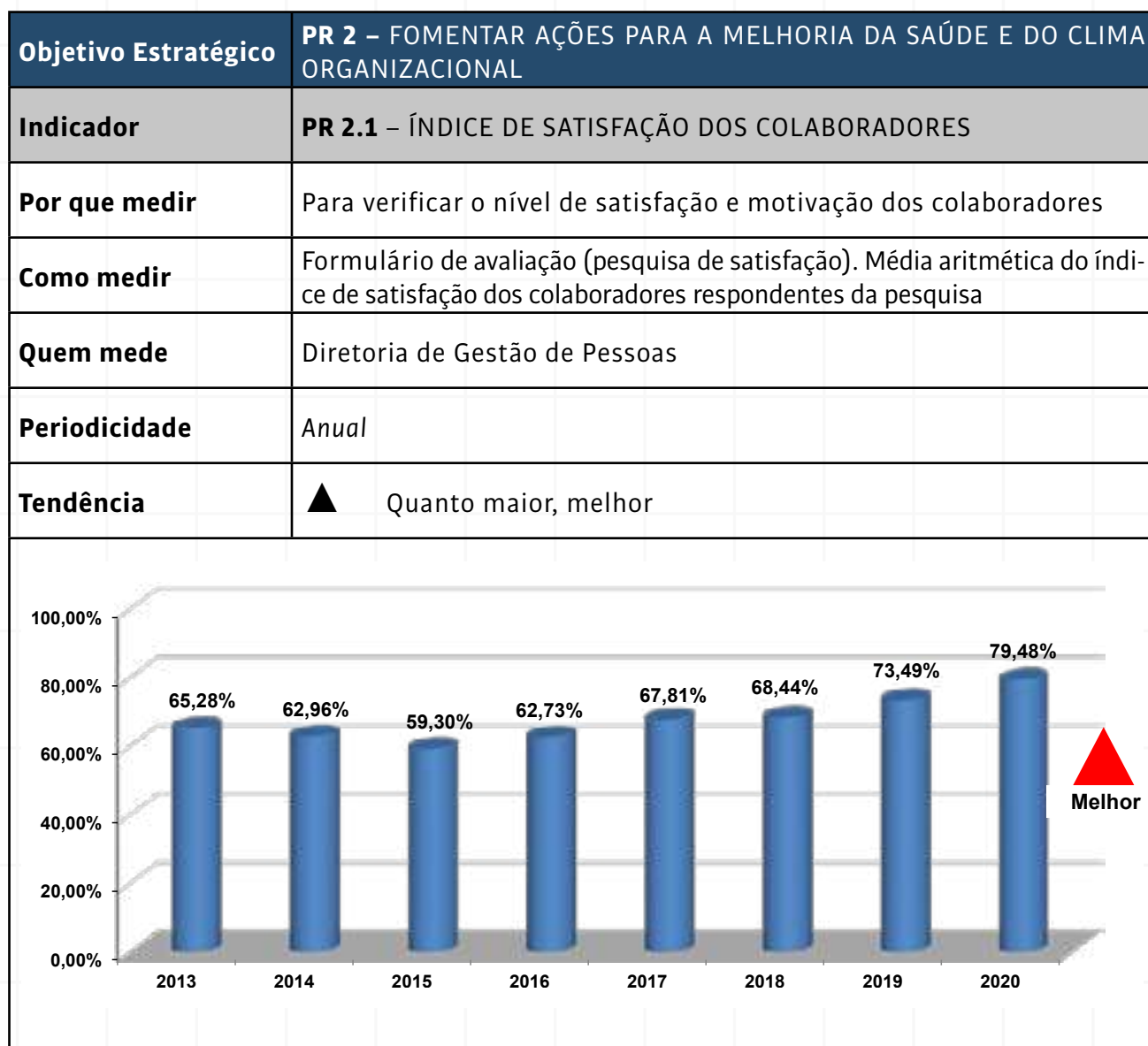
Pessoas e Recursos – PR

Objetivo Estratégico	PR 1 – DESENVOLVER PERMANENTEMENTE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
Indicador	PR 1.4 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES COM RELAÇÃO ÀS OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
O que mede	O grau de satisfação de magistrados e servidores em relação à disponibilização de treinamentos necessários ao desenvolvimento de seu trabalho, e às oportunidades de promoção em seu cargo efetivo
Por que medir	Para verificar o nível de satisfação de magistrados e servidores em relação às oportunidades de desenvolvimento e aprendizado
Como medir	Média aritmética das seguintes perguntas constantes da Pesquisa de Satisfação dos colaboradores: <ul style="list-style-type: none"> • Ocupacional: disponibilização de treinamentos necessários ao desenvolvimento de seu trabalho (questão 1) • Ocupacional: oportunidades de promoção em seu cargo efetivo (questão 2)
Quem mede	Academia Judicial
Periodicidade	Anual



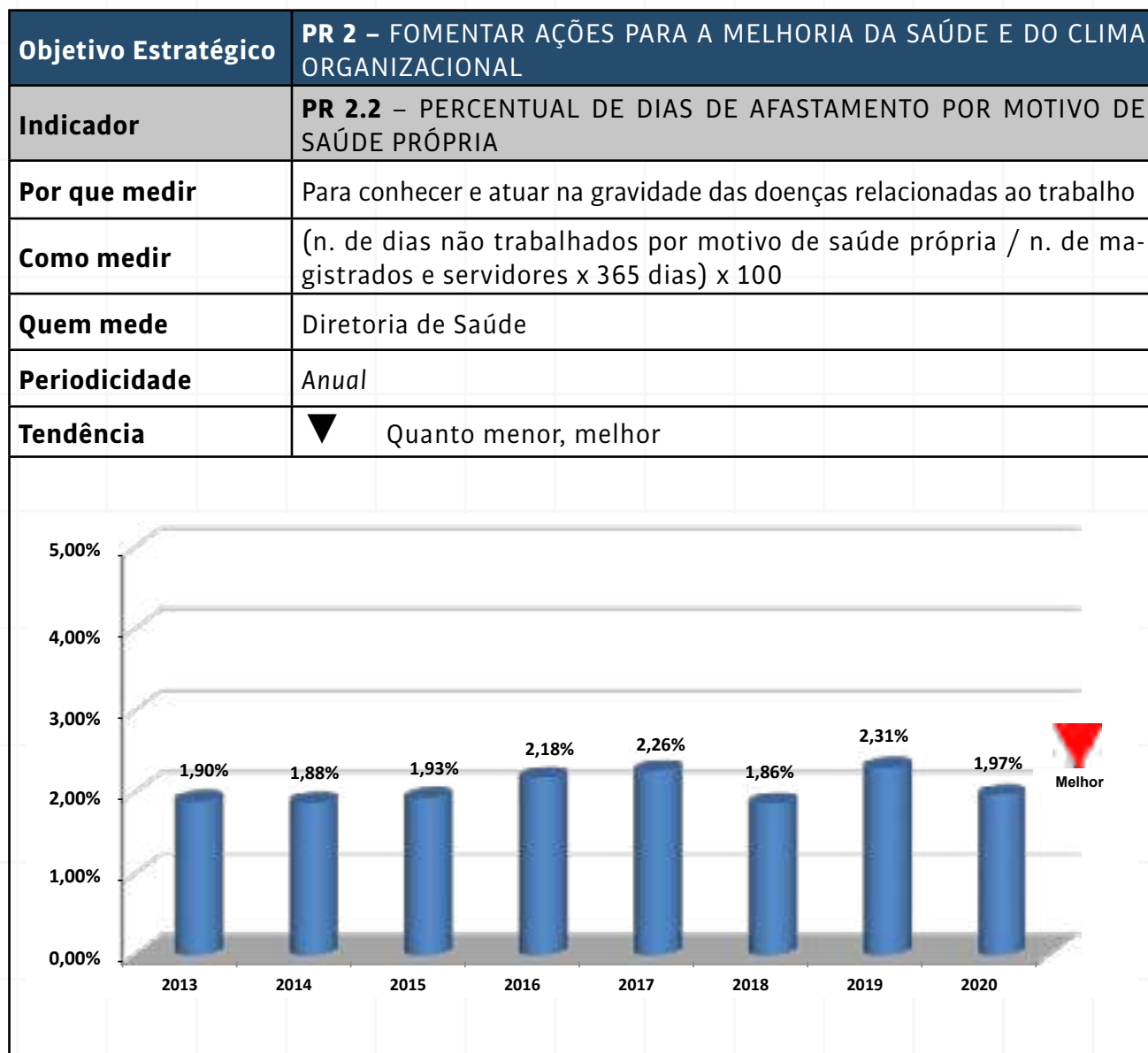
Pessoas e Recursos – PR

Objetivo Estratégico	PR 2 – FOMENTAR AÇÕES PARA A MELHORIA DA SAÚDE E DO CLIMA ORGANIZACIONAL
Indicador	PR 2.1 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES
O que mede	<p>O grau de satisfação das pessoas com a organização PJSC, utilizando questionário específico disponibilizado na intranet. Os resultados da pesquisa indicarão as comarcas/regiões que demandam a aplicação do programa de melhoria do clima organizacional</p> <p>É medida a satisfação do colaborador com relação ao desenvolvimento profissional; clareza organizacional, padrão de desempenho e autogestão da equipe; recompensa, volume de trabalho e reconhecimento; condições de infraestrutura para execução do trabalho; estilo gerencial; e comprometimento organizacional</p>



Pessoas e Recursos – PR

Objetivo Estratégico	PR 2 – FOMENTAR AÇÕES PARA A MELHORIA DA SAÚDE E DO CLIMA ORGANIZACIONAL
Indicador	PR 2.2 – PERCENTUAL DE DIAS DE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE SAÚDE PRÓPRIA
O que mede	Quantidade de dias de afastamento das atividades por motivo de doença, observando a Resolução GP n. 29/2006



Pessoas e Recursos – PR

Objetivo Estratégico	PR 2 – FOMENTAR AÇÕES PARA A MELHORIA DA SAÚDE E DO CLIMA ORGANIZACIONAL
Indicador	PR 2.3 – PERCENTUAL DE COLABORADORES AFASTADOS POR MOTIVO DE SAÚDE PRÓPRIA
O que mede	Quantidade de magistrados e servidores que foram afastados das atividades por motivo de doença, observando a Resolução GP n. 29/2006 Utilizar o mesmo critério para contagem de colaboradores para todos os indicadores

Objetivo Estratégico	PR 2 – FOMENTAR AÇÕES PARA A MELHORIA DA SAÚDE E DO CLIMA ORGANIZACIONAL																		
Indicador	PR 2.3 – PERCENTUAL DE COLABORADORES AFASTADOS POR MOTIVO DE SAÚDE PRÓPRIA																		
Por que medir	Para conhecer e atuar no controle das doenças que mais causam afastamento dos magistrados e servidores do trabalho																		
Como medir	(somatório de colaboradores que se afastaram por pelo menos 1 dia durante o semestre, por motivo de doença homologado pela Junta Médica / total de magistrados e colaboradores) x 100																		
Quem mede	Diretoria de Saúde																		
Periodicidade	Anual																		
Tendência	▼ Quanto menor, melhor																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Percentual</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2013</td> <td>18,94%</td> </tr> <tr> <td>2014</td> <td>18,16%</td> </tr> <tr> <td>2015</td> <td>20,47%</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>22,74%</td> </tr> <tr> <td>2017</td> <td>21,77%</td> </tr> <tr> <td>2018</td> <td>19,03%</td> </tr> <tr> <td>2019</td> <td>41,26%</td> </tr> <tr> <td>2020</td> <td>31,17%</td> </tr> </tbody> </table>		Ano	Percentual	2013	18,94%	2014	18,16%	2015	20,47%	2016	22,74%	2017	21,77%	2018	19,03%	2019	41,26%	2020	31,17%
Ano	Percentual																		
2013	18,94%																		
2014	18,16%																		
2015	20,47%																		
2016	22,74%																		
2017	21,77%																		
2018	19,03%																		
2019	41,26%																		
2020	31,17%																		

Pessoas e Recursos – PR

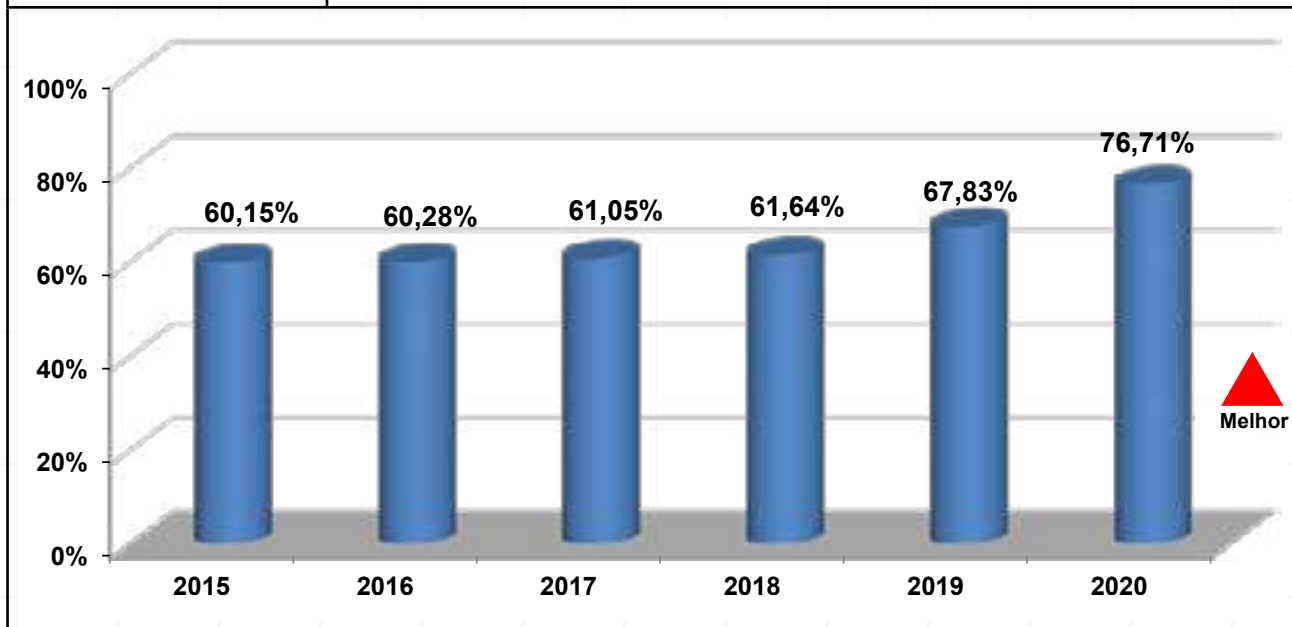
Objetivo Estratégico	PR 3 – ASSEGURAR SOLUÇÕES ADEQUADAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Indicador	PR 3.1 – NÚMERO DE DIAS EM QUE PRAZOS PROCESSUAIS FORAM PRORROGADOS EM FUNÇÃO DA INDISPONIBILIDADE DO SISTEMA
O que mede	A disponibilidade dos serviços judiciais à sociedade
Por que medir	Para quantificar a disponibilidade dos serviços judiciais à sociedade

Objetivo Estratégico	PR 3 – ASSEGURAR SOLUÇÕES ADEQUADAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO																		
Indicador	PR 3.1 – NÚMERO DE DIAS EM QUE PRAZOS PROCESSUAIS FORAM PRORROGADOS EM FUNÇÃO DA INDISPONIBILIDADE DO SISTEMA																		
Como medir	Analisando as certidões de indisponibilidade publicadas durante o ano. Serão considerados todos os dias de indisponibilidade que constarem nas certidões. Quando existirem duas certidões referentes ao mesmo dia para sistemas diferentes (ex.: sistema de primeiro grau e Turmas de Recursos), será contado apenas um dia. Havendo certidão de indisponibilidade referente a apenas um dos sistemas ou módulos (ex.: peticionamento eletrônico), o dia correspondente será contado																		
Quem mede	Diretoria de Tecnologia da Informação																		
Periodicidade	Anual																		
Tendência	▼ Quanto menor, melhor																		
<table border="1"> <caption>Dados do Gráfico de Barras</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Número de Dias</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2013</td> <td>16</td> </tr> <tr> <td>2014</td> <td>39</td> </tr> <tr> <td>2015</td> <td>43</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>42</td> </tr> <tr> <td>2017</td> <td>31</td> </tr> <tr> <td>2018</td> <td>30</td> </tr> <tr> <td>2019</td> <td>16</td> </tr> <tr> <td>2020</td> <td>10</td> </tr> </tbody> </table>		Ano	Número de Dias	2013	16	2014	39	2015	43	2016	42	2017	31	2018	30	2019	16	2020	10
Ano	Número de Dias																		
2013	16																		
2014	39																		
2015	43																		
2016	42																		
2017	31																		
2018	30																		
2019	16																		
2020	10																		

Pessoas e Recursos – PR

Objetivo Estratégico	PR 3 – ASSEGURAR SOLUÇÕES ADEQUADAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Indicador	PR 3.2 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS DE TIC
O que mede	A avaliação dos colaboradores em relação aos serviços de tecnologia da informação oferecidos pela Diretoria de Tecnologia da Informação

Objetivo Estratégico	PR 3 – ASSEGURAR SOLUÇÕES ADEQUADAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Indicador	PR 3.2 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS DE TIC
Por que medir	Para identificar a percepção dos usuários em relação à qualidade dos serviços de tecnologia da informação disponíveis
Como medir	Média aritmética das seguintes perguntas constantes da Pesquisa de Satisfação dos colaboradores: <ul style="list-style-type: none"> • Organizacional: sistemas informatizados disponibilizados para o desenvolvimento do trabalho (questão 12) • Organizacional: equipamentos e materiais disponibilizados para o desenvolvimento do trabalho (questão 13)
Quem mede	Diretoria de Gestão de Pessoas
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



Pessoas e Recursos – PR

Objetivo Estratégico	PR 4 – GARANTIR INFRAESTRUTURA ADEQUADA À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Indicador	PR 4.1 – NOTA DO PLANO DE OBRAS
O que mede	Nota de cada edificação (própria ou alugada) com base nas Resoluções CNJ n. 114/2010 e TJ n. 44/2011. É composta de dois conjuntos: estrutura física e adequação do imóvel à prestação jurisdicional
Por que medir	Para verificar se os imóveis pertencentes ao Poder Judiciário atendem aos requisitos exigidos nas Resoluções CNJ n. 114/2010 e TJ n. 44/2011
Como medir	Média ponderada (nota da edificação x m ²)
Quem mede	Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Desdobramento	Desdobramentos por critérios

Ano	Nota
2015	6,75
2016	6,77
2017	6,88
2018	6,99
2019	7,07
2020	7,20

Gestão – GE

Objetivo Estratégico	GE 1 – DISSEMINAR A CULTURA DO PLANEJAMENTO COM ÊNFASE NO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO ASSEGURANDO A GESTÃO PARTICIPATIVA
Indicador	GE 1.1 – ÍNDICE DE GESTORES DO 1º GRAU CAPACITADOS NO SISTEMA DE GESTÃO
O que mede	Quantidade de juízes e chefes de cartório capacitados no sistema de gestão Aprimorar
Por que medir	Para disseminar a cultura de planejamento estratégico e incentivar a utilização do sistema de gestão Aprimorar pelas varas e juizados especiais com vistas ao aumento da produtividade
Como medir	$(n. \text{ de juízes capacitados no sistema de gestão} + n. \text{ de chefes de cartório capacitados no sistema de gestão}) / (\text{total de juízes ativos} + \text{total de chefes de cartório})$
Quem mede	Corregedoria-Geral da Justiça
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Observação	Desdobramento: $(n. \text{ de juízes capacitados no sistema de gestão} / \text{total de juízes ativos})$ $(n. \text{ de chefes de cartório capacitados no sistema de gestão} / \text{total de chefes de cartório})$
<p>Resultado não disponível. O Núcleo II/CGJ informou que “o Curso de Gestão de Unidades Judiciais, anteriormente ministrado por este Órgão, sofreu reestruturação e passará a ser ministrado pelo Dr. Orlando Luiz Zanon, em parceria com a Academia Judicial.</p> <p>No entanto, no ano de 2020, em razão da edição da Resolução GP n. 14, foi suspensa a “participação em cursos e eventos de capacitação, incluídos aqueles oferecidos pela Academia Judicial, excetuadas as absolutamente imprescindíveis à continuidade dos serviços” (art. 1º, XV), de modo que ficou prejudicada a capacitação dos gestores no período”.</p>	

Gestão – GE

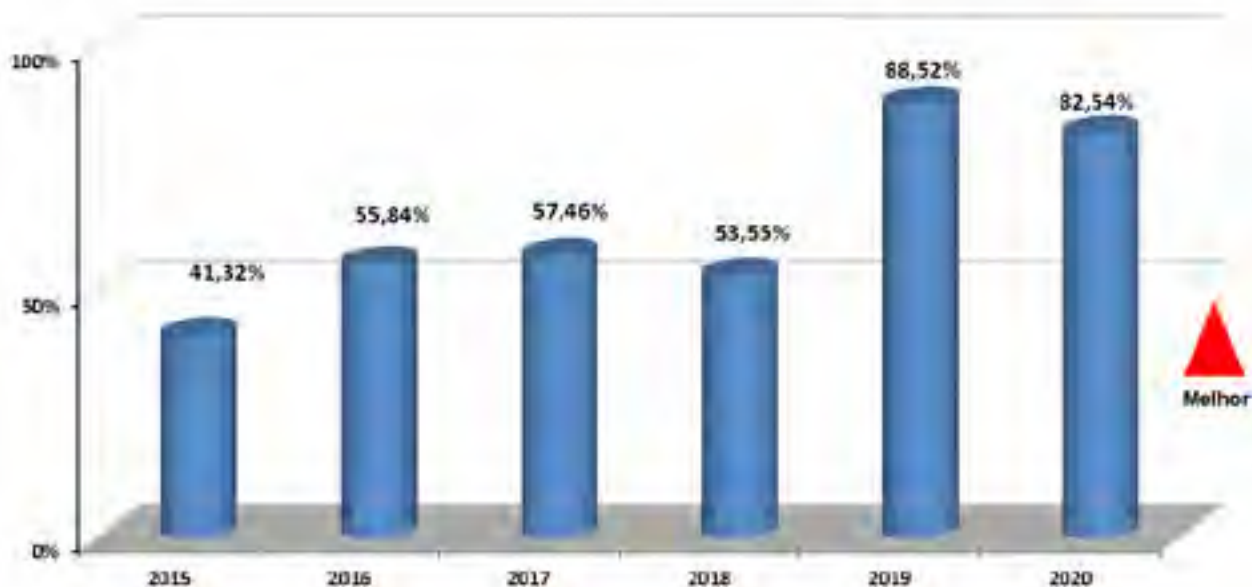
Objetivo Estratégico	GE 1 – DISSEMINAR A CULTURA DO PLANEJAMENTO COM ÊNFASE NO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO ASSEGURANDO A GESTÃO PARTICIPATIVA
Indicador	GE 1.2 – ÍNDICE DE COLABORADORES CAPACITADOS EM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
O que mede	Quantidade de colaboradores que participaram de cursos ou disciplinas cuja ementa aborde assuntos ligados ao planejamento estratégico e balanced scorecard do PJSC

Objetivo Estratégico	GE 1 – DISSEMINAR A CULTURA DO PLANEJAMENTO COM ÊNFASE NO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO ASSEGURANDO A GESTÃO PARTICIPATIVA
Indicador	GE 1.2 – ÍNDICE DE COLABORADORES CAPACITADOS EM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
Por que medir	Para que os colaboradores do PJSC estejam aptos a entender as orientações estratégicas institucionais e executá-las dentro de seu âmbito de atuação
Como medir	(n. de colaboradores capacitados / total de colaboradores do PJSC) * 100 Consideram-se colaboradores todos os magistrados e servidores ativos do PJSC Devem ser considerados os cursos específicos de planejamento estratégico e BSC e disciplinas dos cursos de pós-graduação da Academia Judicial
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Observação	Desdobramento: (n. de gestores capacitados / total de gestores do PJSC) * 100 Consideram-se gestores magistrados de primeiro e segundo grau, diretores do Tribunal e Justiça, chefes de divisão, chefes de seção, assessores técnicos, gestores dos órgãos ligados à Presidência, oficiais de gabinete, chefes de secretaria de foro e chefes de cartório
Resultado não disponível. A Academia Judicial informou que “a Edusoft, empresa responsável pela manutenção do sistema, não renovou o contrato de ações evolutivas e diante disso não houve possibilidade de fazer a devida adequação no sistema para extração das informações necessárias para a aferição dos indicadores.”	

Gestão – GE

Objetivo Estratégico	GE 2 – OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS, ESTABELECENDO PRIORIDADES PARA A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA
Indicador	GE 2.1 – ÍNDICE DAS CONTRATAÇÕES REALIZADAS DENTRO DO PRAZO REFERENCIAL
O que mede	O prazo das contratações em cada uma das modalidades de licitação e nas dispensas e inexigibilidades de licitação
Por que medir	Para assegurar a eficiência na execução do procedimento de contratação

Objetivo Estratégico	GE 2 – OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS, ESTABELECENDO PRIORIDADES PARA A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA
Indicador	GE 2.1 – ÍNDICE DAS CONTRATAÇÕES REALIZADAS DENTRO DO PRAZO REFERENCIAL
Como medir	Percentuais das contratações realizadas dentro do prazo referencial
Quem mede	Diretoria de Material e Patrimônio
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Observação	<p>O prazo referencial foi estabelecido considerando o somatório dos prazos de cada uma das atividades inerentes ao processo de contratação (fixados no PLI), tendo como marco inicial a data em que aporta o Projeto Básico na DMP, já autorizada a contratação pelo Diretor-Geral Administrativo; e como marco final, a homologação do processo de contratação</p> <p>São 15 atividades que envolvem os prazos individuais relativos às fases interna e externa das licitações e ao processo de contratação das dispensas e inexigibilidades</p>



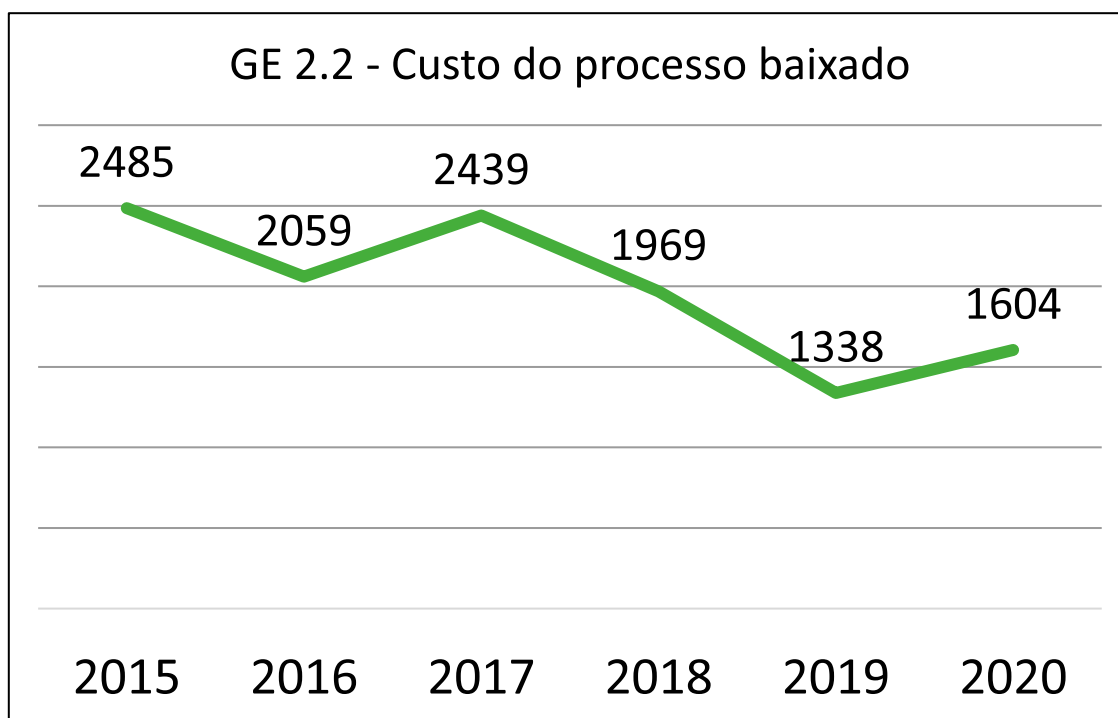
É importante salientar que, em 2020, a Diretoria de Material e Patrimônio implementou diversos projetos que culminaram na redução dos prazos médios de tramitação de procedimentos para contratações públicas. Segue a tabela com os prazos até 2019 e com os prazos médios a partir de 2020:

Objetivo Estratégico	GE 2 – OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS, ESTABELECENDO PRIORIDADES PARA A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA	
Indicador	GE 2.1 – ÍNDICE DAS CONTRATAÇÕES REALIZADAS DENTRO DO PRAZO REFERENCIAL	
	Até 2019	A partir de 2020
Concorrência	210 dias	180 dias
TP	180 dias	150 dias
Convite	120 dias	90 dias
Pregão	120 dias	90 dias
Dispensa	60 dias	45 dias
Inexigibilidade	45 dias	45 dias

Gestão – GE

Objetivo Estratégico	GE 2 – OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS, ESTABELECENDO PRIORIDADES PARA A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA
Indicador	GE 2.2 – CUSTO DO PROCESSO BAIXADO
O que mede	A relação entre as despesas do PJSC e o número de processos baixados
Por que medir	Para verificar se o PJSC está melhorando seus índices de produtividade em relação aos recursos financeiros disponíveis
Como medir	Dpj / T Baix Dpj (despesa total da Justiça) = ODCK (outras despesas correntes e de capital) + DRH (despesas com recursos humanos) T Baix (total de processos baixados) = T Baix1º + T baixTR + T baixJE + T Baix2º
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor

Objetivo Estratégico	GE 2 – OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS, ESTABELECENDO PRIORIDADES PARA A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA
Indicador	GE 2.2 – CUSTO DO PROCESSO BAIXADO
Observação	Consideração da indexação pela URC (unidade de referência de custas)



Gestão – GE

Objetivo Estratégico	GE 3 – IMPLEMENTAR A GESTÃO POR DESEMPENHO E ASSEGURAR A MELHORIA CONTÍNUA DOS PROCESSOS DE TRABALHO
Indicador	GE 3.1 – ÍNDICE DE COLABORADORES CAPACITADOS EM GESTÃO DE PROCESSOS DE TRABALHO
O que mede	Quantidade de colaboradores que participaram de cursos ou disciplinas cuja ementa aborde assuntos ligados a gestão de processos de trabalho
Por que medir	Para que os colaboradores estejam aptos a aplicar a metodologia de gestão de processos de trabalho utilizada no PJSC e, como consequência, obtenham a melhoria contínua nas atividades

Objetivo Estratégico	GE 3 – IMPLEMENTAR A GESTÃO POR DESEMPENHO E ASSEGURAR A MELHORIA CONTÍNUA DOS PROCESSOS DE TRABALHO
Indicador	GE 3.1 – ÍNDICE DE COLABORADORES CAPACITADOS EM GESTÃO DE PROCESSOS DE TRABALHO
Como medir	(n. de colaboradores capacitados / total de colaboradores do PJSC) * 100
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Resultado não disponível. A Academia Judicial informou que “a Edusoft, empresa responsável pela manutenção do sistema, não renovou o contrato de ações evolutivas e diante disso não houve possibilidade de fazer a devida adequação no sistema para extração das informações necessárias para a aferição dos indicadores.”	

Gestão – GE

Objetivo Estratégico	GE 3 – IMPLEMENTAR A GESTÃO POR DESEMPENHO E ASSEGURAR A MELHORIA CONTÍNUA DOS PROCESSOS DE TRABALHO
Indicador	GE 3.2 – ÍNDICE DE MACROPROCESSOS MELHORADOS
O que mede	Quantidade de macroprocessos da cadeia de valor que foram redesenhados e melhorados
Por que medir	Para garantir a perpetuação da metodologia e a melhoria contínua dos processos de trabalho
Como medir	(n. de macroprocessos melhorados / total de macroprocessos da cadeia de valor) Considerar macroprocessos melhorados aqueles que foram mapeados e redesenhados de acordo com a metodologia BPM adotada no PJSC
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor

Gestão – GE

Objetivo Estratégico	GE 4 – APERFEIÇOAR A COMUNICAÇÃO INTERNA
Indicador	GE 4.1 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM A EFETIVIDADE DA COMUNICAÇÃO INTERNA
O que mede	O grau de satisfação com a efetividade do processo de comunicação do Tribunal e seus colaboradores, dos superiores e seus subordinados e entre os diversos setores organizacionais
Por que medir	Para verificar se os colaboradores estão sendo informados de maneira oficial e adequada sobre os atos institucionais por parte do Tribunal e por parte de seus superiores hierárquicos
Como medir	Média aritmética das seguintes perguntas constantes da Pesquisa de Satisfação dos colaboradores: <ul style="list-style-type: none"> • Clareza organizacional: atendimento que recebe de outras áreas do PJSC (questão 4); • Clareza organizacional: comunicação institucional no PJSC (questão 5); • Estilo gerencial: comunicação com seu superior hierárquico (questão 23)
Quem mede	Diretoria de Gestão de Pessoas
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor

Ano	Índice de Satisfação (%)
2014	71,00%
2015	63,30%
2016	68,79%
2017	73,80%
2018	75,08%
2019	79,67%
2020	85,53%

Gestão – GE

Objetivo Estratégico	GE 5 – CONCRETIZAR A GESTÃO DO CONHECIMENTO
Indicador	GE 5.1 – ÍNDICE DE COLABORADORES CAPACITADOS EM GESTÃO DO CONHECIMENTO
O que mede	Quantidade de colaboradores que participaram de cursos ou disciplinas cuja ementa aborde assuntos ligados à gestão do conhecimento
Por que medir	Para que os colaboradores estejam aptos a aplicar os conceitos da gestão conhecimento no desempenho de suas atividades
Como medir	$(n. \text{ de colaboradores capacitados} / \text{total de colaboradores do PJSC}) * 100$
Quem mede	Asplan
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Resultado não disponível. A Academia Judicial informou que “a Edusoft, empresa responsável pela manutenção do sistema, não renovou o contrato de ações evolutivas e diante disso não houve possibilidade de fazer a devida adequação no sistema para extração das informações necessárias para a aferição dos indicadores.”	

Produtividade

Primeiro Grau de Jurisdição

Movimentação Processual

A série histórica a seguir, do último sexênio, destaca a variação de três indicadores que sintetizam a movimentação processual no primeiro grau de jurisdição: casos novos, sentenças e baixas processuais. O primeiro, representado na cor vermelha, que mede a quantidade de processos que chegam ao Poder Judiciário, expressa alto grau de litigiosidade no Estado, com uma média no período observado em torno de 877 mil processos, ou seja, a cada grupo de aproximadamente 8 pessoas, uma delas entrou com um processo judicial no Estado. Em que pese o fato de o ano de 2020 ter apresentado queda na quantidade de entrada processual (866.131), muito provavelmente em função da pandemia, mesmo assim é a segunda maior entrada na série histórica e merece atenção em 2021, quando poderá ultrapassar a marca de 1 milhão de processos caso se confirme uma demanda represada. O segundo indicador, destacado na cor verde, reflete a produção de sentenças nas unidades judiciais do Estado e merece destaque pelo crescimento nos últimos 4 anos. O incremento em 2020 foi de quase 8% em relação ao ano anterior, totalizando 773.125 sentenças proferidas, o que representa cerca de 7 sentenças a cada dia útil trabalhado e ilustra o comprometimento de magistrados e servidores com a prestação jurisdicional. Por fim, as baixas processuais, representadas em amarelo no gráfico a seguir, indicam um bom desempenho na série histórica. Em 2020, 941.207 processos cessaram sua tramitação no primeiro grau, o que, ao superar o quantitativo de casos novos, traz como consequência a queda do acervo processual, conforme será explorado adiante.



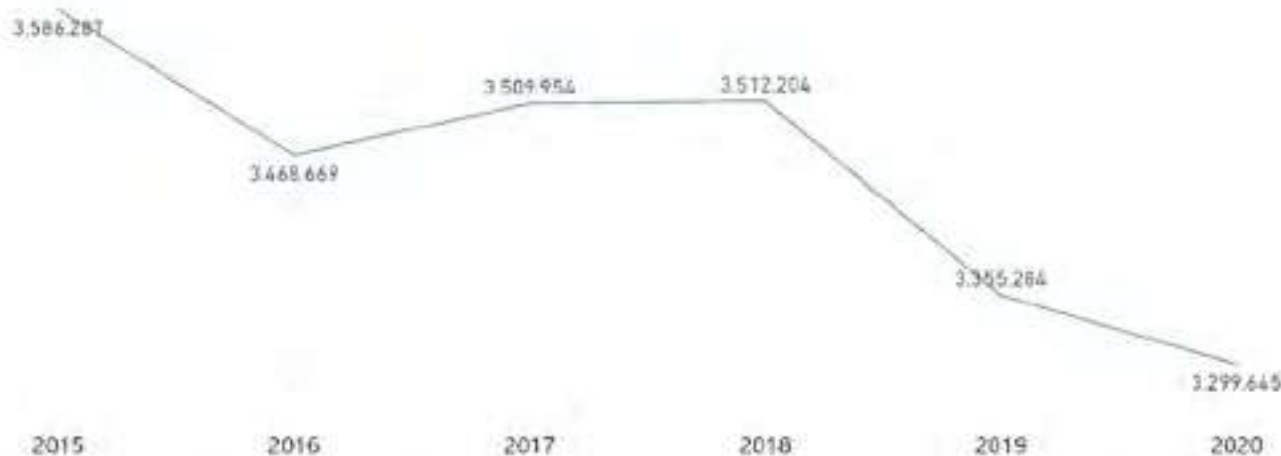
Índice de Atendimento à Demanda

O Índice de Atendimento à Demanda (IAD), que representa a razão entre o número de processos baixados e o de casos novos, teve um ótimo comportamento. Nos últimos três anos se identificou percentual maior do que 100%, o que significa dizer que o número de processos que tiveram sua tramitação encerrada, ou seja, que foram baixados, excedeu o número de processos novos no Poder Judiciário.



Acervo

Conforme mencionado anteriormente, a série histórica indica tendência de diminuição do acervo, decorrente sobretudo da superação do número de processos baixados em relação aos casos novos. No último ano a queda foi de quase 2%, totalizando 55.639 processos a menos no acervo processual.



Segundo Grau de Jurisdição

Movimentação Processual

A série histórica a seguir, compreendida por um conjunto de três indicadores, ilustra o bom desempenho dos desembargadores do Poder Judiciário catarinense, especialmente a partir de 2017, quando a quantidade de julgamentos colegiados e unipessoais, representado no gráfico pela cor verde, supera a quantidade de entradas processuais. Merece destaque o desempenho no ano de 2020, quando, mesmo diante da pandemia do novo coronavírus, se superaram os números anteriores da série histórica, perfazendo 168.144 julgamentos. Tal índice representa cerca de 28% de incremento em relação ao ano anterior e uma produtividade média de aproximadamente 7 julgamentos por desembargador a cada dia útil trabalhado, equivalente ao desempenho do primeiro grau de jurisdição. Vale a pena destacar aqui a inovação trazida pelas sessões virtuais e a implantação do sistema eproc, que contribuíram positivamente para esse desempenho. Por outro lado, o alto índice de litigiosidade se manifesta na quantidade de casos novos e incidentes processuais. O indicador de entradas, representado pela cor vermelha, vem se intensificando nos últimos anos. Em 2020 foram totalizadas 161.116 demandas, indicando quase 30% de acréscimo em relação ao ano anterior. Também merecem destaque e atenção o indicador de baixas processuais, representado pela cor amarela no gráfico. A série histórica aponta crescimento do indicador desde 2016. Em 2020, apesar de o crescimento ter sido de 3% em relação ao ano anterior, o desempenho não superou o percentual de crescimento da entrada, o que gerou acúmulo de acervo. Tal fato merece ser acompanhado, pois os números ilustram a existência de um passivo pendente de baixa processual. Nesse quesito, é importante destacar que a pandemia e a migração processual do SAJ para o eproc impactaram diretamente no desempenho positivo do indicador, mas este deve ser normalizado ao longo de 2021.



Índice de Atendimento à Demanda

O Índice de Atendimento à Demanda (IAD) no segundo grau de jurisdição demonstra os desafios para atender à demanda crescente apontada na seção anterior. Conforme exposto, em 2020 o indicador sofreu forte impacto em função do incremento de 30% na quantidade de demandas processuais, acompanhado de limitações no acréscimo de baixas, especialmente decorrentes da pandemia e da migração do SAJ para o eproc. A série histórica acima dos 100% nos anos de 2018 e 2019 foi interrompida em 2020, quando alcançou 85,22%. Todavia, a perspectiva é bastante positiva para 2021, uma vez que a quantidade de julgados no mesmo período superou a entrada em pouco mais de 4%. Em linhas gerais, significa dizer que os processos evoluíram de forma menos célere entre o julgamento e a baixa processual, indicando um “represamento” nessa fase.



Acervo

O acervo processual do segundo grau foi impactado diretamente pelos motivos expostos nas seções anteriores, com aumento de cerca de 38%, conforme o gráfico abaixo.



Metas Nacionais do Poder Judiciário

Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no mesmo ano.

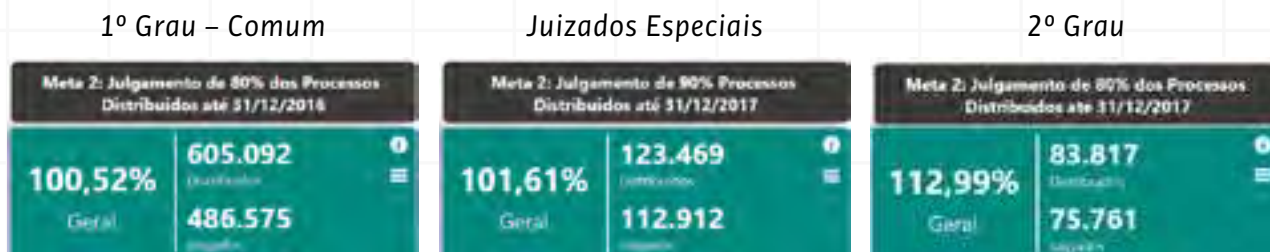


Observação: o Conselho Nacional de Justiça adota critérios específicos no cálculo do cumprimento das metas nacionais. Por isso, em que pese o fato de a quantidade de julgados ter sido maior que a quantidade de entradas no segundo grau de jurisdição, a meta não alcançou 100%, uma vez que um conjunto de classes específicas é desconsiderado no cálculo.

Meta 2 – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar até 31/12/2020 pelo menos:

- no primeiro grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2016;
- no segundo grau, 80% dos distribuídos até 31/12/2017; e
- nos juizados especiais e nas turmas recursais, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2017.



As metas listadas a seguir estão em processamento, e o resultado será disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a partir do mês de fevereiro no portal Metas Nacionais, disponível em <https://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/>.

Meta 3 – Estimular a conciliação

Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 2 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

Identificar e julgar até 31/12/2020 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2017, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

Meta 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar até 31/12/2020 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no primeiro grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018 no segundo grau.

Meta 8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres

Identificar e julgar até 31/12/2020 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2018, e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2019.

Meta 9 – Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário

Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Meta 12 – Impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas

Identificar e impulsionar até 31/12/2020 os processos que versem sobre obras públicas paralisadas, especialmente creches e escolas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019.

Contas Públicas

Gestão Orçamentária e Financeira

O orçamento do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC) é executado por meio de duas unidades orçamentárias: **03001 – Tribunal de Justiça de Santa Catarina e 03091 – Fundo do Reparelhamento da Justiça.**

Receitas e Repasses Recebidos

Composição das Receitas

O Poder Judiciário de Santa Catarina tem três grupos de fontes de recursos que fomentam suas atividades, dando origem aos recursos orçamentários: duodécimo, Fundo de Reparelhamento da Justiça e Sidejud.

Os recursos oriundos do duodécimo e do Sidejud são controlados e executados pela Unidade Orçamentária 03001 – Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Já os recursos do Fundo de Reparelhamento da Justiça, pela Unidade Orçamentária 03091 – Fundo do Reparelhamento da Justiça.

A seguir, detalha-se cada grupo de fontes de recursos.

I – Grupo de fontes de recursos do duodécimo: repasses do Poder Executivo correspondentes a 9,41% da receita líquida disponível (RLD) do Estado. Além dos recursos supramencionados, compõem também o referido grupo de fontes de recursos as receitas próprias diretamente arrecadadas geradas pelo esforço do órgão, especificamente a remuneração das disponibilidades bancárias (rendimentos de aplicações financeiras) e a remuneração auferida por meio do contrato n. 123/2019 com o Banco do Brasil, para centralização pelo banco dos créditos provenientes da folha de pagamento gerada pelo Tribunal.

II – Sistema de Gestão Centralizada dos Depósitos Judiciais (Sidejud): constitui os rendimentos provenientes do saldo positivo obtido do total de recursos disponíveis (patrimônio líquido do fundo de investimento), deduzido o valor total dos saldos das subcontas atualizadas de acordo com a poupança, pro rata die, e os rendimentos resultantes de aplicações financeiras dessa receita (Lei n. 15.327/2010, art. 3º, § 2º), que é transferida e contabilizada no orçamento do Poder Judiciário.

III – Fundo de Reparelhamento da Justiça (FRJ): recursos oriundos de custas

judiciais, custas extrajudiciais, outras receitas diversas, receitas de dívida ativa, Selo de Fiscalização dos Atos Notariais e Registros e remunerações das disponibilidades bancárias (Lei n. 8.067/1990).

Receitas arrecadadas e repasses recebidos

O quadro abaixo mostra a previsão inicial das receitas totais do PJSC consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 (Lei n. 17.698/2019) e a respectiva arrecadação, segregada por grupo de fontes de recursos:

Fonte de Recurso	Receita Prevista	Receita Arrecadada	Superávit/ Déficit	Superávit/ Déficit (%)
Duodécimo	1.757.617.930,00	1.749.728.198,87	-7.889.731,13	-0,45%
Sidejud	101.504.846,00	23.849.932,11	-77.654.913,89	-76,50%
Fundo de Reaparelhamento da Justiça	296.003.196,00	342.733.196,69	46.730.000,69	15,79%
Total	2.155.125.972,00	2.116.311.327,67	-38.814.644,33	-1,80%
Repasse IPREV - inativos	277.677.889,99	277.677.889,99	0,00	0,00%
Repasse IPREV - extrajudiciais	34.344.062,63	34.344.062,63	0,00	0,00%
Total	2.467.147.924,62	2.428.333.280,29	-38.814.644,33	-1,80%

Com o objetivo de financiar os programas de trabalho planejados pelo TJSC, a Lei Orçamentária Anual de 2020 estimou a receita orçamentária do Poder Judiciário em R\$ 2.155.125.972,00.

A receita orçamentária arrecadada atingiu o montante de R\$ 2.116.311.327,67. Estão incluídas neste as receitas originárias do spread da conta de precatórios do Estado e dos municípios registradas respectivamente nos valores de R\$ 1.020.651,76 e R\$ 183.367,28.

O confronto da previsão de receita consignada na LOA/2020 com a receita orçamentária arrecadada no exercício financeiro correspondente evidencia déficit de arrecadação total da ordem de R\$ 38.814.644,33 (1,80%).

Analisando de forma segregada, denota-se que o grupo de fontes de recursos do FRJ obteve excesso de arrecadação da ordem de R\$ 46.730.000,69, ou seja, 15,79% acima do previsto. Por outro lado, os grupos de fontes de recursos do duodécimo e do Sidejud amargaram déficit de arrecadação da ordem de R\$ 77.654.913,89 e R\$ 7.889.731,13 respectivamente, ou seja, 76,50% e 0,45% abaixo do previsto.

Ao comparar a arrecadação de 2020 em relação à verificada em 2019, observou-se redução nominal de 0,74%. Levando em consideração a inflação acumulada em 2020 de 4,52%, calculada pelo IPCA/IBGE, chegou-se a uma redução real das receitas arrecadadas da ordem de 5,03%.

A causa da redução da receita arrecadada está concentrada no grupo de fontes de recursos do SIDEJUD, em que a redução nominal foi de 72,30%, sendo a redução real de 73,50%. O resultado negativo está intimamente associado às reduções sucessivas da taxa básica de juros da economia (SELIC) e sua manutenção nos menores níveis históricos, bem como devido à desvalorização dos títulos públicos Tesouro Selic.

Ao passo que o grupo de fontes de recursos do duodécimo, apesar de ter apresentado um crescimento nominal de 1,36% em termos reais, mostrou redução real de 3,02%. A baixa performance está associada à crise fiscal decorrente da pandemia de Covid-19, como resultado das medidas para sua contenção que afetaram a arrecadação tributária do Poder Executivo, principalmente a relativa ao ICMS.

Em sentido inverso, a receita arrecadada do grupo de fontes de recursos do FRJ ostentou um resultado positivo em relação ao ano anterior, tanto em termos nominais quanto reais, apresentando um crescimento em relação a 2019, respectivamente 7,20% e 2,57%.

No que concerne ao repasse do IPREV destinado à quitação da folha de pagamento dos inativos do PJSC e dos servidores inativos e pensionistas pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz (transferidos ao Poder Judiciário por força da Lei Complementar n. 127/1994), cumpre observar que as respectivas dotações orçamentárias estão consignadas no orçamento da autarquia, mas com execução financeira realizada neste Poder. Ou seja, o crédito é descentralizado em favor do Poder Judiciário para execução da despesa em seu exato montante.

Repasses do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

Conforme previsto na Lei Complementar estadual n. 188, de 1999, parte das receitas auferidas pelo FRJ são repassadas a outros órgãos. A lei prevê destinação de recursos para o Ministério Público de Santa Catarina e o Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina.

O quadro abaixo apresenta os valores destinados a outros órgãos:

Destinação	Custas Extrajudiciais	Custas Judiciais	Total
FUPESC	38.796.148,42	-	38.796.148,42
FERMP	7.759.229,68	36.511.933,96	44.271.163,64
Total	46.555.378,10	36.511.933,96	83.067.312,06

Despesas Realizadas

Com o objetivo de padronizar os demonstrativos publicados no portal da transparência do Poder Judiciário, na execução da despesa foi utilizada a liquidada. Esta representa o segundo estágio da despesa orçamentária. A liquidação da despesa geralmente é processada pelas unidades executoras ao receberem o objeto do empenho. Conforme previsto no art. 63 da Lei n. 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, tendo como objetivos: apurar a origem e o objeto do que se deve pagar; apurar a importância exata a pagar; e apurar a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

No tocante às dotações orçamentárias destinadas ao pagamento da folha dos inativos do PJSC, bem como dos servidores inativos e pensionistas pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz, estão consignadas no orçamento do IPREV, sendo que a execução ocorre por intermédio de descentralização orçamentária e financeira oriunda da autarquia. Nesse sentido, não são consideradas ao se tratar de execução orçamentária do PJSC.

As despesas liquidadas do Poder Judiciário no exercício de 2019 somaram R\$ 2.085.374.047,66, sendo realizada segundo os grupos de fontes de recursos nos seguintes valores: a) duodécimo, R\$ 1.780.106.771,86; b) Sidejud, R\$ 30.481.938,51; e c) FRJ, 274.785.337,29.

Assim, o índice de execução orçamentária do Orçamento TJSC/2020, que corresponde à razão das despesas liquidadas em relação às dotações orçamentárias atualizadas, atingiu 83,27%, sendo 95,20% no duodécimo, 20,67% no Sidejud e 56,43% no FRJ.

Os recursos financeiros alocados nos projetos e atividades que compõem o orçamento do TJSC foram executados por meio de duas unidades orçamentárias: 03001 – Tribunal de Justiça de Santa Catarina e 03091 – Fundo do Reaparelhamento da Justiça. O Anexo I sintetiza todas as ações (projetos e atividades) previstas e realizadas referentes ao exercício de 2020.

De modo a detalhar os gastos apresentados no Anexo I, há em seguida um relatório das principais ações previstas e realizadas, segregadas por áreas temáticas.

Tecnologia da Informação

A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) é o setor responsável pelo planejamento e execução dos projetos da área de tecnologia da informação (TI) no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (PJSC), bem como por implementar ações que visam melhorar a gestão dos serviços, promover a inovação tecnológica e otimizar os recursos de TI.

Os recursos orçamentários, atualmente oriundos tanto do Sistema de Depósitos Judiciais (SIDEJUD) como do Fundo de Reparcelamento da Justiça (FRJ), estão distribuídos de acordo com a necessidade de cada projeto e dentro da vigência do plano plurianual (PPA).

Ademais, os recursos orçamentários destinados à TI estão apoiados nos direcionamentos da Estratégia Nacional de TI do Poder Judiciário (Entic-Jud), previstos nas Resoluções n. 182/2013 e n. 211/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A Entic-Jud está estruturada em ações orientadas à melhoria da governança e gestão de TI, padrões de desenvolvimento e sustentação de sistemas de informação, infraestrutura tecnológica e gestão de pessoas.

Abaixo estão relacionados os principais produtos/atividades executados pela Diretoria de TI do PJSC.

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14101 – Gestão de Microinformática – SIDEJUD	11.663.331,20	4.108.792,92
Principais produtos/serviços ofertados		
<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de nobreaks de 3,2 kVA; • Serviço continuado de manutenção de Scanners Kodak i2400; • Serviço continuado de manutenção de Scanners Fujitsu S510 e S1500; • Serviço continuado de manutenção de Scanners Kodak i3400; • Serviço continuado de manutenção de Ultrabook HP 9470m; • Aquisição de 1.000 computadores tipo minidesktop; • Aquisição de carregador externo para Ultrabook, pente de memória RAM, fone de ouvido (headset – VOIP), HD Externo, HD SSD e peças para impressoras. 		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14102 – Gestão de Sistemas Administrativos – SIDEJUD	11.218.347,71	536.483,14
Principais produtos/serviços ofertados		
<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de Software de Gestão Integrada – ERP; • Manutenção de Software de Gestão Educacional da Academia Judicial; • Aquisição e manutenção de soluções de mercado para diversas áreas administrativas, tais como saúde; farmácia; gestão de pessoas; biblioteca; controle de acesso e ponto; editoração; entre outros; • Atualização de base de dados (CPF/CNPJ) da RFB; • Manutenção de ferramentas de TI, como BI e plataforma de gestão do Portal Institucional; • Serviços de fábricas de software e de métricas. 		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 10532 – Gestão de Sistemas Judiciais – FRJ	68.847.366,62	35.709.392,59
Principais produtos/serviços ofertados		
<ul style="list-style-type: none"> • Prestação de serviços de atendimento ao usuário interno do SAJ e módulos licenciados, prestando manutenção corretiva quando aplicável (com aplicação de versões de correções) e de acompanhamento da operação e apoio técnico à infraestrutura. 		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14104 – Gestão de Telecomunicações – SIDEJUD	33.257.034,57	4.362.682,95
Principais produtos/serviços ofertados		
<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção do Sistema de Centrais telefônicas e dos serviços de telefonia fixa; • Manutenção do acesso à telefonia móvel, banda larga móvel e banda larga dos magistrados, sendo os dois últimos até o dia 30/06; • Manutenção da solução do Sistema de AS do Poder Judiciário, permitindo a redundância de links de internet; • Colocação de link redundante de internet no sistema AS; • Colocação de links redundantes na grande maioria das comarcas (2, 3 e até 4 links), garantindo a alta disponibilidade das unidades; • Manutenção no sistema de monitoramento (24x7) do parque lógico dos equipamentos ativos de rede, garantindo respostas rápidas aos incidentes; • Instalação de novos equipamentos de rede na Torre II para atualização e garantia dos serviços de rede. 		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14105 – Gestão de Infraestrutura de TI – SIDEJUD	30.876.354,72	4.600.539,10
Principais produtos/serviços ofertados		
<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção e suporte da infraestrutura de bancos de dados Oracle, MySQL e Caché; • Manutenção e suporte da infraestrutura Microsoft (AD, e-mail, colaboração); • Manutenção e suporte de equipamentos de armazenamento de dados; • Aquisição de equipamentos servidores de rede e de armazenamento para modernização da infraestrutura de virtualização de servidores; • Aquisição de certificados digitais. 		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14107 – Governança e gestão de TI – SIDEJUD	2.601.171,80	65.848,49
Principais produtos/serviços ofertados		
<ul style="list-style-type: none"> • Licenciamento para Central de Serviços e consultoria para melhoria dos processos de gestão de serviços de TI. 		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14206 – Segurança da informação – SIDEJUD	4.297.532,00	651.512,29
Principais produtos/serviços ofertados		
<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de licenciamento das ferramentas de segurança de endpoint, e-mail, SPAM; • Renovação do licenciamento da ferramenta de segurança de perímetro (firewall); • Manutenção da ferramenta de segurança de perímetro; • Manutenção da ferramenta de assinatura digital e carimbo de tempo; • Aquisição de solução para armazenamento seguro de documentos (CAS) para sistemas de gestão de processos judiciais; • Manutenção e suporte de datacenters. 		

Capacitação

A Academia Judicial é o órgão de apoio do Poder Judiciário de Santa Catarina responsável pela formação institucional e emprega seus esforços no desenvolvimento de ações formativas que possam repercutir nos campos profissional, pessoal e social daqueles que integram seus quadros.

Nessa seara, os cursos se dividem em três tipificações: formação inicial, formação continuada e formação suplementar. No que diz respeito à modalidade, podem ser à distância (com tutoria ou autoinstrucional), presencial ou semipresencial. Quanto ao porte, são classificados como cursos ou eventos.

Todos os cursos ou eventos estão alinhados aos objetivos institucionais. Destacamos a seguir aqueles de grande impacto no que tange ao público-alvo e aos projetos institucionais.

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 6781- Capacitação e aperfeiçoamento – SIDEJUD	24.157.888,12	7.719.501,10
Principais produtos/serviços ofertados		
Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura;		
EPROC – Gabinetes de Segundo Grau;		
Mediação Judicial (2 turmas);		
Entrevista Investigativa Aplicada ao Depoimento Especial;		
Capacitação para o Teletrabalho (3 turmas);		
Formar para Transformar;		
Curso de Atendimento ao Público com Qualidade (3 turmas);		
Língua Portuguesa: Tópicos Gramaticais (3 turmas);		
Nivelamento de Servidores do Poder Judiciário e Administração Pública – CNJ (6 turmas);		
Comunicação Social, Judiciário, Gênero e Diversidade (3 turmas);		
Curso de Femicídio e Questões de Gênero (2 turmas);		
Relações Interpessoais no Poder Judiciário de Santa Catarina (3 turmas);		
Tribunal do Júri – ENFAM (2 turmas);		
Improbidade Administrativa – ENFAM;		
Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes – ENFAM (2 turmas);		
Curso de Avaliação de Desempenho: Procedimentos e Feedback (2 turmas);		
Aspectos Gerais e Questões Controvertidas do Sistema Penitenciário Federal – ENFAM;		
Curso de Conciliação Online: Noções Básicas (2 turmas);		
Gestão de Pessoas – ENFAM;		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 6781- Capacitação e aperfeiçoamento – SIDEJUD	24.157.888,12	7.719.501,10
Principais produtos/serviços ofertados		
Gênero Bate à Porta do Judiciário: Aplicação do Formulário Nacional de Risco (2 turmas);		
O Juiz e a Atividade Notarial e Registral – ENFAM;		
Execução Penal – ENFAM;		
Depoimento Especial – Etapa Supervisão (8 turmas);		
Curso Eproc – Precatórios;		
Curso de Preparação para Pretendentes à Adoção (9 turmas);		
A Atividade Notarial e Registral;		
Depoimento Especial aos Magistrados (3 turmas);		
Introdução em Justiça Restaurativa e Cultura da Não Violência;		
Fórum Permanente de Eficiência da Gestão Tributária;		
Teorias da Justiça – ENFAM;		
Direito dos Contratos: Princípios Norteadores e a Conformidade com a Constitucionalização do Direito Civil;		
Ativismo Judicial: Noções Teóricas e Dimensões Práticas;		
Decisão Jurídica Conforme Linhas Interpretativas: Argumentação, Procedimento e Hermenêutica;		
LGPD: Aspectos Gerais e Causas de Judicialização;		
Entrevista Investigativa Aplicada ao Depoimento Especial – Etapa III (2 turmas);		
Lives Tira Dúvidas DTI;		
Curso de Formação de Conciliadores e Mediadores Judiciais;		
Curso de Atualização em Procedimentos Jurisdicionais de 2º Grau;		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 6781- Capacitação e aperfeiçoamento – SIDEJUD	24.157.888,12	7.719.501,10
Principais produtos/serviços ofertados		
Solenidade de lançamento do livro “Norberto Ungaretti: Espírito Iluminado”, de autoria do jornalista e escritor Moacir Pereira;		
Mestrado profissional em convênio com a UFSC;		
Concessão de bolsas de estudo para participação em cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado);		
Programa de Residência Judicial;		
Núcleos de Estudo e Pesquisa – NEPs; e		
Revista científica e publicação de e-books.		

Construções, Reformas, Ampliações e Manutenção Predial

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (DEA) é o setor responsável pelo planejamento e execução de projetos, pela fiscalização de obras de construção, ampliação e reforma de edificações do Poder Judiciário catarinense, bem como pela gestão de diversos contratos de manutenção predial.

Os recursos orçamentários, grande parte oriundos do Fundo de Reaparelhamento de Justiça, estão distribuídos de acordo com a necessidade de cada projeto e dentro da vigência do plano plurianual (PPA) (período de quatro anos).

A DEA tem como principal atribuição o gerenciamento de ações destinadas ao cumprimento de metas, propostas e diretrizes traçadas pela Administração, entre as quais se destacam:

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 6694 – Construção do Fórum da comarca de Rio do Sul – FRJ	15.980.277,76	14.988.750,79
Principais produtos/serviços ofertados		
Contrato: 136/2018 – Conclusão da obra de construção do novo fórum		
Valor total do contrato e aditivos: R\$ 19.417.281,68		
Área do prédio: 10.443,73 m ²		
Situação da obra: 100% concluída (outubro/2020)		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 12002 – Construção do Fórum da comarca de Timbó – FRJ	6.250.000,00	3.968.031,48
Principais produtos/serviços ofertados		
Contrato: 050/2018 – Construção do novo fórum Valor total do contrato e aditivos: R\$ 17.212.411,54 Área do prédio: 6.857,59 m ² Situação da obra: 57,33% concluída		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 11634 – Construção do Fórum da comarca de Imbituba – FRJ	5.918.715,68	1.506.146,20
Principais produtos/serviços ofertados		
Contrato: 131/2019 – Construção do novo fórum Valor total do contrato e aditivos: R\$ 21.422.121,38 Área do prédio: 6.857,59 m ² Situação da obra: 7,33% concluída		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 6602 – Reforma do Fórum da comarca de Blumenau – sede – FRJ	3.442.702,96	912.130,33
Principais produtos/serviços ofertados		
Contrato: 055/2019 – Reforma global do fórum Valor total do contrato e aditivos: R\$ 14.107.342,21 Área do prédio: 10.121,23 m ² Situação da obra: 13,29% concluída		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 12472 – Reforma do Fórum da comarca de Seara – FRJ	1.010.685,36	894.129,90
Principais produtos/serviços ofertados		
Contrato: 142/2019 – Reforma parcial do fórum – cobertura e outros serviços Valor total do contrato e aditivos: R\$ 894.130,21 Área do prédio: 1.016,84 m ² Situação da obra: 100% concluída (agosto/2020)		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14077 – Reforma do Fórum da comarca de Caçador – FRJ	1.088.339,89	599.580,68
Principais produtos/serviços ofertados		
Contrato: 023/2020 – Reforma parcial do fórum – acessibilidade, PCI e outros serviços Valor total do contrato e aditivos: R\$ 1.273.470,65 Área do prédio: 1.624,48 m ² Situação da obra: 15,84% concluída		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 11640 – Reforma do Fórum da comarca de Turbarão – FRJ	564.759,94	536.135,11
Principais produtos/serviços ofertados		
Contrato: 211/2019 – Reforma parcial do fórum – climatização de áreas comuns Valor total do contrato e aditivos: R\$ 473.579,17 Área do prédio: 5.213,69 m ² Situação da obra: 100% concluída (junho/2020)		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14212 – Reforma do Fórum da comarca de Urubici	402.073,00	335.926,06
Principais produtos/serviços ofertados		
Contrato: 188/2019 – Reforma parcial do fórum – cobertura e outros serviços Valor total do contrato e aditivos: R\$ 335.926,06 Área do prédio: 724,98 m ² Situação da obra: 100% concluída (julho/2020)		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 12477 – Manutenção predial – FRJ	24.931.498,51	14.551.236,74
Principais produtos/serviços ofertados		
<p>Serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, adequação, modernização e melhoria da segurança dos prédios do Poder Judiciário (regiões: Grande Florianópolis 1º Grau, Grande Florianópolis 2º Grau, Norte do Estado, Sul do Estado, Serrana, Oeste do Estado e Vale do Itajaí)</p> <p>Total liquidado: R\$ 7.576.477,38</p> <p>Serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de climatização instalados nos prédios do Poder Judiciário</p> <p>Total liquidado: R\$ 3.762.127,00</p> <p>Serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de transporte vertical (elevadores e plataformas elevatórias) instalados nos prédios do Poder Judiciário</p> <p>Total liquidado: R\$ 547.023,98</p> <p>Serviços de manutenção preventiva e corretiva nas estações de tratamento de esgoto (ETEs) dos prédios do Poder Judiciário</p> <p>Total liquidado: R\$ 809.537,85</p> <p>Serviços de manutenção preventiva e corretiva nas subestações de energia dos prédios do Poder Judiciário</p> <p>Total liquidado: R\$ 581.079,23</p> <p>Outros serviços de manutenção preventiva e corretiva</p> <p>Total liquidado: R\$ 1.274.991,30</p>		

Gestão de Pessoas

A Diretoria de Gestão de Pessoas e a Coordenadoria de Magistrados são os responsáveis pelo gerenciamento e supervisão do quadro de pessoal do Poder Judiciário, tanto da Justiça de primeiro grau quanto da Secretaria do Tribunal de Justiça, envolvendo magistrados, servidores efetivos e comissionados, inativos, estagiários, voluntários e terceirizados.

Esse trabalho envolve o controle do ingresso na carreira, com o acompanhamento dos processos de nomeação dos servidores, de contratação de estagiários e terceirizados, e de adesão dos voluntários.

A principal atividade diz respeito à gestão da folha de pagamento. Abaixo se destaca o que de mais importante afetou essa ação:

Programa: 0930 – Gestão Administrativa – Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 6777 – Administração de pessoal ativo e encargos – TJ	1.765.570.842,62	1.704.749.382,37
Principais produtos/serviços ofertados		
<p>65 nomeações de servidores efetivos;</p> <p>313 nomeações de servidores para cargos em comissão;</p> <p>1.980 vagas de estágio preenchidas;</p> <p>Pagamento de promoções de servidores.</p>		

Assistência Judiciária Gratuita

A Lei Complementar estadual n. 730, de 21 de dezembro de 2018, destinou até um terço da receita do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ), originária dos atos e serviços notariais e registrais, para o pagamento de honorários a advogados, peritos e assistentes nomeados pela autoridade judiciária para atuação em benefício dos abrangidos pela assistência judiciária gratuita.

Com isso, em 8 de abril de 2019, o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina editou a Resolução CM n. 5, que instituiu o Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária Gratuita e estabeleceu os valores de honorários de peritos, tradutores, intérpretes e defensores dativos, passando a operacionalizar o pagamento de honorários de justiça gratuita devidos após 21/12/2018.

O Sistema AJG/PJSC é destinado ao gerenciamento de cadastros dos profissionais interessados em atuar nos processos em que haja parte beneficiada pela justiça gratuita, bem como das nomeações e do pagamento de honorários. A nomeação de profissional e a solicitação de pagamento dos honorários referentes ao serviço prestado são realizadas pelas unidades judiciais exclusivamente por meio do sistema.

Em outubro de 2019, a partir da celebração do Convênio n. 153/2019 com a Defensoria Pública do Estado, o Poder Judiciário de Santa Catarina passou a ser responsável também pela operacionalização do pagamento de honorários devidos antes de 21/12/2018, nos limites definidos na Resolução CM n. 5/2019, mediante a transferência do saldo financeiro do FAJ ao FRJ.

As atividades relativas à assistência judiciária gratuita no âmbito do Judiciário catarinense são desenvolvidas pela Diretoria de Orçamento e Finanças, que foi responsável pela implementação do sistema AJG/PJSC e atualmente promove a validação dos

cadastros profissionais, a gestão do sistema, dos recursos e dos pagamentos, além de dar o devido suporte aos usuários internos (servidores e magistrados) e externos (profissionais).

Programa: 0930 – Gestão Administrativa – Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14267 – Prestação de Assistência Judiciária Gratuita	64.373.091,71	29.315.435,95
Principais produtos/serviços ofertados		
TOTAL DE CADASTROS VALIDADOS EM 2020: 3.272		
Advogados: 1.947		
Curadores Advogados: 98		
Psicólogos: 141		
Assistentes Sociais: 131		
Demais Peritos: 926		
Intérpretes: 15		
Tradutores: 14		
NÚMERO DE ASSISTIDOS: 61.369		
REQUISIÇÕES PROCESSADAS: 57.997		
VALOR LIQUIDADO DE HONORÁRIOS: R\$ 24.704.333,08		
VALOR LIQUIDADO DE INSS PATRONAL: R\$ 4.611.102,87.		

Responsabilidade Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (Lei Complementar n. 101/2000) estabeleceu normas gerais de finanças públicas, voltadas para o controle da despesa, do resultado fiscal e do endividamento. As despesas com pessoal são as que mais despertam a atenção dos gestores públicos em razão de serem as mais representativas.

A LRF inovou e impôs responsabilidades aos gestores no trato da coisa pública. Por meio dela, percebeu-se melhora gradativa na gestão das finanças públicas. Os limites estabelecidos pela LRF ensejam mudança no comportamento da gestão financeira pública, evidenciando a necessidade do equilíbrio financeiro preconizado pela citada lei.

Limite de gastos com pessoal

A LRF trouxe dispositivos para limitar as despesas com pessoal em relação à recei-

ta corrente líquida (RCL), estabelecendo para o Poder Judiciário 6% como limite legal, 5,7% como limite prudencial e 5,4% como limite de alerta.

Em 2020 a RCL do Estado totalizou a importância de R\$ 26.861.365.172,05. As deduções referentes às transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 13 do art. 166 da CF/1988) no exercício de 2020 importaram R\$ 14.255.227,00. Já as deduções referentes às transferências obrigatórias da União relativas às emendas das bancadas (§ 16 do art. 166 da CF/1988) no exercício de 2020 importaram R\$ 24.073.077,00. Desse modo, a base de cálculo para apuração do percentual gasto com pessoal, representada pela RCL ajustada, perfaz R\$ 26.823.036.868,05.

Em relação ao ano de 2019, cuja RCL Ajustada foi de R\$ 25.078.267.060,15, a referida receita do exercício de 2020 apresentou crescimento nominal de 6,96%.

Para fins de mensuração do limite de gasto com pessoal ativo e inativo (Anexo I – Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Relatório de Gestão Fiscal), a despesa bruta totalizou R\$ 1.873.669.592,32. Entretanto, a legislação vigente autoriza deduzir os dispêndios com pessoal referente a exercícios anteriores, as despesas de caráter indenizatório, as decorrentes de decisão judicial e as de inativos pagos com recursos vinculados (RPPS – contribuições e quota patronal – IPREV). Essas despesas, denominadas “não computadas”, atingiram o montante de R\$ 490.074.134,59. Assim, a despesa líquida com pessoal importa R\$ 1.383.595.457,73.

Comparada com o ano anterior, a despesa total com pessoal no exercício de 2020 apresentou redução no montante de R\$ 9.068.149,09, representando uma variação nominal negativa de 0,65%, ou seja, inferior ao crescimento da RCL ajustada.

Com as receitas crescendo mais do que as despesas com pessoal do Poder Judiciário, seu percentual passou de 5,37% em 2019 para 5,16% em 2020, mantendo-se abaixo do limite de alerta (5,4%).

A despesa total com pessoal atingiu 5,16% da RCL ajustada. Assim, é inferior ao limite legal de 6,0%, ao limite prudencial de 5,7% e ao limite de alerta de 5,4%, estabelecidos respectivamente nos arts. 20, 22 e 59 da LRF.

Cumprido destacar que não foram contemplados nas despesas com pessoal do exercício de 2020 os gastos relativos ao pagamento de proventos aos servidores inativos pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juizes de Paz, no valor de R\$ 34.338.731,08. Essa exclusão está em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas do Estado, firmado no processo LRF n. 13/00370600, publicado no Diário Oficial Eletrônico n. 1895 daquele órgão, em 2/3/2016.

Do mesmo modo, as relativas ao abono de permanência, no valor de R\$ 15.050.895,91, não foram incluídas na despesa bruta com pessoal, nos termos da decisão do Tribunal de Contas do Estado no Processo n. 17/00678660.

Contingenciamento (limitação de empenho)

Conforme determina o art. 9º da LRF, a cada bimestre o gestor deve verificar se as receitas arrecadadas nas fontes de recursos estão de acordo com a previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA). Caso ocorra arrecadação inferior à estimativa inicial, será realizada a “limitação de empenho”. Isso significa que parte do orçamento será contingenciado de forma a retomar o equilíbrio orçamentário e financeiro, ou seja, para haver receitas iguais às despesas.

Desse modo, por meio dos Processos Administrativos n. 0015948-45.2020.8.24.0710, 0028423-33.2020.8.24.0710, 0035558-96.2020.8.24.0710 e 0042137-60.2020.8.124.0710, este Tribunal documentou o acompanhamento bimensal de suas receitas. Ao final do 5º bimestre, verificou-se por meio da tendência de arrecadação que a receita seria 1,71% inferior à prevista na LOA, representando déficit de arrecadação da ordem de R\$ 36,39 milhões, tendo sido necessária a realização de contingenciamento nas fontes de recurso para as quais se projetava déficit.

Em decorrência do déficit de arrecadação de determinadas fontes de recursos, realizou-se o contingenciamento no valor de R\$ 93.705.826,10, detalhado abaixo:

Tribunal de Justiça		
Fonte de Recurso	Descrição	Contingenciamento
0100	Duodécimo - Repasse 9,41% RLD	R\$ 14.950.157,81
0260	Contrato BB - Folha de Pagamento	R\$ 231.957,76
Sistema de Depósitos Judiciais - SIDEJUD		
Fonte de Recurso	Descrição	Contingenciamento
0283	Sistema de Depósitos Judiciais - SIDEJUD	R\$ 72.523.566,11
Fundo de Reaparelhamento da Justiça - FRJ		
Fonte de Recurso	Descrição	Contingenciamento
0269	Outras Receitas/Divida Ativa	R\$ 4.611.478,97
0282	Remuneração das disponibilidades bancárias do FRJ	R\$ 546.664,78
0212	Selo de Fiscalização	R\$ 584.035,37
0282	Remuneração das disponibilidades bancárias do SELO	R\$ 257.965,30
TOTAL		R\$ 93.705.826,10

Em comparação com o cenário verificado em 2019 (R\$ 37.679.000,00), a necessidade de contingenciamento foi expressivamente superior.

Disponibilidades e Restos a pagar

São considerados restos a pagar as despesas empenhadas que não foram pagas até o fim do respectivo exercício financeiro, distinguindo-se os processados (despesas empenhadas e liquidadas) dos não processados (despesas empenhadas).

No encerramento do exercício de 2019 foram inscritos R\$ 40.300.979,29 em restos a pagar.

A LRF veda ao gestor público contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro de seu mandato, “ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito” (art. 42 da LRF). Nesse contexto, a LRF impôs mais um limite ao administrador público, qual seja, para a devida inscrição de despesas em restos a pagar é obrigatório existir disponibilidade de caixa.

No encerramento do exercício de 2020 as disponibilidades totais do PJSC somavam R\$ 6.542.645.878,70. As obrigações totalizam R\$ 6.104.613.086,98, já considerados os valores referentes à inscrição de restos a pagar.

Cabe lembrar que o maior percentual de obrigações deste Tribunal são os depósitos judiciais sob aviso da Justiça, que em 31/12/2020 totalizavam R\$ 5.766.928.423,91.

Nesse contexto, considerando que as disponibilidades de caixa superaram as obrigações, resultando no superávit financeiro, o Tribunal cumpriu o limite de inscrição de restos a pagar, disposto no art. 42 da LRF.

Anexo I

Relatório da Execução Orçamentária – 2020

Ação		Execução								
Código	Descrição	Dotação Atualizada	Contingen- ciado	Dotação Líqui- da	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
		A	B	D = A – B + C	E	E / D	F	F / D	G	G / D
6386	Construção do Fórum da comarca de Rio do Oeste – FRJ	114.726,86	-	114.726,86	10.222,74	8,91%	-	0,00%	-	0,00%
6602	Reforma do Fórum da comarca de Blumenau – Sede – FRJ	3.442.702,96	-	3.442.702,96	1.538.533,09	44,69%	912.130,33	26,49%	912.130,33	26,49%
6604	Construção do Fórum da comarca de Navegantes – FRJ	30.000,00	-	30.000,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
6640	Construção do Fórum da comarca de São José do Cedro – FRJ	89.719,00	-	89.719,00	5.200,00	5,80%	5.200,00	5,80%	5.200,00	5,80%
6646	Reforma do Fórum da comarca de Brusque – FRJ	355.000,00	-	355.000,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
6657	Construção do Fórum da comarca de Rio Negrinho – FRJ	260.423,53	-	260.423,53	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
6668	Reforma do complexo do Tribunal de Justiça – FRJ	148.764,00	-	148.764,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
6673	Construção do Fórum da comarca de Garuva – FRJ	126.460,97	-	126.460,97	115.102,36	91,02%	46.173,55	36,51%	46.173,55	36,51%

Ação		Execução								
Código	Descrição	Dotação Atualizada	Contingen- ciado	Dotação Líqui- da	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
		A	B	D = A - B + C	E	E / D	F	F / D	G	G / D
6679	Construção do Fórum da comarca de Garopaba - FRJ	266.329,03	-	266.329,03	53.265,81	20,00%	-	0,00%	-	0,00%
6680	Reforma do Fórum da comarca de Balneário Camboriú - Sede - FRJ	301.935,00	-	301.935,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
6684	Construção do Fórum da comarca de Campos Novos - FRJ	169.107,12	-	169.107,12	16.724,88	9,89%	-	0,00%	-	0,00%
6685	Construção do Fórum da comarca de Canoinhas - FRJ	401.554,96	-	401.554,96	333.030,34	82,94%	333.030,34	82,94%	333.030,34	82,94%
6687	Construção do Fórum da comarca de Curitiba - FRJ	337.064,00	-	337.064,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
6689	Reforma do Fórum da comarca de Itajaí - Sede - FRJ	440.753,00	-	440.753,00	259.984,28	58,99%	259.984,28	58,99%	259.984,28	58,99%
6694	Construção do Fórum da comarca de Rio do Sul - FRJ	5.980.277,76	-	5.980.277,76	4.988.750,79	93,80%	4.988.750,79	93,80%	14.988.750,79	93,80%
6786	Garantia da prestação de serviços extrajudiciais - FRJ - SELO	6.561.798,51	842.000,67	5.719.797,84	5.712.981,46	99,99%	42.356.703,87	92,64%	42.356.703,87	92,64%
9279	Reforma do Fórum da comarca de Joinville - Sede - FRJ	1.827.446,00	-	1.827.446,00	309.111,27	16,91%	148.311,21	8,12%	148.311,21	8,12%

Ação			Execução							
Código	Descrição	Dotação Atualizada	Contingen- ciado	Dotação Líqui- da	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
		A	B	D = A - B + C	E	E / D	F	F / D	G	G / D
10410	Reforma do Fórum da comarca de Campo Erê – FRJ	36.045,00	-	36.045,00	7.308,35	20,28%	2.250,00	6,24%	2.250,00	6,24%
10507	Construção do Fórum da comarca de São João Batista – FRJ	21.538,00	-	21.538,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
10517	Reforma do Fórum da comarca da Capital – Sede – FRJ	119.320,00	-	119.320,00	100.093,58	83,89%	100.093,58	83,89%	100.093,58	83,89%
10527	Reforma do Fórum da comarca de Lauro Müller – FRJ	195.955,00	-	195.955,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
10529	Construção do Fórum da comarca de Araquari – FRJ	216.081,32	-	216.081,32	21.370,68	9,89%	-	0,00%	-	0,00%
10532	Gestão de Sistemas Judiciais – FRJ	8.847.366,62	-	8.847.366,62	8.966.456,80	71,12%	5.709.392,59	51,87%	35.709.392,59	51,87%
11625	Construção do Fórum da comarca de Herval do Oeste – FRJ	54.253,00	-	54.253,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
11628	Construção do Fórum da comarca de Sombrio – FRJ	242.444,06	-	242.444,06	112.706,93	46,49%	36.357,07	15,00%	36.357,07	15,00%
11633	Construção do Fórum da comarca de São Lourenço do Oeste – FRJ	176.224,27	-	176.224,27	145.415,37	82,52%	58.025,43	32,93%	58.025,43	32,93%

Ação			Execução							
Código	Descrição	Dotação Atualizada	Contingen- ciado	Dotação Líqui- da	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
		A	B	D = A - B + C	E	E / D	F	F / D	G	G / D
11634	Construção do Fórum da comarca da Imituba – FRJ	5.918.715,68	-	5.918.715,68	1.901.188,50	32,12%	1.506.146,20	25,45%	1.506.146,20	25,45%
11640	Reforma do Fórum da comarca de Tubarão – FRJ	564.759,94	-	564.759,94	536.135,11	94,93%	536.135,11	94,93%	536.135,11	94,93%
11717	Ampliação do Fórum da comarca de Balneário Camboriú – Sede – FRJ	177.546,00	-	177.546,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
11727	Ampliação do Fórum da comarca de Campo Erê – FRJ	117.760,00	-	117.760,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
11728	Ampliação do Fórum da comarca de Santa Rosa do Sul – FRJ	128.728,40	-	128.728,40	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
11729	Reforma do Fórum da comarca de São José – FRJ	104.139,00	-	104.139,00	8.400,00	8,07%	6.000,00	5,76%	6.000,00	5,76%
11730	Reforma do prédio do Arquivo Central – FRJ	130.310,49	-	130.310,49	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
12002	Construção do Fórum da comarca de Timbó – FRJ	6.250.000,00	-	6.250.000,00	5.240.090,69	83,84%	3.968.031,48	63,49%	3.968.031,48	63,49%
12431	Reforma do Fórum da comarca de Lages – FRJ	2.213.759,00	-	2.213.759,00	364.411,49	16,46%	98.107,91	4,43%	98.107,91	4,43%
12464	Reforma do Fórum da comarca de Fraiburgo – FRJ	134.086,54	-	134.086,54	90.367,03	67,39%	90.367,03	67,39%	90.367,03	67,39%

Ação			Execução							
Código	Descrição	Dotação Atualizada	Contingen- ciado	Dotação Líqui- da	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
		A	B	D = A - B + C	E	E / D	F	F / D	G	G / D
12466	Reforma do Fórum da co- marca de Laguna – FRJ	54.797,00	-	54.797,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
12471	Reforma do Fórum da co- marca de São Lourenço do Oeste – FRJ	125.806,00	-	125.806,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
12472	Reforma do Fórum da co- marca de Seara – FRJ	1.010.685,36	-	1.010.685,36	894.129,90	88,47%	894.129,90	88,47%	894.129,90	88,47%
12477	Manutenção predial – FRJ	4.931.498,51	-	4.931.498,51		73,25%	4.551.236,74	58,36%	14.551.236,74	58,36%
12655	Expansão da estrutura judi- ciária – FRJ	10.000,00	-	10.000,00	6.600,00	66,00%	6.600,00	66,00%	6.600,00	66,00%
12909	Reforma do Fórum da co- marca de Ponte Serrada – FRJ	112.793,80	-	112.793,80	77.022,28	68,29%	77.022,28	68,29%	77.022,28	68,29%
12912	Reforma do Fórum da co- marca de Tijuca – FRJ	96.774,00	-	96.774,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
12913	Reforma do Fórum da co- marca de Mondaí – FRJ	124.086,00	-	124.086,00	29.800,00	24,02%	29.800,00	24,02%	29.800,00	24,02%
12914	Reforma do Fórum da co- marca de Itapoá – FRJ	36.469,88	-	36.469,88	36.469,88	100,00%	12.156,63	33,33%	12.156,63	33,33%
12915	Construção do Fórum da comarca de Abelardo Luz – FRJ	174.199,00	-	174.199,00	172.166,85	98,83%	88.533,42	50,82%	88.533,42	50,82%

Ação			Execução							
Código	Descrição	Dotação Atualizada	Contingen- ciado	Dotação Líqui- da	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
		A	B	D = A - B + C	E	E / D	F	F / D	G	G / D
12916	Construção do Fórum da comarca de Presidente Getúlio – FRJ	166.606,00	-	166.606,00	89.202,44	53,54%	41.513,98	24,92%	41.513,98	24,92%
12917	Reforma do Fórum da comarca de Criciúma – FRJ	401.373,02	-	401.373,02	236.438,85	58,91%	231.073,78	57,57%	231.073,78	57,57%
12918	Ampliação do Fórum da comarca de Criciúma – FRJ	265.316,00	-	265.316,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
12919	Construção do Fórum da comarca da Capital – Fórum do Norte da Ilha – FRJ	15.000,00	-	15.000,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
12920	Construção do Fórum da comarca de Urussanga – FRJ	117.308,00	-	117.308,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
12924	Ampliação do Fórum da comarca de Blumenau – Sede – FRJ	165.775,10	-	165.775,10	121.288,00	73,16%	107.039,02	64,57%	107.039,02	64,57%
12925	Ampliação do Fórum da comarca de Taió – FRJ	197.362,05	-	197.362,05	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
12926	Reforma do Fórum da comarca da Capital – Fórum Eduardo Luz – FRJ	161.254,00	-	161.254,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
14021	Melhoria das instalações mobiliárias – FRJ	4.706.854,98	-	4.706.854,98	2.880.904,28	61,21%	2.297.920,60	48,82%	2.297.920,60	48,82%

Ação			Execução							
Código	Descrição	Dotação Atualizada	Contingenciado	Dotação Líquida	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
		A	B	D = A - B + C	E	E / D	F	F / D	G	G / D
14034	Desenvolvimento de políticas socioambientais – FRJ	1.285.729,00	-	1.285.729,00	112.927,54	8,78%	95.352,08	7,42%	95.352,08	7,42%
14036	Infraestrutura e apoio às unidades – FRJ	5.644.456,50	-	5.644.456,50	5.186.783,68	63,24%	30.551.722,83	54,91%	30.551.722,83	54,91%
14042	Serviços financeiros e encargos – FRJ	3.775.914,32	-	3.775.914,32	3.731.183,62	98,82%	3.316.053,41	87,82%	3.316.053,41	87,82%
14048	Gestão de transportes – FRJ	2.392.970,92	-	2.392.970,92	1.541.681,74	64,43%	1.374.710,17	57,45%	1.374.710,17	57,45%
14051	Gestão de imóveis locados ou cedidos onerosamente – FRJ	5.746.752,44	-	5.746.752,44	5.156.133,80	89,72%	4.766.719,58	82,95%	4.766.719,58	82,95%
14056	Administração extraquadro e serviços terceirizados – FRJ	1.960.654,12	5.158.143,75	6.802.510,37	7.148.339,25	59,36%	78.393.227,77	53,40%	78.393.227,77	53,40%
14061	Gestão de folha de pagamento – fiscalização cartórios extrajudiciais – FRJ – SELO	5.213.767,17	-	5.213.767,17	5.213.767,17	100,00%	5.213.767,17	100,00%	5.213.767,17	100,00%
14077	Reforma do Fórum da comarca de Caçador – FRJ	1.088.339,89	-	1.088.339,89	1.055.472,87	96,98%	599.580,68	55,09%	599.580,68	55,09%
14079	Reforma do Fórum da comarca de Anchieta – FRJ	276.558,37	-	276.558,37	93.831,26	33,93%	93.831,26	33,93%	93.831,26	33,93%

Ação			Execução							
Código	Descrição	Dotação Atualizada	Contingenciado	Dotação Líquida	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
		A	B	D = A - B + C	E	E / D	F	F / D	G	G / D
14095	Promoção e preservação da saúde dos colaboradores - FRJ	766.100,00	-	766.100,00	434.953,37	56,78%	431.602,09	56,34%	431.602,09	56,34%
14100	Suporte à atividade jurisdicional - FRJ	396.770,00	-	396.770,00	82.187,08	20,71%	76.407,54	19,26%	76.407,54	19,26%
14158	Atualização do acervo bibliográfico - FRJ	2.054.890,00	-	2.054.890,00	128.182,33	6,24%	120.758,30	5,88%	120.758,30	5,88%
14162	Reforma do Fórum da comarca de Concórdia - FRJ	160.594,15	-	160.594,15	97.904,74	60,96%	97.904,74	60,96%	97.904,74	60,96%
14164	Reforma do Fórum da comarca de Ibirama - FRJ	371.029,46	-	371.029,46	320.528,40	86,39%	320.528,40	86,39%	320.528,40	86,39%
14207	Ampliação do Fórum da comarca de Anchieta - FRJ	45.000,00	-	45.000,00	21.280,32	47,29%	21.280,32	47,29%	21.280,32	47,29%
14208	Ampliação do Fórum da comarca de Ponte Serrada - FRJ	44.336,61	-	44.336,61	34.791,61	78,47%	21.257,37	47,95%	21.257,37	47,95%
14209	Ampliação do Fórum da comarca de Blumenau - Fórum Universitário - FRJ	27.000,00	-	27.000,00	1.447,56	5,36%	1.447,56	5,36%	1.447,56	5,36%
14210	Reforma do Fórum da comarca de Balneário Camboriú - Fórum de Família - FRJ	6.881,00	-	6.881,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%

Ação			Execução							
Código	Descrição	Dotação Atualizada	Contingen- ciado	Dotação Líqui- da	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
		A	B	D = A - B + C	E	E / D	F	F / D	G	G / D
14211	Reforma do Fórum da comarca da Capital – Fórum do Norte da Ilha – FRJ	39.174,00	-	39.174,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
14212	Reforma do Fórum da comarca de Urubici – FRJ	402.073,00	-	402.073,00	335.926,06	83,55%	335.926,06	83,55%	335.926,06	83,55%
14213	Reforma do Fórum da comarca de Tangará – FRJ	36.559,00	-	36.559,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
14216	Reforma do Fórum da comarca de Santa Cecília – FRJ	247.312,00	-	247.312,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
14217	Reforma do Fórum da comarca de Santo Amaro da Imperatriz – FRJ	197.849,00	-	197.849,00	1.950,00	0,99%	1.950,00	0,99%	1.950,00	0,99%
14221	Reforma do Fórum da comarca de Blumenau – Fórum Universitário – FRJ	128.723,23	-	128.723,23	72.014,80	55,95%	72.014,80	55,95%	72.014,80	55,95%
14222	Reforma do Fórum da comarca de Indaial – FRJ	200.000,00	-	200.000,00	54.807,16	27,40%	54.807,16	27,40%	54.807,16	27,40%
14223	Reforma do Fórum da comarca de Ituporanga – FRJ	16.548,46	-	16.548,46	4.335,85	26,20%	4.335,85	26,20%	4.335,85	26,20%
14224	Reforma do Fórum da comarca de São Joaquim – FRJ	86.387,00	-	86.387,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%

Ação			Execução							
Código	Descrição	Dotação Atualizada	Contingen- ciado	Dotação Líqui- da	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
		A	B	D = A - B + C	E	E / D	F	F / D	G	G / D
14267	Prestação de Assistência Ju- diciária Gratuita – FRJ	4.373.091,71	-	4.373.091,71	9.315.435,95	45,54%	29.315.435,95	45,54%	29.315.435,95	45,54%
14642	Ampliação do Fórum da co- marca de Itajaí – Sede – FRJ	67.843,00	-	67.843,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
14645	Ampliação do Fórum da co- marca de Palmitos – FRJ	130.032,00	-	130.032,00	32.495,39	24,99%	6.499,08	5,00%	6.499,08	5,00%
14646	Ampliação do Fórum da co- marca de Porto União – FRJ	79.600,00	-	79.600,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
14649	Ampliação do Fórum da co- marca de Joinville – Sede – FRJ	230.581,00	-	230.581,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
14653	Reforma do Fórum da co- marca de Campos Novos – FRJ	48.387,00	-	48.387,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
14654	Ampliação do Fórum da co- marca de Urubici – FRJ	10.000,00	-	10.000,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
14655	Reforma do Fórum da co- marca de Lebon Régis – FRJ	27.258,00	-	27.258,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
14665	Construção do Fórum da co- marca de Modelo – FRJ	10.000,00	-	10.000,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Total Unidade Orçamentária Fundo do Reaparelhamento da Justiça			6.000.144,42	480.966.071,65	313.821.766,38	65,25%	274.785.337,29	57,13%	274.785.337,29	57,13%

Ação			Execução							
Código	Descrição	Dotação Atualizada	Contingenciado	Dotação Líquida	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
		A	B	D = A - B + C	E	E / D	F	F / D	G	G / D
6777	Administração de pessoal ativo e encargos – TJ	5.570.842,62	15.182.115,57	1.750.388.727,05	1.704.749.382,37	97,39%	1.704.749.382,37	97,39%	1.704.749.382,37	97,39%
6780	Administração de pessoal inativo e encargos – TJ	7.650.464,00	-	57.650.464,00	46.149.095,53	80,05%	46.149.095,53	80,05%	46.149.095,53	80,05%
6781	Capacitação e aperfeiçoamento – SIDEJUD	4.157.888,12	9.717.006,65	14.440.881,47	7.822.855,65	54,17%	7.719.501,10	53,46%	7.719.501,10	53,46%
12656	Expansão da estrutura judiciária – SIDEJUD	10.000,00	-	10.000,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
12927	Manutenção predial – SIDEJUD	10.000,00	-	10.000,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
12930	Administração extraquadro e serviços terceirizados – TJ	7.749.876,01	-	17.749.876,01	11.856.894,40	66,80%	11.694.099,28	65,88%	11.694.099,28	65,88%
14029	Desenvolvimento de Pessoas – SIDEJUD	244.188,00	-	244.188,00	900	0,37%	900,00	0,37%	900,00	0,37%
14033	Promoção de soluções alternativas de conflitos – SIDEJUD	1.704.286,00	1.350.000,00	354.286,00	1.548,36	0,44%	1.548,36	0,44%	1.548,36	0,44%
14037	Estrutura de Controle de Acessos às instalações – SIDEJUD	4.160.566,61	2.000.000,00	2.160.566,61	879.772,25	40,72%	701.071,94	32,45%	701.071,94	32,45%
14039	Proteção do patrimônio público e das pessoas – SIDEJUD	8.886.701,66	2.384.435,46	6.502.266,20	422.081,79	6,49%	321.225,99	4,94%	321.225,99	4,94%
14040	Serviços financeiros e encargos – TJ	1.285.794,32	-	1.285.794,32	1.091.379,24	84,88%	1.091.379,24	84,88%	1.091.379,24	84,88%

Ação			Execução							
Código	Descrição	Dotação Atualizada	Contingenciado	Dotação Líquida	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
		A	B	D = A - B + C	E	E / D	F	F / D	G	G / D
14041	Serviços financeiros e encargos – SIDEJUD	4.425.809,00	-	4.425.809,00	1.579.845,63	35,70%	1.379.036,31	31,16%	1.379.036,31	31,16%
14044	Suporte à atividade jurisdicional – TJ	7.020.378,44	-	17.020.378,44	6.044.119,01	35,51%	5.990.543,23	35,20%	5.990.543,23	35,20%
14054	Promoção e preservação da saúde dos colaboradores – TJ	10.523.788,35	-	10.523.788,35	10.446.347,23	99,26%	10.432.272,21	99,13%	10.432.272,21	99,13%
14101	Gestão de microinformática – SIDEJUD	1.663.331,20	3.200.000,00	8.463.331,20	4.115.373,82	48,63%	4.108.792,92	48,55%	4.108.792,92	48,55%
14102	Gestão de Sistemas Administrativos – SIDEJUD	1.218.347,71	4.333.469,00	6.884.878,71	546.205,70	7,93%	536.483,14	7,79%	536.483,14	7,79%
14103	Gestão de Sistemas Judiciais – SIDEJUD	9.000,00	-	9.000,00	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
14104	Gestão de Telecomunicações – SIDEJUD	3.257.034,57	19.350.000,00	13.907.034,57	4.547.246,24	32,70%	4.362.682,95	31,37%	4.362.682,95	31,37%
14105	Gestão de Infraestrutura de TI – SIDEJUD	30.876.354,72	25.500.000,00	5.376.354,72	4.610.539,13	85,76%	4.600.539,10	85,57%	4.600.539,10	85,57%
14107	Governança e gestão de TI – SIDEJUD	2.601.171,80	1.888.655,00	712.516,80	77.048,49	10,81%	65.848,49	9,24%	65.848,49	9,24%
14121	Comunicação Institucional – SIDEJUD	1.688.579,57	-	1.688.579,57	167.200,26	9,90%	115.965,02	6,87%	115.965,02	6,87%
14122	Administração de pessoal ativo e encargos – SIDEJUD	5.800.370,70	-	5.800.370,70	4.776.414,99	82,35%	4.776.414,99	82,35%	4.776.414,99	82,35%

Ação			Execução							
Código	Descrição	Dotação Atualizada	Contingenciado	Dotação Líquida	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
		A	B	D = A - B + C	E	E / D	F	F / D	G	G / D
14124	Administração extraquadro e serviços terceirizados – SIDEJUD	2.478.475,00	-	2.478.475,00	1.267.339,21	51,13%	1.140.415,91	46,01%	1.140.415,91	46,01%
14206	Segurança da informação – SIDEJUD	4.297.532,00	2.800.000,00	1.497.532,00	701.671,27	46,86%	651.512,29	43,51%	651.512,29	43,51%
Total Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça			87.705.681,68	1.929.585.098,72	1.811.853.260,57	93,90%	1.810.588.710,37	93,83%	1.810.588.710,37	93,83%
Total executado do orçamento do TJSC			93.705.826,10	2.410.551.170,37	2.125.675.026,95	88,18%	2.085.374.047,66	86,51%	2.085.374.047,66	86,51%

Gestão de Pessoas

Neste relatório também são apresentadas informações detalhadas sobre os principais programas, projetos e atividades de responsabilidade da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) desenvolvidos no decorrer de 2020.

Com relação à folha de pagamento, a estimativa em 2020, prevista na Lei Orçamentária Anual, era de R\$ 1.788.456.523,00. Porém, ao final do exercício de 2020, o valor efetivamente despendido em folha de pagamento correspondeu a R\$ 1.760.426.159,51, sendo contabilizadas 12.137 matrículas até o mês de dezembro.

Em 2020, ocorreram 65 nomeações de servidores para cargos efetivos e 313 para cargos comissionados, totalizando 378 nomeações. Para o provimento desses cargos foram observadas as restrições previstas no art. 8º, IV, da Lei Complementar n. 173/2020, tendo sido autorizadas apenas as reposições de cargos vagos que não acarretassem aumento da despesa de folha de pagamento.

Outro regramento que norteou as atividades de gestão de pessoas em 2020 foi a Resolução GP n. 14 de 8 de abril de 2020, que tratou da suspensão temporária da realização de despesas no âmbito do Poder Judiciário, decorrente dos efeitos financeiros da pandemia de COVID-19 sobre a economia do Estado.

Em razão da normativa interna supracitada, foram reduzidos os gastos com os contratos de prestação de serviços terceirizados, com o preenchimento de vagas de estágio e com algumas ações de desenvolvimento de pessoas.

Assim, o ano de 2020 encerrou com o total de 1.365 postos contratados, dos quais 1.249 estão distribuídos nas comarcas e 370 na Secretaria do Tribunal de Justiça. O valor total com os contratos de prestação de serviços foi equivalente a R\$ 77.120.175,53.

As empresas que atuaram no Poder Judiciário em 2020 prestando serviços de mão de obra terceirizada foram Brasilrecruta Mão de Obra Eireli – EPP, Intersept Segurança Ltda., Ipiranga Serviços Terceirizados Eireli EPP, Liderança Limpeza e Conservação Ltda., Lince Segurança Eletrônica Ltda., Master Vigilância Especializada S.S. Ltda., Mobra Serviços de Vigilância Ltda., Planservice Terceirização de Serviços Eireli, PH Recursos Humanos Eireli, Plansul Planejamento e Consultoria Eireli, Suricate Terceirizados Ltda. – EPP, Elleva Climatização Eireli e Quadrante Soluções Ltda.

Já em relação aos estagiários, o Poder Judiciário catarinense encerrou o exercício de 2020 com 1.980 vagas preenchidas, no valor total de R\$ 29.306.347,53. A estimativa contemplada na Lei Orçamentária Anual era de 3.300 vagas providas, ao custo anual de R\$ 40.809.500,00.

No que se refere às ações de desenvolvimento de pessoas, seguem os principais indicadores das ações e projetos que contribuíram para o engajamento, o comprometimento e a melhoria do desempenho dos servidores e magistrados do Poder Judiciário catarinense:

HOMENAGEM AOS APOSENTADOS	Cartões elaborados	133
AGRADECIMENTO AOS APOSENTADOS	Notícias publicadas	8
AGRADECIMENTO AOS APOSENTADOS	Servidores homenageados	144
SEMENTES DE BEM-ESTAR	Mensagens enviadas	46
SEMENTES DE BEM-ESTAR	Colaboradores impactados	8.475
PROGRAMA OLHARES	Edições realizadas	1
PROGRAMA OLHARES	Participantes	67
PROGRAMA OLHARES	Fotografias	142
PROGRAMA OLHARES	Mensagens	21
ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO	Servidores com nota baixa	141
ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO	Acompanhamentos realizados	70
ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL	Atendimentos realizados	37
CARTÕES VIRTUAIS EM DATAS ESPECIAIS	Cartões enviados	1.542
DIAGNÓSTICOS DIVERSOS	Servidores atendidos	1
DIAGNÓSTICOS E INTERVENÇÕES	Realizados	1
ENTREVISTAS DE LOTAÇÃO SERVIDORES DO TJ	Entrevistas realizadas	4
ENTREVISTAS DE RELOTAÇÃO SERVIDORES DO TJ	Entrevistas realizadas	5
FORMULÁRIOS DE DESLIGAMENTO	Exonerações	34
FORMULÁRIOS DE DESLIGAMENTO	Aposentadorias	143
FORMULÁRIOS DE INGRESSO	Nomeações PJ	68
FORMULÁRIOS DE INGRESSO	Nomeações TJ	1
PROJETO INTEGRA	Acolhimento Novos Serv.	3
PROJETO INTEGRA	Atend. Necessidades	1
PROJETO INTEGRA	Acolhimento PcDs	75

RODAS DE APOIO VIRTUAIS	Grupos realizados	50
RODAS DE APOIO VIRTUAIS	Colaboradores atendidos	132
CICLO DE ACOLHIMENTO – APOSENTADORIA	Edições realizadas	1
CICLO DE ACOLHIMENTO – APOSENTADORIA	Colaboradores atendidos	5
DICAS DE PORTUGUÊS	Dicas publicadas	10
DICAS DE PORTUGUÊS	Acessos individualizados às publicações	458.765
DICAS DE AVALIAÇÃO	Dicas publicadas	2
DICAS DE AVALIAÇÃO	Acessos individualizados às publicações	4.062
DICAS DE GESTÃO	Dicas publicadas	24
DICAS DE GESTÃO	Acessos individualizados às publicações	6.343
DICAS LEGAIS	Dicas publicadas	13
DICAS LEGAIS	Acessos individualizados às publicações (soma)	3.428
DICAS FINANCEIRAS	Dicas publicadas	5
DICAS FINANCEIRAS	Acessos individualizados às publicações	1.183
DICAS TI	Dicas publicadas	4
DICAS TI	Acessos individualizados às publicações	1.797
DICAS DE SAÚDE	Dicas publicadas	6
DICAS DE SAÚDE	Acessos individualizados às publicações	49.294
DICAS – TOTAL	Dicas publicadas (soma)	64
DICAS – TOTAL	Acessos individualizados às publicações (soma)	524.872

Em 2020, 70 servidores de todo o Estado tiveram seu desempenho acompanhado, conforme demanda proveniente do Programa de Acompanhamento do Desempenho, referente aos semestres 2019.2 e 2020.1.

Apesar das adversidades advindas da pandemia, em 2020 a DGP executou novas ações para o desenvolvimento e bem-estar dos colaboradores, como as [Rodas de Apoio Virtuais](#), os Ciclos de Acolhimento de Aposentados, o programa [Mães do Judiciário](#), a [1ª Semana de Acessibilidade e Inclusão do PJSC](#) e o programa de [Educação Financeira](#),

bem como foi institucionalizado, por meio de resolução, o *home office* como regime de [trabalho não presencial](#) disponível a todos os servidores, inclusive pós-pandemia.

Como se observa, não obstante o contexto de contenção de despesas, foram desenvolvidas diversas atividades e projetos pela Diretoria de Gestão de Pessoas, com impacto direto ou indireto na satisfação dos colaboradores do Poder Judiciário, o que pode ser observado na melhoria dos resultados da pesquisa de satisfação realizada no quarto trimestre de 2020, a qual apurou o índice geral de 79,48% de satisfação dos colaboradores, número que superou em 5,99% o indicador do ano de 2019.

Obras

DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

No ano de 2020 o orçamento total previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) foi da ordem de R\$ 58 milhões destinados à execução de obras, projetos e serviços de manutenção predial.

ORÇAMENTO PREVISTO



Gráfico 1 – Orçamento previsto

Desse total, aproximadamente R\$ 40 milhões foram destinados a obras de construção, ampliação e reforma de prédios do TJSC, e outros R\$ 18 milhões para manutenções prediais.

Conforme pode ser observado no gráfico abaixo, o percentual de liquidações (orçamento realizado) corresponde a aproximadamente 70% em relação ao orçamento previsto. No caso dos serviços de manutenção predial, aproximadamente 80% dos recursos orçamentários previstos para o exercício 2020 foram realizados (liquidados), conforme observa-se no gráfico abaixo.

ORÇAMENTO PREVISTO X REALIZADO



Gráfico 2 – Orçamento previsto x realizado (liquidado)

Já para as obras, o percentual de execução orçamentária foi da ordem de 65% em relação ao previsto.

As obras (e projetos de obras) que ensejaram maior impacto na redução do percentual de execução orçamentária, representando 17% de liquidação em relação ao previsto, foram:

PROJETO/OBRA	PREVISTO	LIQUIDADO	% de LIQUIDAÇÃO
Imbituba - construção do Fórum - execução	R\$ 6.050.000,00	R\$ 1.506.146,20	24,89%
Blumenau - Reforma global do Fórum - execução	R\$ 4.510.000,00	R\$ 912.130,33	20,22%
Joinville - Reforma Parcial do Fórum - execução	R\$ 2.132.446,00	R\$ 148.311,21	6,95%
Lages - Reforma Parcial do Fórum - execução	R\$ 1.398.759,00	R\$ 98.107,91	7,01%
Reforma Global e Ampliação do Fórum - Joinville - projetos	R\$ 530.581,00	-	0,00%
Itajaí - Reforma Global e Ampliação do Fórum - projetos	R\$ 467.843,00	-	0,00%
Brusque - Reforma Global do Fórum - projetos	R\$ 498.656,00	-	0,00%
TOTAL	R\$ 15.588.285,00	R\$ 2.664.695,65	17,09%

% execução orçamentária = 17%

Tabela 1 – Obras com o maior percentual de inexecução orçamentária

Fatores que contribuíram para a baixa execução orçamentária nessas obras:

– Atraso na execução da obra: as obras de construção do Fórum de Imbituba e de reforma global e ampliação do Fórum de Blumenau sofreram atrasos em relação ao cronograma físico-financeiro previsto em contrato, por culpa exclusiva das empresas contratadas. Os atrasos ensejaram a rescisão dos contratos.

– Contingenciamento de despesas: em razão da pandemia de COVID-19, a Presidência do Tribunal de Justiça publicou a Resolução GP n. 14/2020, que suspendeu temporariamente as despesas com novas obras, projetos e demais serviços de engenharia que não fossem considerados essenciais. Com isso, foi postergado o início das obras de reforma parcial dos Fóruns de Joinville e Lages. Além disso, não foi possível emitir a ordem de serviço para início dos projetos destinados à reforma global do Fórum de Brusque. Da mesma forma, foi postergada a contratação dos projetos destinados à reforma global e ampliação dos Fóruns de Joinville e Itajaí.

No que tange ao total liquidado no ano de 2020, os valores estão assim distribuídos:

- OBRAS DE ENGENHARIA: R\$ 26.207.726,60
- MANUTENÇÕES PREDIAIS: R\$ 14.551.236,74
- TOTAL LIQUIDADO: R\$ 40.758.963,34

Os valores liquidados com obras de construção de novos fóruns, reformas e ampliações de edificações existentes, incluindo despesas com os respectivos projetos, correspondem a 64% do total liquidado no ano de 2019.

VALORES LIQUIDADOS COM OBRAS E MANUTENÇÕES PREDIAIS



Gráfico 4 – Despesas com obras e serviços de engenharia (manutenções)

DAS OBRAS DE ENGENHARIA

DAS DESPESAS LIQUIDADAS COM OBRAS DE ENGENHARIA NO EXERCÍCIO DE 2019

No ano de 2020 foram fiscalizadas 26 obras de engenharia, sendo 23 reformas de prédios existentes e 3 construções de novas edificações para o Poder Judiciário, utilizando recursos da ordem de 26 milhões de reais, conforme abaixo:

- CONSTRUÇÕES: R\$ 21.071.762,26
- REFORMAS: R\$ 5.135.964,34
- TOTAL: R\$ 26.207.726,60
-

Despesas com obras de engenharia

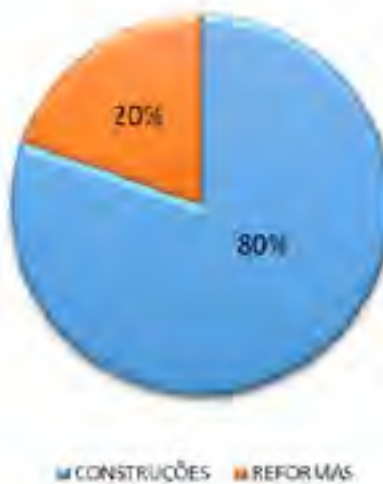


Gráfico 5 – Despesas com obras de engenharia

DA SITUAÇÃO DAS OBRAS DE ENGENHARIA EM 2020

Das 26 obras fiscalizadas pela DEA em 2020 19 foram concluídas, 4 encontram-se em andamento e 3 foram paralisadas/rescindidas.

QUANTIDADE DE OBRAS FISCALIZADAS



Gráfico 7 – Situação das obras fiscalizadas

Abaixo, seguem informações complementares em relação às obras de construção e reformas (com ou sem ampliação) do Poder Judiciário catarinense, fiscalizadas pela equipe técnica da Diretoria de Engenharia e Arquitetura no ano de 2020.

RELATÓRIO DE OBRAS - TJSC - DEA - DFISC: EM ANDAMENTO		dez/20	
Unidade Beneficiada:	TIMBÓ	Tipo de Obra:	
Contrato nº:	090/2018	Construção do novo prédio do Fórum	
Data da Ordem de Serviço:	11/06/2018	Empresa Responsável:	Endeal Eng e Construções
Prazo contratual (dias):	1080	Prazo de execução original:	28/05/2021
Prorrogação de prazo (dias):	49	Prazo de execução com prorrog.:	16/07/2021
Valor do CFF original da obra:	R\$17.220.423,20	Valor liberado do CFF:	R\$9.854.348,80
Valor de aditivos de acréscimo:	R\$218.231,60	Valor liberado de acréscimos:	R\$109.186,66
Valor de aditivos de supressões:	R\$234.243,34	Valor descontado (supressões):	R\$135.345,68
% de aditivos de acréscimo:	1,27%	% de aditivos de supressão:	1,36%
Valor total final da obra:	R\$17.212.411,54	Valores totais liberados:	R\$9.868.189,78
Valores à liberar:	R\$7.344.221,76	% Executado (sobre o valor final):	57,33%
Área construída:	8.857,59 m²	Desenvolvimento:	em atraso.

Situação da Obra:



RELATÓRIO DE OBRAS - TJSC - DEA - DFISC: EM ANDAMENTO		dez/20	
Unidade Beneficiada:	CAÇADOR	Tipo de Obra:	
Contrato nº:	023/2020	Reforma parcial (acessibilidade, ppi, etc)	
Data da Ordem de Serviço:	11/08/2020	Empresa Responsável:	Ciclo Engen. e Construção
Prazo contratual (dias):	300	Prazo de execução original:	07/06/2021
Prorrogação de prazo (dias):	0	Prazo de execução com prorróg.:	07/06/2021
Valor do CFF original da obra:	R\$1.273.470,05	Valor liberado do CFF:	R\$201.727,09
Valor de aditivos de acréscimo:	R\$0,00	Valor liberado de acréscimos:	R\$0,00
Valor de aditivos de supressões:	R\$0,00	Valor descontado (supressões):	R\$0,00
% de aditivos de acréscimo:	0,00%	% de aditivos de supressão:	0,00%
Valor total final da obra:	R\$1.273.470,05	Valores totais liberados:	R\$201.727,09
Valores à liberar:	R\$1.071.743,56	% Executado (sobre o valor final):	15,84%
Área construída:	1624,48 m²	Desenvolvimento:	Em dia

Situação da Obra:



RELATÓRIO DE OBRAS - TJSC - DEA - DFISC: EM ANDAMENTO

dez/20

Unidade Beneficiada:	LAGES	Tipo de Obra:	
Contrato nº:	020/2020	Reforma parcial (cobertura, ppci, etc)	
Data da Ordem de Serviço:	08/09/2020	Empresa Responsável:	Salver Const. Incorp.
Prazo contratual (dias):	450	Prazo de execução original:	02/12/2021
Prorrogação de prazo (dias):	0	Prazo de execução com prorrog:	02/12/2021
Valor do CFF original da obra:	R\$3.213.805,64		R\$98.107,91
Valor de aditivos de acréscimos:	R\$0,00	Valor liberado de acréscimos:	R\$0,00
Valor de aditivos de supressões:	R\$0,00	Valor descontado (supressões):	R\$0,00
% de aditivos de acréscimo:	0,00%	% de aditivos de supressão:	0,00%
Valor total final da obra:	R\$3.213.805,64	Valores totais liberados:	R\$98.107,91
Valores à liberar:	R\$3.115.697,73	% Executado (sobre o valor final):	3,05%
Área construída:	5.162,21 m²	Desenvolvimento:	Em dia.

Situação da Obra:



RELATÓRIO DE OBRAS - TJSC - DEA - DFISC: EM ANDAMENTO

dez/20

Unidade Beneficiada:	JORVILLE	Tipo de Obra:	
Contrato nº:	006/2020	Reforma parcial (cobertura, brises, etc.)	
Data da Ordem de Serviço:	14/10/2020	Empresa Responsável:	Streni Sol. em Engenharia
Prazo contratual (dias):	420	Prazo de execução original:	08/12/2021
Prorrogação de prazo (dias):	0	Prazo de execução com prorrog.:	08/12/2021
Valor do CFF original da obra:	R\$1.646.374,66		R\$143.698,48
Valor de aditivos de acréscimo:	R\$0,00	Valor liberado de acréscimos:	R\$0,00
Valor de aditivos de supressões:	R\$0,00	Valor descontado (supressões):	R\$0,00
% de aditivos de acréscimo:	0,00%	% de aditivos de supressão:	0,00%
Valor total final da obra:	R\$1.646.374,66	Valores totais liberados:	R\$143.698,48
Valores a liberar:	R\$1.502.676,18	% Executado (sobre o valor final):	8,73%
Área construída:	9.422,75 m²	Desenvolvimento:	Em dia.

Situação da Obra:



RELATÓRIO DE OBRAS - TJSC - DEA - DFISC: CONCLUÍDA		dez/20	
Unidade Beneficiada:	CONCÓRDIA	Tipo de Obra:	
Contrato nº:	160/2018	Reforma dos brises da fachada da edificação	
Data da Ordem de Serviço:	21/07/2019	Empresa Responsável:	AZ Construções
Prazo contratual (dias):	150	Prazo de execução original:	21/12/2019
Prorrogação de prazo (dias):	0	Prazo de execução com prorrogação:	21/12/2019
Valor do CFF original da obra:	R\$276.770,81	Valor liberado do CFF:	R\$276.770,81
Valor de aditivos de acréscimos:	R\$132.938,43	Valor liberado de acréscimos:	R\$132.938,43
Valor de aditivos de supressões:	R\$33.806,83	Valor descontado (supressões):	R\$33.806,83
% de aditivos de acréscimo:	48,03%	% de aditivos de supressão:	12,21%
Valor total final da obra:	R\$175.902,41	Valores totais liberados:	R\$175.902,41
Valores à liberar:	R\$0,00	% Executada (sobre o valor final):	100,00%
Área construída:	5.363,53 m²	Desenvolvimento:	Concluída em 15/01/2020

Situação da Obra:

Obra recebida provisoriamente em 15/01/2020 e definitivamente em 23/04/2020.



RELATÓRIO DE OBRAS - TJSC - DEA - DFISC: CONCLUÍDA		dez/20	
Unidade Beneficiada:	FRAIBURGO	Tipo de Obra:	
Contrato nº:	111/2019	Reforma da cobertura	
Data da Ordem de Serviço:	11/07/2019	Empresa Responsável:	Strehl Sol. em Engenharia
Prazo contratual (dias):	120	Prazo de execução original:	08/11/2019
Prorrogação de prazo (dias):	120	Prazo de execução com prorroq.:	07/03/2020
Valor do CFF original da obra:	R\$376.739,26	Valor liberado do CFF:	R\$376.739,26
Valor de aditivos de acréscimo:	R\$60.455,81	Valor liberado de acréscimos:	R\$60.455,81
Valor de aditivos de supressões:	R\$0,00	Valor descontado (supressões):	R\$0,00
% de aditivos de acréscimo:	16,05%	% de aditivos de supressão:	0,00%
Valor total final da obra:	R\$437.195,07	Valores totais liberados:	R\$437.195,07
Valores à liberar:	R\$0,00	% Executado (sobre o valor final):	100,00%
Área construída:	1.421,32 m²	Desenvolvimento:	Concluída em 06/02/2020

Situação da Obra:

Obra recebida provisoriamente em 06/02/2020 e definitivamente em 27/07/2020.



RELATÓRIO DE OBRAS - TJSC - DEA - DFISC: CONCLUÍDA		dez/20	
Unidade Beneficiada:	PONTE SERRADA	Tipo de Obra:	
Contrato nº:	51/2019	Reforma e ampliação para acessibilidade	
Data da Ordem de Serviço:	25/04/2019	Empresa Responsável:	Lupa Construções Ltda
Prazo contratual (dias):	180	Prazo de execução original:	22/10/2019
Prorrogação de prazo (dias):	90	Prazo de execução com prorrog.:	20/01/2020
Valor do CFF original da obra:	R\$594.252,14	Valor liberado do CFF:	R\$594.252,14
Valor de aditivos de acréscimo:	R\$64.104,40	Valor liberado de acréscimos:	R\$64.104,40
Valor de aditivos de supressões:	R\$33.173,83	Valor descontado (supressões):	R\$33.173,83
% de aditivos de acréscimo:	10,79%	% de aditivos de supressão:	5,58%
Valor total final da obra:	R\$625.182,71	Valores totais liberados:	R\$625.182,71
Valores à liberar:	R\$0,00	% Executado (sobre o valor final):	100,00%
Área construída:	340,00 m²	Desenvolvimento:	Concluída em 17/02/2020

Situação da Obra:

Obra recebida provisoriamente em 17/02/2020 e definitivamente em 23/06/2020.



RELATÓRIO DE OBRAS - TJSC - DEA - DFISC: CONCLUÍDA		dez/20	
Unidade Beneficiária:	INDAIAL	Tipo de Obra:	
Contrato nº:	145/2019	Reforma da cobertura	
Data da Ordem de Serviço:	31/02/2010	Empresa Responsável:	Bortolon Arq. E Incorp. Ltda
Prazo contratual (dias):	120	Prazo de execução original:	09/01/2020
Prorrogação de prazo (dias):	30	Prazo de execução com prorrogação:	08/02/2020
Valor do CFF original da obra:	R\$286.883,22	Valor liberado do CFF:	R\$286.883,22
Valor de aditivos de acréscimo:	R\$26.682,54	Valor liberado de acréscimos:	R\$26.682,54
Valor de aditivos de supressões:	R\$23.490,68	Valor descontado (supressões):	R\$23.490,68
% de aditivos de acréscimo:	9,30%	% de aditivos de supressão:	8,19%
Valor total final da obra:	R\$290.075,08	Valores totais liberados:	R\$290.075,08
Valores a liberar:	R\$0,00	% Executado (sobre o valor final):	100,00%
Área construída:	1.370,67 m ²	Desenvolvimento:	Concluída em 08/02/2020

Situação da Obra:

Obra recebida provisoriamente em 08/02/2020 e definitivamente em 13/05/2020.



RELATÓRIO DE OBRAS - TJSC - DEA - DFISC: CONCLUÍDA		dez/20	
Unidade Beneficiada:	CAPITAL - RSD SILVA	Tipo de Obra:	
Contrato nº:	147/2019	instalação de plataforma elevatória	
Data da Ordem de Serviço:	09/12/2019	Empresa Responsável:	Lupa Construções Ltda
Prazo contratual (dias):	150	Prazo de execução original:	07/05/2020
Prorrogação de prazo (dias):	0	Prazo de execução com prorrogação:	07/05/2020
Valor do CFF original da obra:	R\$100.093,58	Valor liberado do CFF:	R\$100.093,58
Valor de aditivos de acréscimo:	R\$0,00	Valor liberado de acréscimos:	R\$0,00
Valor de aditivos de supressões:	R\$0,00	Valor descontado (supressões):	R\$0,00
% de aditivos de acréscimo:	0,00%	% de aditivos de supressão:	0,00%
Valor total final da obra:	R\$100.093,58	Valores totais liberados:	R\$100.093,58
Valores a liberar:	R\$0,00	% Executado (sobre o valor final):	100,00%
Área construída:	1016,84 m²	Desenvolvimento:	Concluída em 05/05/2020

Situação da Obra:

Obra recebida provisoriamente em 05/05/2020 e definitivamente em 14/08/2020



RELATÓRIO DE OBRAS - TJSC - DEA - DFISC: CONCLUÍDA		dez/20	
Unidade Beneficiada:	BLUMENAU - F. UNIVER.	Tipo de Obra:	
Contrato nº:	190/2018	Reforma e Ampliação	
Data da Ordem de Serviço:	12/12/2018	Empresa Responsável:	Açu Constr. e Incorpor.
Prazo contratual (dias):	360	Prazo de execução original:	07/12/2019
Prorrogação de prazo (dias):	120	Prazo de execução com prorrogação:	05/04/2020
Valor do CFF original da obra:	R\$1.100.000,00	Valor liberado do CFF:	R\$1.100.000,00
Valor de aditivos de acréscimo:	R\$238.141,89	Valor liberado de acréscimos:	R\$238.141,89
Valor de aditivos de supressões:	R\$21.552,45	Valor descontado (supressões):	R\$21.552,45
% de aditivos de acréscimo:	21,65%	% de aditivos de supressão:	1,96%
Valor total final da obra:	R\$1.316.589,44	Valores totais liberados:	R\$1.316.589,44
Valores à liberar:	R\$0,00	% Executado (sobre o valor final):	100,00%
Área construída:	2916,00 m ²	Desenvolvimento:	Concluída em 27/04/2020

Situação da Obra:

Obra recebida provisoriamente em 27/04/2020. Considerada no prazo em função da paralização da Covid. Recebida definitivamente em 26/07/2020.



RELATÓRIO DE OBRAS - TJSC - DEA - DFISC: CONCLUÍDA		dez/20	
Unidade Beneficiada:	CAÇADOR	Tipo de Obra:	
Contrato nº:	183/2019	Instalação de rede de fibra ótica	
Data da Ordem de Serviço:	07/01/2020	Empresa Responsável:	Integrasi T. Inf. E Com. Ltda
Prazo contratual (dias):	90	Prazo de execução original:	06/04/2020
Prorrogação de prazo (dias):	0	Prazo de execução com prorrogação:	06/04/2020
Valor do CFF original da obra:	R\$393.214,86	Valor liberado do CFF:	R\$393.214,86
Valor de aditivos de acréscimo:	R\$0,00	Valor liberado de acréscimos:	R\$0,00
Valor de aditivos de supressões:	R\$0,00	Valor descontado (supressões):	R\$0,00
% de aditivos de acréscimo:	0,00%	% de aditivos de supressão:	0,00%
Valor total final da obra:	R\$393.214,86	Valores totais liberados:	R\$393.214,86
Valores à liberar:	R\$0,00	% Executado (sobre o valor final):	100,00%
Área construída:	1624,48 m ²	Desenvolvimento:	Concluída em 06/04/2020

Situação da Obra:

Obra recebida provisoriamente em 06/04/2020 e definitivamente em 06/07/2020



RELATÓRIO DE OBRAS - TJSC - DEA - DFISC: CONCLUÍDA		dez/20	
Unidade Beneficiada:	BIFAMA	Tipo de Obra:	
Contrato nº:	169/2019	Reforma de cobertura	
Data da Ordem de Serviço:	18/11/2019	Empresa Responsável:	SCHAFFER & PIAZZA
Prazo contratual (dias):	120	Prazo de execução original:	17/03/2020
Prorrogação de prazo (dias):	75	Prazo de execução com prorrog.:	31/05/2020
Valor do CFF original da obra:	R\$334.932,79	Valor liberado do CFF:	R\$334.932,79
Valor de aditivos de acréscimos:	R\$3.703,99	Valor liberado de acréscimos:	R\$3.703,99
Valor de aditivos de supressões:	R\$18.108,38	Valor descontado (supressões):	R\$18.108,38
% de aditivos de acréscimo:	1,11%	% de aditivos de supressão:	5,41%
Valor total final da obra:	R\$320.528,40	Valores totais liberados:	R\$320.528,40
Valores à liberar:	R\$0,00	% Executado (sobre o valor final):	100,00%
Área construída:	1360,37 m²	Desenvolvimento:	Concluída em 31/05/2020.

Situação da Obra:

Obra recebida provisoriamente em 31/05/2020 e definitivamente em 05/10/2020.



RELATÓRIO DE OBRAS - TJSC - DEA - DFISC: CONCLUÍDA		dez/20	
Unidade Beneficiada:	ANCHIETA	Tipo de Obra:	
Contrato nº:	210/2018	Reforma e ampliação (acessibilidade e cercamento)	
Data da Ordem de Serviço:	29/01/2019	Empresa Responsável:	Tratare Construções
Prazo contratual (dias):	240	Prazo de execução original:	26/09/2019
Prorrogação de prazo (dias):	178	Prazo de execução com prorrogação:	22/03/2020
Valor do CPF original da obra:	R\$672.041,16	Valor liberado do CPF:	R\$672.041,16
Valor de aditivos de acréscimo:	R\$100.723,47	Valor liberado de acréscimos:	R\$100.723,47
Valor de aditivos de supressões:	R\$85.082,41	Valor descontado (supressões):	R\$85.082,41
% de aditivos de acréscimo:	14,99%	% de aditivos de supressão:	12,66%
Valor total final da obra:	R\$687.682,22	Valores totais liberados:	R\$687.682,22
Valores à liberar:	R\$0,00	% Executado (sobre o valor final):	100,00%
Área construída:	292,60 m²	Desenvolvimento:	Concluída em 06/07/2020

Situação da Obra:

Obra recebida provisoriamente em 06/07/2020 e definitivamente em 19/10/2020.



RELATÓRIO DE OBRAS - TJSC - DEA - DFISC: CONCLUÍDA - Aguardando TRD**dez/20**

Unidade Beneficiada:	CANDINHAS	Tipo de Obra:	
Contrato nº:	105/2019	Complementação do sistema de calefação	
Data da Ordem de Serviço:	06/07/2019	Empresa Responsável:	Giacomet Ferro Metalúrgica
Prazo contratual (dias):	180	Prazo de execução original:	01/01/2020
Prorrogação de prazo (dias):	180	Prazo de execução com prorrogação:	29/06/2020
Valor do CFF original da obra:	R\$721.943,73	Valor liberado do CFF:	R\$721.943,73
Valor de aditivos de acréscimo:	R\$87.676,83	Valor liberado de acréscimos:	R\$87.676,83
Valor de aditivos de supressões:	R\$0,00	Valor descontado (supressões):	R\$0,00
% de aditivos de acréscimo:	12,14%	% de aditivos de supressão:	0,00%
Valor total final da obra:	R\$809.620,06	Valores totais liberados:	R\$809.620,06
Valores a liberar:	R\$0,00	% Executado (sobre o valor final):	100,00%
Área construída:	7,549,47 m²	Desenvolvimento:	Concluída em 19/06/2020

Situação da Obra:

Obra recebida provisoriamente em 19/06/2020

RELATÓRIO DE OBRAS - TJSC - DEA - DFISC: CONCLUÍDA		dez/20	
Unidade Beneficiada:	TUBARÃO	Tipo de Obra:	
Contrato nº:	211/2019	Climatização das áreas comuns.	
Data da Ordem de Serviço:	27/01/2020	Empresa Responsável:	Termisul Eng. e Serv. Ltda
Prazo contratual (dias):	90	Prazo de execução original:	26/04/2020
Prorrogação de prazo (dias):	50	Prazo de execução com prorrogação:	25/06/2020
Valor do CFF original da obra:	R\$432.327,53	Valor liberado do CFF:	R\$432.327,53
Valor de aditivos de acréscimos:	R\$41.251,64	Valor liberado de acréscimos:	R\$41.251,64
Valor de aditivos de supressões:	R\$0,00	Valor descontado (supressões):	R\$0,00
% de aditivos de acréscimo:	9,54%	% de aditivos de supressão:	0,00%
Valor total final da obra:	R\$473.579,17	Valores totais liberados:	R\$473.579,17
Valores à liberar:	R\$0,00	% Executada (sobre o valor final):	100,00%
Área construída:	5213,69 m ²	Desenvolvimento:	Concluída em 25/06/2020

Situação da Obra:

Obra recebida provisoriamente em 25/06/2020 e definitivamente em 22/09/2020.



RELATÓRIO DE OBRAS - TJSC - DEA - DFISC: CONCLUÍDA		dez/20	
Unidade Beneficiada:	URUBICI	Tipo de Obra:	
Contrato nº:	188/2019	Reforma da cobertura	
Data da Ordem de Serviço:	17/01/2020	Empresa Responsável:	StreNI Sol. em Engenharia
Prazo contratual (dias):	170	Prazo de execução original:	16/05/2020
Prorrogação de prazo (dias):	62	Prazo de execução com prorrog.:	17/07/2020
Valor do OFF original da obra:	R\$317.747,13	Valor liberado do OFF:	R\$317.747,13
Valor de aditivos de acréscimo:	R\$18.672,33	Valor liberado de acréscimos:	R\$18.672,33
Valor de aditivos de supressões:	R\$493,40	Valor descontado (supressões):	R\$493,40
% de aditivos de acréscimo:	5,88%	% de aditivos de supressão:	0,16%
Valor total final da obra:	R\$335.926,06	Valores totais liberados:	R\$335.926,06
Valores à liberar:	R\$0,00	% Executada (sobre o valor final):	100,00%
Área construída:	724,98 m ²	Desenvolvimento:	Concluída em 17/01/2020

Situação da Obra:

Obra recebida provisoriamente em 17/07/2020 e definitivamente em 05/11/2020.



RELATÓRIO DE OBRAS - TJSC - DEA - DFISC. CONCLUÍDA		dez/20	
Unidade Beneficiada:	ITAJAJ	Tipo de Obra:	
Contrato nº:	115/2019	Fornecimento e instalação de novos elevadores	
Data da Ordem de Serviço:	29/07/2019	Empresa Responsável:	System Serv. Man. Elev. Ltda.
Prazo contratual (dias):	360	Prazo de execução original:	23/07/2020
Prorrogação de prazo (dias):	0	Prazo de execução com prorrogação:	23/07/2020
Valor do CFF original da obra:	R\$477.738,65	Valor liberado do CFF:	R\$477.738,65
Valor de aditivos de acréscimo:	R\$0,00	Valor liberado de acréscimos:	R\$0,00
Valor de aditivos de supressões:	R\$43.296,68	Valor descontado (supressões):	R\$43.296,68
% de aditivos de acréscimo:	0,00%	% de aditivos de supressão:	9,06%
Valor total final da obra:	R\$434.441,97	Valores totais liberados:	R\$434.441,97
Valores à liberar:	R\$0,00	% Executado (sobre o valor final):	100,00%
Área construída:	7.480,84 m²	Desenvolvimento:	Concluída em 23/07/2020

Situação da Obra:

Obra recebida provisoriamente em 23/07/2020 e definitivamente em 23/11/2020.



RELATÓRIO DE OBRAS - TJSC - DEA - DFISC: CONCLUÍDA		dez/20	
Unidade Beneficiada:	ITUPORANGA	Tipo de Obra:	
Contrato nº:	118/2019	Reforma para adequação do preventivo contra incêndios	
Data da Ordem de Serviço:	10/07/2019	Empresa Responsável:	Projepower Constr. Empr.
Prazo contratual (dias):	60	Prazo de execução original:	08/09/2019
Prorrogação de prazo (dias):	0	Prazo de execução com prorrogação:	08/09/2019
Valor do CFF original da obra:	R\$74.431,77	Valor liberado do CFF:	R\$74.431,77
Valor de aditivos de acréscimo:	R\$4.335,85	Valor liberado de acréscimos:	R\$4.335,85
Valor de aditivos de supressões:	R\$0,00	Valor descontado (supressões):	R\$0,00
% de aditivos de acréscimo:	5,83%	% de aditivos de supressão:	0,00%
Valor total final da obra:	R\$78.767,62	Valores totais liberados:	R\$78.767,62
Valores a liberar:	R\$0,00	% Executado (sobre o valor final):	100,00%
Área construída:	809,91 m ²	Desenvolvimento:	Concluída em 22/09/2020

Situação da Obra:

Obra recebida provisoriamente em 22/09/2020 e definitivamente em 14/12/2020.



RELATÓRIO DE OBRAS - TJSC - DEA - DFISC: CONCLUÍDA - Aguardando TRD		dez/20	
Unidade Beneficiada:	SEAMA	Tipo de Obra:	
Contrato nº:	142/2019	Reforma parcial	
Data da Ordem de Serviço:	03/12/2019	Empresa Responsável:	Luga Construções Ltda
Prazo contratual (dias):	240	Prazo de execução original:	30/07/2020
Prorrogação de prazo (dias):	30	Prazo de execução com prorrogação:	29/08/2020
Valor do CFF original da obra:	R\$859.714,26	Valor liberado do CFF:	R\$859.714,26
Valor de aditivos de acréscimo:	R\$49.565,41	Valor liberado de acréscimos:	R\$49.565,41
Valor de aditivos de supressões:	R\$15.149,46	Valor descontado (supressões):	R\$15.149,46
% de aditivos de acréscimo:	5,77%	% de aditivos de supressão:	1,76%
Valor total final da obra:	R\$894.130,21	Valores totais liberados:	R\$894.130,21
Valores à liberar:	R\$0,00	% Executado (sobre o valor final):	100,00%
Área construída:	1016,64 m²	Desenvolvimento:	Concluída em 29/08/2020

Situação da Obra:

Obra recebida provisoriamente em 29/08/2020.



RELATÓRIO DE OBRAS - TJSC - DEA - DFISC: CONCLUÍDA - Aguardando TRD

dez/20

Unidade Beneficiada:	RIO DO SUL	Tipo de Obra:	
Contrato nº:	136/2018	Retomada da construção do novo prédio do Fórum	
Data de início da Obra:	08/10/2018	Empresa Responsável:	Estrutura Engenharia
Prazo contratual (dias):	660	Prazo de execução original:	29/07/2020
Prorrogação de prazo (dias):	90	Prazo de execução com prorrogação:	27/10/2020
Valor do OFF original da obra:	R\$18.876.331,19	Valor liberado do OFF:	R\$18.876.331,19
Valor de aditivos de acréscimo:	R\$3.576.672,85	Valor liberado de acréscimos:	R\$3.576.672,85
Valor de aditivos de supressões:	R\$3.035.722,36	Valor descontado (supressões):	R\$3.035.722,36
% de aditivos de acréscimo:	18,95%	% de aditivos de supressão:	16,08%
Valor total final da obra:	R\$19.417.281,68	Valores totais liberados:	R\$19.417.281,68
Valores a liberar:	R\$0,00	% Executado (sobre o valor final):	100,00%
Área construída:	10.443,73 m²	Desenvolvimento:	Concluída em 27/10/2020

Situação da Obra:

Obra recebida provisoriamente em 27/10/2020.

RELATÓRIO DE OBRAS - TISC - DEA - DFISC - PARALISADA - RESCISÃO

dez/20

Unidade Beneficiada:	CRUZÓMA	Tipo de Obra:	
Contrato nº:	110/2019	Reforma para adequação do preventivo contra incêndios	
Data da Ordem de Serviço:	02/07/2019	Empresa Responsável:	Viaduga Construções
Prazo contratual (dias):	120	Prazo de execução original:	30/10/2019
Prorrogação de prazo (dias):	0	Prazo de execução com prorrog.:	30/10/2019
Valor do CFF original da obra:	R\$574.735,82	Valor liberado do CFF:	R\$464.360,16
Valor de aditivos de acréscimo:	R\$0,00	Valor liberado de acréscimos:	R\$0,00
Valor de aditivos de supressões:	R\$0,00	Valor descontado (supressões):	R\$0,00
% de aditivos de acréscimo:	0,00%	% de aditivos de supressão:	0,00%
Valor total final da obra:	R\$574.735,82	Valores totais liberados:	R\$464.360,16
Valores à liberar:	R\$110.375,66	% Executado (sobre o valor final):	80,80%
Área construída:	7.480,84 m ²	Desenvolvimento:	Rescindida

Situação da Obra:

Obra paralisada e com contrato rescindido em 07/10/2020.

RELATÓRIO DE OBRAS - TJSC - DEA - DRISC: PARALISADA - RESCISÃO		dat/20	
Unidade Beneficiada:	BLUMENAU	Tipo de Obra:	
Contrato nº:	55/2019	Reforma global e ampliação	
Data da Ordem de Serviço:	25/04/2019	Empresa Responsável:	Head Engenharia Ltda
Prazo contratual (dias):	1200	Prazo de execução original:	07/08/2022
Prorrogação de prazo (dias):	0	Prazo de execução com prorrogaç.:	07/08/2022
Valor do CFF original da obra:	R\$13.931.394,83	Valor liberado do CFF:	R\$1.839.486,18
Valor de aditivos de acréscimos:	R\$280.162,99	Valor liberado de acréscimos:	R\$64.421,20
Valor de aditivos de supressões:	R\$104.215,61	Valor descontado (supressões):	R\$28.626,01
% de aditivos de acréscimo:	2,01%	% de aditivos de supressão:	0,75%
Valor total final da obra:	R\$14.107.342,21	Valores totais liberados:	R\$1.875.281,37
Valores a liberar:	R\$12.232.060,84	% Executado (sobre o valor final):	13,29%
Área construída:	10123,23 m²	Desenvolvimento:	Em rescisão

Situação da Obra:

Determinada a rescisão unilateral do contrato, conforme SEI 0073031-53.2019.8.24.0710.



RELATÓRIO DE OBRAS - TISC - OEA - DRISC - PARALISADA - RESCISÃO		dez/20	
Unidade Beneficiada:	IMBITUBA	Tipo de Obra:	
Contrato nº:	131/2019	Construção do novo prédio do Fórum	
Data da Ordem de Serviço:	17/10/2019	Empresa Responsável:	Head Engenharia Ltda EPP
Prazo contratual (dias):	1080	Prazo de execução original:	01/10/2022
Prorrogação de prazo (dias):	0	Prazo de execução com prorrogação:	01/10/2022
Valor do CFF original da obra:	R\$21.598.789,41	Valor liberado do CFF:	R\$1.571.228,30
Valor de aditivos de acréscimo:	R\$2.881,47	Valor liberado de acréscimos:	R\$0,00
Valor de aditivos de supressões:	R\$179.549,50	Valor descontado (supressões):	R\$0,00
% de aditivos de acréscimo:	0,01%	% de aditivos de supressão:	0,83%
Valor total final da obra:	R\$21.422.131,38	Valores totais liberados:	R\$1.571.228,30
Valores à liberar:	R\$19.850.893,08	% Executado (sobre o valor final):	7,33%
Área construída:	6.857,59 m²	Desenvolvimento:	Em rescisão

Situação da Obra:

Determinada a rescisão unilateral do contrato, conforme SEI 0002400-50.2020.8.24.0710.



DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA

DOS PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

No ano de 2020 foram concluídos e encaminhados à licitação 5 projetos de engenharia e arquitetura, totalizando R\$ 12,2 milhões de reais em obras, distribuídos da forma a seguir.

PROJETOS CONCLUÍDOS E ENCAMINHADOS À LICITAÇÃO

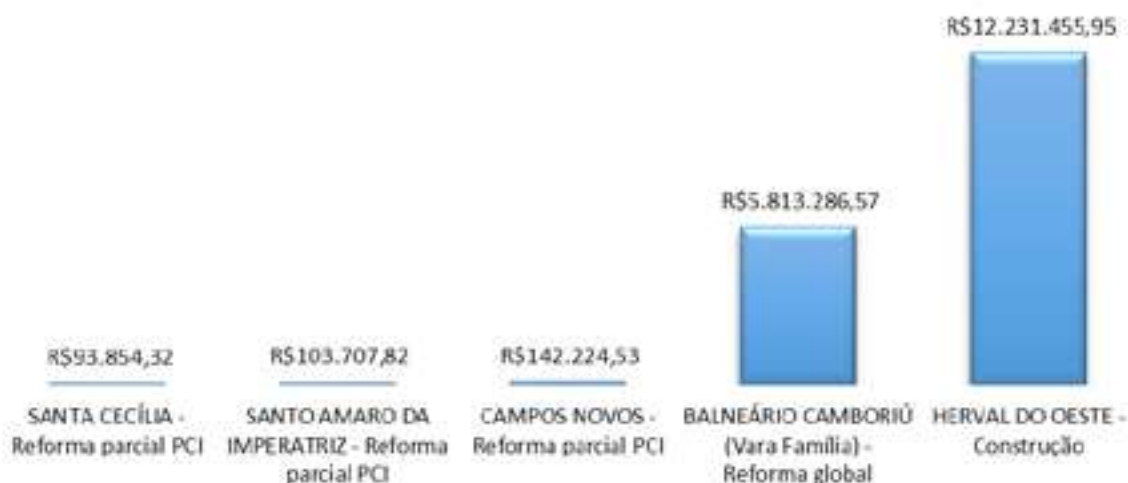


Gráfico 8 – Despesas com obras e serviços de engenharia

Além dos 5 projetos concluídos e encaminhados à licitação no ano de 2020, outros 27 se encontram em desenvolvimento na Divisão de Projetos/DEA.

Entre eles, destacam-se os 11 projetos de construção dos novos Fóruns de Curitiba, Campos Novos, Rio Negrinho, São Lourenço do Oeste, Araquari, Garuva, Garopaba, Abelardo Luz, Presidente Getúlio, Sombrio e Rio do Oeste. Estima-se que serão utilizados recursos na ordem de R\$ 125 milhões para construção dessas edificações, totalizando aproximadamente 35.000 m² de área construída.

PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO



Gráfico 9 – Projetos em andamento na DEA

DAS MANUTENÇÕES PREDIAIS

No ano de 2020 a Diretoria de Engenharia e Arquitetura gerenciou 83 contratos de manutenção predial, cujos serviços executados resultaram na liquidação de aproximadamente R\$ 14,5 milhões de reais, entre os quais se destacam:

- contratos de prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva (civil/elétrica);
- contratos de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de climatização instalados em prédios do Poder Judiciário;
- contratos de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de transporte vertical (elevadores e plataformas elevatórias) instalados nos prédios do Poder Judiciário;
- contratos de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nas estações de tratamento de esgoto (ETE) dos prédios do Poder Judiciário; e
- contratos de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nas subestações de energia dos prédios do Poder Judiciário.

VALORES LIQUIDADADOS COM CONTRATOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL



Gráfico 10 – Serviços de manutenção predial

No que tange aos serviços de manutenção predial (área civil e elétrica), desde 2017 a Diretoria de Engenharia e Arquitetura vem trabalhando com um novo modelo de contratação, em que os serviços (pintura; instalação e remoção de divisórias; aplicação e manutenção de gesso acartonado; instalações elétricas e obras civis) foram concentrados em um único contrato, gerando celeridade no atendimento das demandas, além de maior qualidade e redução de custos para o erário, já que uma só empresa fica responsável, do início ao fim, por todas as intervenções necessárias para a realização do serviço demandado, seja ele um pequeno reparo ou uma obra mais complexa.

Tecnologia

Para dar suporte à realização dos diversos projetos voltados à efetivação das ações previstas na Entic-Jud, no ano de 2020 investiu-se na evolução do novo sistema de gestão de processos judiciais, implantando no PJSC o eproc, totalmente gratuito e cedido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região por meio de termo de cooperação técnica. Esse sistema substituiu o Sistema de Automação da Justiça – SAJ, desenvolvido e mantido pela empresa terceirizada Softplan Planejamentos e Sistemas Ltda., que oferecia pouca autonomia para a implementação de melhorias a um custo elevado ao erário.

Considerando que a implantação do sistema eproc foi concluída no final de 2019 e que a equipe interna do TJSC focou em 2020 na evolução do novo sistema, bem como na migração dos processos remanescentes no SAJ para o eproc, foi necessária a prorrogação do Contrato n. 173/2018, de forma remodelada, somente para a prestação continuada de serviços de atendimento ao usuário interno e manutenção corretiva.

Muito embora a evolução do sistema judicial eproc não esteja utilizando diretamente recursos orçamentários da DTI, destacam-se os principais produtos e atividades realizados pela equipe interna do TJSC:

- desenvolvimento de módulo de migrador para processos judiciais eletrônicos de 1º grau de jurisdição do Sistema SAJ para o eproc, que possibilitou a migração de 99% dos processos eletrônicos em tramitação no SAJ para o eproc;
- desenvolvimento de módulo de migrador para os processos judiciais eletrônicos de 2º grau de jurisdição do Sistema SAJ para o eproc, que possibilitou a migração de 90% dos processos eletrônicos em tramitação no SAJ para o eproc até o presente momento (a migração e saneamento dos processos do 2º grau continuam);
- desenvolvimento de módulo de migrador para processos judiciais eletrônicos das turmas recursais do Sistema SAJ para o eproc, que possibilitou a migração de 100% dos processos eletrônicos em tramitação no SAJ para o eproc;
- implantação do Sistema de Precatórios no eproc de 2º grau, possibilitando que novos processos de precatórios fossem iniciados no eproc, integrados com o Sistema de Precatórios da Diretoria de Orçamento e Finanças;
- disponibilização e homologação das integrações com o novo sistema Sisbajud (substituto do Bacenjud) no âmbito do sistema eproc, possibilitando a administração e a análise de seu funcionamento e o planejamento de sua utilização futura;

- desenvolvimento de serviços de integração com o módulo financeiro do ERP, que permite a integração das informações de custas processuais com o sistema em implantação na Diretoria de Orçamento e Finanças;
- preparo prévio à interposição de recursos, atendendo a uma antiga solicitação da OAB;
- desenvolvimento e disponibilização no sistema eproc de integração com a empresa de cartão de crédito, permitindo o pagamento de custas processuais através do uso cartão de crédito;
- implantação do módulo Bens Apreendidos do sistema eproc em todas as comarcas do Estado de Santa Catarina;
- adequação do eproc à versão BNMP 3.0 (Banco Nacional de Mandados de Prisão) em atendimento à solicitação de atualização do CNJ;
- implementação de módulo para emissão de certidão eleitoral no sistema eproc, em atendimento às necessidades decorrentes das eleições municipais de 2020;
- implantação e adequação da integração do eproc para envio das informações processuais ao Banco Nacional de Informações do CNJ, o Datajud, que resultou na conquista do Selo Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade;
- desenvolvimento e implantação de integração do sistema eproc com o sistema de Jurisprudência no âmbito do envio de acórdãos;
- desenvolvimento e suporte à implantação de diversas integrações do sistema eproc com órgãos e sistemas externos, como as procuradorias municipais, MPSC, PGE, Polícias Cível e Militar; e
- implantação de cinco versões nacionais do eproc, que disponibilizaram novas funcionalidades e melhorias desenvolvidas pelos tribunais estaduais e federais que utilizam o eproc aos usuários internos e externos do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

Dadas as novas diretrizes relacionadas à descontinuidade do software SAJ e à implantação/evolução do sistema eproc, houve a necessidade de modernização dos sistemas da área administrativa, incrementando os investimentos na contratação de um sistema integrado de gestão empresarial – ERP.

Ainda, para atender às diretrizes da Administração, acompanhar a evolução tecnológica necessária para a prestação adequada dos serviços de TI e garantir a alta disponibilidade, mormente diante da necessidade de fortalecimento dos serviços a serem pres-

tados em modalidade home office, como decorrência da situação de exceção imposta pela pandemia, foram realizados investimentos na área de infraestrutura de TI, com aquisição de equipamentos, como novos servidores de armazenamento para modernização da infraestrutura de virtualização de servidores e processamento e ampliação da capacidade dos links de internet e dos links das comarcas e das áreas administrativas.

Também receberam investimentos, que proporcionaram melhorias, as centrais telefônicas VOIP e os serviços de telefonia fixa. Da mesma forma, investiu-se no parque tecnológico do PJSC com a aquisição de novos computadores do tipo minidesktop e peças para computadores.

Esclarece-se que em 2019 houve a expansão da Central de Serviços em todas as 111 comarcas de Santa Catarina, atendendo aproximadamente 13 mil usuários. Ato contínuo, visando à continuidade e melhoria dos serviços prestados pelas áreas administrativas do TJSC aos seus clientes, em 2020 ocorreu a contratação de suporte técnico e manutenção corretiva mensal e licenciamento para a Central de Serviços, bem como consultoria para a melhoria dos processos de gestão de serviços de TI. Ressalta-se que por meio da Central de Serviços é possível registrar, classificar, priorizar e gerenciar incidentes e requisições, facilitando a gestão das equipes que irão atender às demandas, melhorando a qualidade e a agilidade no atendimento, e possibilitando que os demandantes se mantenham informados sobre o andamento de suas solicitações.

Registra-se também que, em virtude da pandemia e da consequente incerteza econômica, a dotação de TIC no PJSC para o exercício de 2020 sofreu contingenciamento de valores, conforme o gráfico abaixo, que demonstra a distribuição por tema orçamentário

Subação	Dotação prevista atualizada	Contingenciado	Liquidado
10532	68.847.366,62	-	35.709.392,59
14101	11.663.331,2	3.200.000,00	4.108.792,92
14102	11.218.347,71	4.333.469,00	536.483,14
14104	33.257.034,57	19.350.000,00	4.362.682,95
14105	30.876.354,72	25.500.000,00	4.600.539,10
14107	2.601.171,8	1.888.655,00	65.848,49

Subação	Dotação prevista atualizada	Contingenciado	Liquidado
14206	4.297.532,00	2.800.000,00	651.512,29
TOTAL	162.761.138,62	57.072.124,00	50.035.251,48

Tabela 1 – Valores contingenciados

Para finalizar, tendo em vista que 2020 foi um ano atípico para a economia em virtude da pandemia, cabe esclarecer a grande diferença dos valores “Previsto” e “Realizado” nas tabelas acima e abaixo. Com a queda da taxa SELIC, o rendimento do Sistema de Depósitos Judiciais – SIDEJUD ficou abaixo do esperado. Com isso, vários projetos e execuções orçamentárias previstos para serem executados pelo SIDEJUD tiveram de ser executados pelo Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ. Além disso, no exercício de 2020 não foram criadas novas subações específicas para o FRJ, e havia apenas uma subação vinculada ao FRJ para toda a DTI. Por isso, muitos dos valores executados/realizados foram redirecionados e concentrados nessa única subação do FRJ – “10532 – Gestão de Sistemas Judiciais – FRJ” – e as demais subações referente ao SIDEJUD tiveram aparente “baixa execução” de valores.

Esclarece-se ainda que, a fim de dimensionar as atividades/projetos por assunto, nas planilhas a seguir muitos projetos foram mantidos na subação de origem (SIDEJUD), apesar de o valor ter sido executado/realizado pela subação 10532 (FRJ). Além disso, para 2021, foram devidamente criadas subações específicas para o FRJ, não devendo mais ocorrer o redirecionamento de valores para subação diversa.

Abaixo estão relacionados os principais produtos/atividades executados pela Diretoria de Tecnologia da Informação do PJSC.

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Contingenciado	Realizado
Subação: 14101 – Gestão de Microinformática – SIDEJUD	11.663.331,20	3.200.000,00	4.108.792,92
Principais produtos/serviços ofertados			
Aquisição de nobreaks de 3,2 kVA			
Serviço continuado de manutenção de escâneres Kodak i2400			

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Contingenciado	Realizado
Subação: 14101 – Gestão de Microinformática – SIDEJUD	11.663.331,20	3.200.000,00	4.108.792,92
Serviço continuado de manutenção de escâneres Fujitsu S510 e S1500			
Serviço continuado de manutenção de escâneres Kodak i3400			
Serviço continuado de manutenção de ultrabook HP 9470m			
Aquisição de 1.000 computadores do tipo minidesktop <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de carregador externo para ultrabook, pente de memória RAM, fone de ouvido (headset – VOIP), HD Externo, HD SSD e peças para impressoras 			

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Contingenciado	Realizado
Subação: 14102 – Gestão de Sistemas Administrativos – SIDEJUD	11.218.347,71	4.333.469,00	536.483,14
Principais produtos/serviços ofertados			
Aquisição de Software de Gestão Integrada – ERP			
Manutenção de Software de Gestão Educacional da Academia Judicial <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição e manutenção de soluções de mercado para diversas áreas administrativas, tais como saúde; farmácia; gestão de pessoas; biblioteca; controle de acesso e ponto; e editoração 			
Atualização de base de dados (CPF/CNPJ) da RFB <ul style="list-style-type: none"> • Manutenção de ferramentas de TI como BI e plataforma de gestão do Portal Institucional 			
Serviços de fábricas de software e de métricas			

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Contingenciado	Realizado
Subação: 10532 – Gestão de Sistemas Judiciais – FRJ	68.847.366,62	0	35.709.392,59
Principais produtos/serviços ofertados			

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Contingenciado	Realizado
Subação: 14104 – Gestão de Telecomunicações – SIDEJUD	33.257.034,57	19.350.000,00	4.362.682,95
Principais produtos/serviços ofertados			
<p>Manutenção do sistema de centrais telefônicas e dos serviços de telefonia fixa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manutenção do acesso telefonia móvel e banda larga móvel, banda larga dos magistrados, sendo os dois últimos até o dia 30/06 • Manutenção da solução do Sistema de AS do Poder Judiciário, permitindo a redundância de links de internet 			
<p>Colocação de link redundante de internet no sistema AS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Colocação de links redundantes na grande maioria das comarcas (2, 3 e até 4 links), garantindo a alta disponibilidade das unidades • Manutenção no sistema de monitoramento (24x7) do parque lógico dos equipamentos ativos de rede, garantindo respostas rápidas aos incidentes • Instalação de novos equipamentos de rede na Torre II, para atualização e garantia dos serviços de rede 			

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Contingenciado	Realizado
Subação: 14105 – Gestão de Infraestrutura de TI – SIDEJUD	30.876.354,72	25.500.000,00	4.600.539,10
Principais produtos/serviços ofertados			
<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção e suporte da infraestrutura de bancos de dados Oracle, MySQL e Caché <p>Manutenção e suporte da infraestrutura Microsoft (AD, e-mail, colaboração)</p> <p>Manutenção e suporte de equipamentos de armazenamento de dados</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de equipamentos servidores de rede e de armazenamento para modernização da infraestrutura de virtualização de servidores <p>Aquisição de certificados digitais</p>			

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Contingenciado	Realizado
Subação: 14107 – Governança e gestão de TI – SIDEJUD	2.601.171,80	1.888.655,00	65.848,49

Principais produtos/serviços ofertados

- Licenciamento para Central de Serviços e consultoria para melhoria dos processos de gestão de serviços de TI

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Contingenciado	Realizado
Subação: 14206 – Segurança da informação – SIDEJUD	4.297.532,00	2.800.000,00	651.512,29

Principais produtos/serviços ofertados

- Aquisição de licenciamento das ferramentas de segurança de endpoint, e-mail, SPAM
- Renovação do licenciamento da ferramenta de segurança de perímetro (firewall)
- Manutenção da ferramenta de segurança de perímetro
- Manutenção da ferramenta de assinatura digital e carimbo de tempo
- Aquisição de solução para armazenamento seguro de documentos (CAS) para sistemas de gestão de processos judiciais
- Manutenção e suporte de datacenters

Transporte

A Diretoria de Infraestrutura é responsável pelo gerenciamento dos serviços de transporte, de limpeza e de apoio, tais como audiovisual, recebimento e expedição de correspondências, fotocópias, carga e descarga, móveis sob medida, persianas, comunicação visual, controle dos custos referentes à água, esgoto e energia elétrica do Poder Judiciário de Santa Catarina, bem como pelo gerenciamento e controle dos serviços relativos à compra de passagens aéreas e aquisição de refeições para as sessões de julgamento de tribunais do júri.

As atividades realizadas pela Diretoria de Infraestrutura têm como finalidade o fornecimento de infraestrutura e apoio às unidades, a melhoria das instalações mobiliárias e a gestão de transportes. No ano de 2020 destacaram-se os serviços desenvolvidos pelo setor de transporte, conforme detalhado a seguir.

SERVIÇOS DE TRANSPORTE

A realização periódica de manutenção preventiva nos veículos oficiais é uma das atividades mais importantes desenvolvidas pelo setor de transporte e tem como propósito reduzir ou impedir falhas, aumentar a vida útil do bem e garantir a segurança de magistrados e servidores que utilizam o serviço de transporte para o desenvolvimento de suas atividades.

Os serviços de manutenção e conservação dos veículos oficiais são prestados por meio do Contrato n. 189/2017. No ano de 2020, as despesas registradas com esses serviços foram de R\$ 261.817,00 para atendimento da frota oficial, composta por 218 veículos, distribuídos da seguinte forma:

Categoria	Quantidade
Veículos de Representação	5
Veículos de Transporte Institucional	28
Veículos de Serviço (TJSC)	58
Veículos de Serviço (Comarcas)	127

Além dos serviços de manutenção nos veículos oficiais, o Setor de Transporte é responsável pela renovação da frota, o que compreende tanto a baixa de veículos como a aquisição de novos veículos.

A baixa de veículos tem como fundamento a política de renovação da frota definida por este Tribunal no Processo n. 178945-2003.7, que, alinhada à Resolução n. 83/2009 do Conselho Nacional de Justiça, resultou nos seguintes critérios de renovação:

I – substituição a partir do 5º ano de uso;

II – quando ocorrer perda integral ou furto; e

III – alto custo de manutenção e quilometragem excessiva do veículo, cujos fatores serão analisados ao fato concreto.

Assim, considerando os critérios de renovação e a política adotada pela Administração para a otimização e racionalização do uso da frota, foram baixados 14 veículos da frota oficial em 2020, todos por já terem ultrapassado os 5 anos de uso, por apresentarem alto custo de manutenção e quilometragem excessiva, bem como pelo obsolescência proveniente de avanços tecnológicos. Assim, tais veículos deixaram de ser utilizados, passando a figurar como bens ociosos.

Por conveniência e oportunidade administrativas, os 14 veículos baixados por inservibilidade foram alienados por meio de leilão administrativo. O valor arrecadado pelo Poder Judiciário de Santa Catarina com o leilão foi de R\$ 388.715,20.

Não houve aquisição de novos veículos no ano de 2020.

Capacitação

Órgão de educação no Judiciário catarinense, a Academia Judicial realiza diversas ações formativas, de atualização e de aperfeiçoamento de magistrados, servidores e colaboradores, visando aprimorar o trabalho desenvolvido na instituição e entregue à sociedade.

Nesse contexto, como um elemento integrante da estratégia organizacional, dentro do mapa estratégico do PJSC, a AJ está inserida na perspectiva “Pessoas e Recursos” com o objetivo de “Desenvolver permanentemente conhecimentos, habilidades e atitudes”, sendo a responsável pela efetivação da aprendizagem organizacional, aumentando ou aprimorando as competências organizacionais.

Entre as ações formativas desenvolvidas pela AJ, os cursos podem ser classificados em formação inicial, formação continuada e formação suplementar. No que diz respeito à modalidade, podem ser realizados a distância (com tutoria ou autoinstrucional), de forma presencial ou semipresencial. No tocante ao porte, são classificados como cursos ou eventos.

A organização do ensino da AJ ainda contempla os programas institucionais que têm por finalidade a promoção de ações de formação de políticas educacionais ligadas ao planejamento estratégico do Tribunal de Justiça, por meio de parcerias direcionadas a atender a demandas específicas da sociedade e do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. Aliados aos cursos regulares de formação funcional, buscam atender à demanda interna do Poder Judiciário e são voltados para a qualificação e o desenvolvimento de habilidades e de competências dos magistrados e servidores para o enfrentamento de questões complexas e estratégicas indispensáveis aos desafios emergentes do sistema público e da sociedade catarinense (disponível em <https://www.tjsc.jus.br/documents/715064/1685855/Plano+Desenvolvimento+Institucional+2018-2023/d853914c-5e62-47bb-a0c2-878fe508f855>).

Todavia, em decorrência das medidas previstas na Resolução GP n. 14/2020, que determinou a suspensão temporária da realização de despesas no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, considerando os efeitos deletérios das medidas de isolamento social, os cursos e eventos presenciais que estavam programados para o presente exercício foram suspensos e adequados, quando possível, para a modalidade de ensino a distância.

Desse modo, houve redução no quantitativo de cursos e eventos oferecidos em 2020, especialmente no tocante à modalidade presencial. Entretanto, há de se destacar

que a Academia Judicial adaptou rapidamente a formação de servidores e magistrados ao novo cenário com a oferta de cursos a distância, lives, webnários e webseminários, conforme as demandas existentes alinhadas aos objetivos institucionais.

Seguem abaixo as ações formativas de grande impacto no que tange ao público-alvo e aos projetos institucionais:

- Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura;
- EPROC – Gabinetes de Segundo Grau;
- Mediação Judicial (2 turmas);
- Entrevista Investigativa Aplicada ao Depoimento Especial;
- Capacitação para o Teletrabalho (3 turmas);
- Formar para Transformar;
- Curso de Atendimento ao Público com Qualidade (3 turmas);
- Língua Portuguesa: Tópicos Gramaticais (3 turmas);
- Nivelamento de Servidores do Poder Judiciário e Administração Pública – CNJ (6 turmas);
- Comunicação Social, Judiciário, Gênero e Diversidade (3 turmas);
- Curso de Femicídio e Questões de Gênero (2 turmas);
- Relações Interpessoais no Poder Judiciário de Santa Catarina (3 turmas);
- Tribunal do Júri – ENFAM (2 turmas);
- Improbidade Administrativa – ENFAM;
- Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes – ENFAM (2 turmas);
- Curso de Avaliação de Desempenho: Procedimentos e Feedback (2 turmas);
- Aspectos Gerais e Questões Controvertidas do Sistema Penitenciário Federal – ENFAM;
- Curso de Conciliação Online: Noções Básicas (2 turmas);
- Gestão de Pessoas – ENFAM;
- Gênero Bate à Porta do Judiciário: Aplicação do Formulário Nacional de Risco (2 turmas);
- O Juiz e a Atividade Notarial e Registral – ENFAM;

- Execução Penal – ENFAM;
- Depoimento Especial – Etapa Supervisão (8 turmas);
- Curso Eproc – Precatórios;
- Curso de Preparação para Pretendentes à Adoção (9 turmas);
- A Atividade Notarial e Registral;
- Depoimento Especial aos Magistrados (3 turmas);
- Introdução em Justiça Restaurativa e Cultura da Não Violência;
- Fórum Permanente de Eficiência da Gestão Tributária;
- Teorias da Justiça – ENFAM;
- Direito dos Contratos: Princípios Norteadores e a Conformidade com a Constitucionalização do Direito Civil;
- Ativismo Judicial: Noções Teóricas e Dimensões Práticas;
- Decisão Jurídica Conforme Linhas Interpretativas: Argumentação, Procedimento e Hermenêutica;
- LGPD: Aspectos Gerais e Causas de Judicialização;
- Entrevista Investigativa Aplicada ao Depoimento Especial – Etapa III (2 turmas);
- Lives Tira Dúvidas DTI;
- Curso de Formação de Conciliadores e Mediadores Judiciais;
- Curso de Atualização em Procedimentos Jurisdicionais de 2º Grau;
- Solenidade de lançamento do livro “Norberto Ungaretti: Espírito Iluminado”, de autoria do jornalista e escritor Moacir Pereira;
- Mestrado profissional em convênio com a UFSC;
- Concessão de Bolsas de Estudo para participação em cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado);
- Programa de Residência Judicial;
- Núcleos de Estudo e Pesquisa – NEP; e
- Revista científica e publicação de E-books.

Ações na Pandemia

A administração do Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC) assumiu o desafio de minimizar os impactos da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no decorrer de 2020 sob dois compromissos prioritários: a garantia da saúde de colaboradores e jurisdicionados e a manutenção, nas condições possíveis, da prestação jurisdicional aos que dela necessitam. Desse modo, uma série de medidas foi colocada em prática em sintonia com os demais atores do sistema judicial, bem como em harmonia com a política emergencial definida pelo governo do Estado.

Reação imediata à crise pandêmica

Em adequação ao ato normativo que instituiu emergência em todo o território catarinense, no mês de março o PJSC determinou que magistrados e servidores de 1º e 2º graus de jurisdição adotassem o home office e o teletrabalho integral. Também foi dispensado o ponto dos profissionais terceirizados que atuam nas unidades jurisdicionais e administrativas. O Judiciário catarinense esteve entre os primeiros órgãos de Justiça do país a adotar medidas de enfrentamento à crise, tendo sido exemplo para outros tribunais.

Criação do Comitê Interinstitucional de Acompanhamento da Covid-19

Antes da suspensão das atividades presenciais, em meados de março, foi definida no âmbito do Tribunal a criação do Gabinete de Acompanhamento da Situação da Covid-19, com competência para propor ao presidente do TJSC a adoção de medidas de prevenção e a solução de casos relacionados ao tema. Além da integração interna, o Poder Judiciário manteve interlocução próxima com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC), o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e a Defensoria Pública do Estado (DPE/SC) por meio do comitê interinstitucional formado para gerenciar a crise. Ao longo do ano foram realizados 31 encontros no âmbito do comitê, todos por videoconferência.

Acompanhamento permanente dos boletins da saúde

Todas as decisões que dizem respeito à manutenção do trabalho em home office e à retomada gradual das atividades presenciais foram sustentadas em dados oficiais sobre o avanço da pandemia no Estado, atualizados e monitorados diariamente a partir de painéis disponibilizados pelo governo estadual. A Junta Médica Oficial do PJSC este-

ve incumbida de acompanhar a evolução dos números e preparar relatórios semanais, gerados a partir da integração com o banco de dados do governo do Estado. O Judiciário catarinense, inclusive, participou ativamente do desenvolvimento do conjunto de ferramentas que formam a chamada Sala de Situação Digital, disponibilizada aos municípios de Santa Catarina em apoio às ações de combate ao novo coronavírus. A plataforma proporciona ao gestor municipal uma visão completa de inteligência de dados sobre o quadro atual e as projeções de cenários para seu município, região e Estado.

Contribuições financeiras no combate à pandemia

Ao longo de 2020, o Poder Judiciário de Santa Catarina reverteu R\$ 19.110.267,54 em favor de iniciativas desenvolvidas por entidades públicas e privadas catarinenses com finalidade social, por meio de 491 alvarás. Os recursos são provenientes do cumprimento de pena de prestação pecuniária, transação penal e suspensão condicional do processo. A partir do mês de março, os valores passaram a ser destinados à utilização exclusiva na aquisição de materiais e equipamentos médicos necessários ao combate da pandemia. Os recursos são provenientes do cumprimento de pena de prestação pecuniária, transação penal e suspensão condicional do processo.

De forma a manter a economia catarinense aquecida em meio à crise, unidades judiciais de todo o Estado foram orientadas a dar vazão à expedição de alvarás e a aumentar a tramitação de precatórios.

Assim, o volume de depósitos judiciais totalizou R\$ 2.410.540.989,00, referentes a 205.710 alvarás emitidos. Em relação aos precatórios do Estado, a quantia foi de R\$ 393.699.654,18, a partir da emissão de 4.602 alvarás. O valor foi de R\$ 309.336.946,98 em relação aos precatórios dos municípios, com a expedição de 4.570 alvarás. O período de referência dos dados compreende de janeiro a 15 de dezembro de 2020.

Muralha sanitária no sistema prisional

A Corregedoria-Geral da Justiça e o Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF), após reunião ampliada com os demais atores do sistema prisional, recomendaram aos magistrados que prorrogassem as saídas temporárias já deferidas, suspendessem a concessão de saídas futuras e acelerassem a análise de pedidos de progressão de regime para apenados, com a possibilidade ainda de decretação de prisão domiciliar e uso de tornozeleiras eletrônicas. O foco das medidas foi buscar criar uma “muralha sanitária” capaz de minimizar a proliferação do coronavírus nos sistemas prisional e socioeducativo.

Palavra do Presidente – Dever de Informação

A transparência nas perspectivas de atuação do Poder Judiciário de Santa Catarina em meio à pandemia do novo coronavírus foi garantida por meio de sucessivas edições da “Palavra do Presidente”. Além das mensagens escritas direcionadas aos magistrados e servidores, o presidente Ricardo Roesler estreitou o canal de comunicação com o público interno em participações ao vivo, transmitidas pela internet, voltadas ao anúncio de medidas e ao esclarecimento das dúvidas dos colaboradores.

Portfólio de Projetos

Implantação da funcionalidade SEI JULGAR! no Conselho da Magistratura e no Órgão Especial

O SEI JULGAR! é a funcionalidade que permite a distribuição dos processos administrativos eletrônicos entre os membros de órgãos julgadores colegiados e a realização de sessões de julgamento nos mesmos moldes dos sistemas informatizados atualmente utilizados pelo Tribunal de Justiça para a tramitação de processos judiciais.

A aplicação do SEI JULGAR! ficará restrita ao Conselho da Magistratura e ao Órgão Especial, únicos órgãos nos quais tramitam processos administrativos eletrônicos e recursos de decisões proferidas nesses feitos. A funcionalidade SEI JULGAR foi ativada efetivamente no dia 19 de agosto de 2020.

Certidões eleitorais no eproc

A automatização da certidão para fins eleitorais passou a ser disponibilizada também para o sistema eproc em 2020. O serviço evita deslocamentos para quem precisa requerer ou retirar a certidão, além de dispensar a emissão e a impressão de documentos sem necessidade. Entre os objetivos alcançados destacam-se a fidelidade nos relatórios estatísticos, a celeridade, a transparência, a organização, a economia, a otimização de rotinas e a automatização de dados. A etapa final desse projeto consiste na unificação das consultas dos sistemas SAJ e eproc para que seja possível gerar uma certidão única.

JudLab – Inovação

O plano de gestão do biênio 2020/2022 previa a criação de um laboratório de inovação no Poder Judiciário de Santa Catarina como um dos pilares para incentivar magistrados e servidores a desenvolver e compartilhar práticas inovadoras para a melhoria contínua das atividades. Assim, no mês de agosto foi criado o Judlab, que visa incentivar projetos e ideias que dinamizem e inovem as atividades do Judiciário em todos os segmentos – tecnológico, organizacional e de gestão administrativa, de engenharia, de rotinas administrativas e de gestão de pessoas. Mais do que desenvolver projetos, a criação do JudLab busca incentivar discussões e fomentar iniciativas que aprimorem a prestação dos serviços pelo Judiciário.

Consolidação das sessões por videoconferência (PJSC-Conecta) e sessões virtuais

Com a implantação do sistema eproc, viabilizou-se o julgamento colegiado dos processos por meio eletrônico, permitindo a realização de sessões de julgamento virtuais, que prescindem da reunião presencial dos desembargadores.

Os benefícios proporcionados pela sessão de julgamento virtual são inúmeros, destacando-se o aumento da celeridade nos julgamentos e a economia de tempo e de recursos materiais. Os órgãos julgadores fracionários podem realizar diversas sessões de julgamento virtual ao longo do mês, concentrando em uma única semana a realização de uma sessão presencial, quando serão julgados os processos em que houver objeção da parte em relação a essa forma de julgamento e pedido de sustentação oral ou destaque para debate em sessão. Até mesmo o julgamento com composição ampliada, previsto no art. 942 do Código de Processo Civil, pode ser realizado em sessão virtual.

Os desembargadores podem analisar os processos e proferir seus votos em qualquer lugar, e o tempo antes necessário para o deslocamento e participação das sessões presenciais poderá ser revertido na prestação da jurisdição em outros processos.

O projeto foi concluído com a publicação e entrada em vigor, no dia 20 de julho de 2020, da Emenda Regimental TJ n. 5/2020.

Visitas às comarcas

Durante o ano de 2020, os dirigentes empreenderam ações com o objetivo de aproximação e diálogo com a Justiça de Primeiro Grau, conforme previsto no plano de gestão para este biênio.

Ainda em fevereiro, o presidente Ricardo Roesler e a corregedora-geral da Justiça Soraya Nunes Lins, acompanhados de juízes auxiliares, diretores e uma equipe multidisciplinar de servidores, iniciaram visitas presenciais às comarcas e tiveram a oportunidade de conversar com magistrados e servidores para conhecer melhor a realidade local e intensificar o diálogo e a integração.

Em março, o isolamento social imposto pela pandemia do novo coronavírus inviabilizou a continuidade das visitas presenciais. Contudo, rapidamente as agendas foram readequadas, e a comitiva do Tribunal passou a realizar visitas virtuais, por meio do PJSC-Conecta. Dessa forma, foi possível “percorrer” todo o Estado, e 100% das comarcas foram visitadas. A interação com magistrados e servidores fomentou o diálogo e promoveu o aprendizado para todas as partes. Pela primeira vez na história do Judiciário catarinense, a alta administração do PJSC se reuniu com servidores de todas as comarcas.

Migração para o eproc

O ano de 2020 marcou a consolidação do eproc como o sistema judicial oficial do Poder Judiciário catarinense. O trabalho dos analistas de sistemas do TJ foi direcionado para a migração de todo o acervo, em duas frentes de trabalho: pela própria unidade judiciária, mediante migração individual de processos; e pelo desenvolvimento de uma ferramenta de migração em lote, que aumenta o volume e, conseqüentemente, a velocidade da migração.

Para tanto, foram criadas equipes multidisciplinares, compostas de servidores especialistas no negócio, especialistas em tecnologia da informação e especialistas em gestão:

- migração de processos do 1º grau;
- migração de processos criminais;
- migração de processos do 2º grau;
- migração de processos das turmas de recursos;
- migração de processos de execução penal;
- digitalização e migração de processos físicos; e
- migração de serviços do sistema legado (serviços de portal, gestão do arquivo, precatórios, entre outros).

Como resultado, o ano de 2020 terminou com mais de 95% dos processos eletrônicos tramitando no eproc, consolidando-o de vez como o sistema oficial de tramitação processual do PJSC.

Além de proporcionar mais agilidade nos processos, mais conforto aos operadores do direito e, conseqüentemente, maior produtividade, a implantação e a migração para o sistema eproc também representam economia. Isso porque o sistema foi cedido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sendo sua adaptação para a realidade da Justiça estadual e sua implantação realizadas por equipes internas. O PJSC assumiu integral e autonomamente o suporte do sistema e o controle de sua evolução.

No tocante ao suporte, foram criados setores dentro da estrutura administrativa do TJSC para funcionar como canais de atendimento aos usuários internos e externos, a exemplo de advogados e procuradores.

Quanto à atualização do sistema, foi criado o Comitê Gestor do eproc, responsável por estabelecer a dinâmica de governança do sistema, inclusive quanto à priorização da adequação e da evolução dele.

Sistema eletrônico de votação

O Sistema de Voto Eletrônico (SVE) é o exemplo de um projeto com resultados rápidos. O SVE foi criado para apoiar o processo de escolha dos representantes do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina no Comitê Gestor Regional para Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição. Hoje, seu uso está ampliado.

Com poucos recursos, porém com habilidade e conhecimento das necessidades do usuário, foi possível criar um serviço de votação eletrônica rápido, acessível e com a garantia da segurança da informação.

Acessível tanto por computador quanto por celular e outros dispositivos móveis, o SVE permite o acesso de cada usuário da maneira como considera mais confortável, de acordo com seus equipamentos de home office.

As votações foram bem-sucedidas porque o sistema garantiu a segurança da informação necessária a uma votação sigilosa, como as realizadas no Órgão Especial. Em resumo, as funcionalidades do sistema são:

- votação sigilosa (não tem como saber quem votou em quem, nem com acesso à base de dados);
- possibilidade de voto único, bem como múltiplos votos por eleitor (para eleição tríplice);
- possibilidade de cadastro de candidatos de fora do TJSC;
- possibilidade de restringir o grupo de eleitores (ex.: somente magistrados);
- possibilidade de votar pelo celular; e
- possibilidade tanto de voto único como de votos múltiplos por eleitor (para eleição tríplice).

Business Intelligence (BI)

A importância de se gerir, controlar, difundir e entender o grande volume de dados produzidos pelos inúmeros setores do Poder Judiciário tem remetido à necessidade cada vez maior do uso de ferramentas voltadas ao tratamento qualificado de dados de diversas fontes. Ambientes de gestão como o Gabinete da Presidência, a Corregedoria-Geral da Justiça e as diversas diretorias com frequência analisam as necessidades do Poder Judiciário como um todo, cruzando informações pertencentes a áreas distintas na organização, como, por exemplo, movimentação processual com recursos humanos,

ou produtividade das unidades com afastamentos e capacitação de magistrados e servidores.

Parte da solução que atende à necessidade pública é provida por ferramentas de mercado conhecidas como Business Analytics (BI). Em 2020 o BI foi aperfeiçoado, com novos painéis e ferramentas de filtros, também conectados às metas impostas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Enterprise Resource Planning (ERP)

Durante o ano de 2020, o PJSC deu início à execução do contrato celebrado ao final do ano anterior, após processo licitatório para aquisição do Enterprise Resource Planning (ERP).

Trata-se de solução para integrar e modernizar as atividades das Diretorias de Gestão de Pessoas, Material e Patrimônio e Orçamento e Finanças. Busca-se proporcionar maior agilidade, produtividade e confiabilidade nos processos de trabalho relativos à investidura, vacância, movimentação de pessoal, cadastro e registro funcional, folha de pagamento, benefícios, gratificações, licitações e contratos, patrimônio, almoxarifado, planejamento e execução orçamentária, gestão de créditos, custos, contabilidade, dentre outros.

Ao longo do ano foi realizado o detalhamento do cronograma e deu-se início ao levantamento de requisitos, parametrização, testes, homologação e ajustes nas frentes de trabalho.

Trabalho não presencial

O Poder Judiciário de Santa Catarina é reconhecido por sua posição de vanguarda relativamente ao teletrabalho integral, instituído em 2014 (atualmente regido pela Resolução TJ n. 22/2018), e busca constantes inovações, com foco em um Judiciário célere, eficiente e humanizado.

Desde o início da atual gestão, a ampliação e o aperfeiçoamento do trabalho não presencial foram impostos como desafios a serem alcançados em um curto período, com o objetivo de proporcionar a melhoria na qualidade de vida dos colaboradores.

Nesse contexto, e considerando os resultados positivos auferidos no período de adoção excepcional do home office durante o período de pandemia e a existência de recursos de tecnologia da informação para sedimentar essa tendência, foram editadas quatro resoluções para disciplinar o trabalho não presencial:

- Resolução GP n. 31/2020: disciplina o home office integral e parcial;

- Resolução TJ n. 17/2020: altera a Resolução TJ n. 22/2018, que regulamenta o teletrabalho;
- Resolução GP n. 30/2020: regulamenta o teletrabalho parcial; e
- Resolução GP n. 32/2020: disciplina o limite de servidores em trabalho não presencial.

Com a edição das normativas, o teletrabalho e o home office foram estabelecidos como espécies do trabalho não presencial, com as modalidades integral e parcial. Tais normativas permitem que o servidor leve o equipamento de informática e mobiliário para casa durante o exercício do home office.

Home office (Resolução GP n. 31/2020)

Consiste no desempenho das funções, atribuições e atividades dos servidores efetivos e comissionados, estagiários e voluntários em suas residências mediante o cumprimento de carga horária da jornada de trabalho, com a manutenção do atendimento pelo setor durante o horário de expediente do PJSC.

Home office integral: realização das atividades de forma não presencial em todos os dias do mês.

Home office parcial: realização das atividades de forma não presencial em parte do mês. Nesta modalidade, a realização de trabalho nas dependências da instituição é obrigatória no mínimo quatro dias úteis por mês, vedado o cômputo de presença em apenas parte da jornada diária (fração da carga horária).

Teletrabalho (Resolução TJ n. 22/2018 e Resolução GP n. 30/2020)

Consiste na execução das atividades por servidores efetivos e comissionados fora das dependências do PJSC, de forma não presencial, mediante o alcance da meta de produtividade em substituição ao cumprimento da carga horária da jornada de trabalho.

Teletrabalho integral: realização das atividades de forma não presencial durante todos os dias úteis do mês.

Teletrabalho parcial: realização das atividades de forma não presencial em parte do mês. Nesta modalidade, o trabalho nas dependências da instituição é obrigatório no mínimo 4 dias úteis por mês, vedado o cômputo de presença em apenas parte da jornada diária (fração da carga horária).

Limite de servidores em trabalho não presencial

Foi estabelecido o limite de servidores em trabalho não presencial no âmbito do

PJSC, de até 70% do quadro de pessoal de cada unidade, admitida a majoração do limite caso não haja prejuízo do atendimento ao público.

Para a implantação do projeto do trabalho não presencial, além dos regramentos, foram realizadas as seguintes atividades no ano de 2020:

Trabalho não presencial

- Troca de experiências com outros órgãos e tribunais (benchmarking): CGU, TJAC, TJAM e TJRO
- LIVE com o TJSP
- Confeção da cartilha do trabalho não presencial
- Elaboração do Portal do Trabalho Não Presencial
- Reuniões de sensibilização dos gestores
- 15 encontros com magistrados: 156 participantes (34%)
- 1 encontro com diretores/coordenadores: 16 participantes (80%)
- 6 encontros com chefes de secretaria: 98 participantes (83%)
- 3 encontros com chefes de divisão: 24 participantes (52%)
- 5 encontros com chefes de seção: 42 participantes (28%)
- 21 encontros com chefes de cartório: 189 participantes (42%)
- Total: 51 encontros com 525 participantes
- Especificações ERP para teletrabalho e home office
- Participação no projeto Conversas com Gestores em conjunto com a Diretoria de Saúde e Grupo de Trabalho de Instituição da Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário de Santa Catarina

Home office

- Desenvolvimento de sistema para controle dos servidores que optarem pelo regime home office
- Requisição da demanda de habilitação do sistema de ponto eletrônico para todas as unidades do PJSC e elaboração do passo a passo para utilização do sistema de ponto eletrônico
- Solicitação da criação do tipo de processo: “Material e Patrimônio/Patrimônio/Ces-

são de uso temporário – Home-office integral” e do “Termo de Responsabilidade – Home Office Integral” e elaboração de passo a passo para a criação do SEI pelo Gestor Patrimonial

Teletrabalho integral

- Desenvolvimento da operacionalização da cientificação e do registro da prorrogação automática do teletrabalho
- – Solicitação para habilitação de consulta de notas baixas ao sistema de avaliação de desempenho
- Solicitação de inclusão no formulário de acompanhamento semestral dos servidores em teletrabalho dos questionários psicossocial e osteomuscular
- Finalização do curso EAD “Capacitação para o teletrabalho”
- Desenvolvimento do formulário de acompanhamento semestral dos servidores em teletrabalho e elaboração do passo a passo para preenchimento deste
- Capacitação sobre o novo formulário de acompanhamento semestral: 16 encontros com a participação de 143 servidores em teletrabalho e 85 gestores

Teletrabalho parcial

- Desenvolvimento do formulário eletrônico para a modalidade parcial
- Desenvolvimento do plano de trabalho para a modalidade parcial
- Desenvolvimento de termo de alteração de modalidade no teletrabalho
- Limite de servidores em trabalho não presencial (Resolução GP n. 32/2020)
- Reformulação do plano de trabalho para que conste o percentual de servidores em trabalho não presencial

Projeto piloto de imaterialização da área administrativa (home office)

- Reorganização de espaços na Torre I e Unidade Presidente Coutinho – dando origem ao 1º coworking do Poder Judiciário
- Economia anual de R\$ 1.200.000,00 com a devolução de imóvel com 3.200 m2, que abrigava diretorias ligadas à DGA
- 85,88% dos servidores da área administrativa em home office
- 617 móveis reaproveitados (remetidos para o 1º grau – novo Fórum de Rio do Sul)

Indicação do Órgão de Imprensa Oficial

**NOS TERMOS DO ART. 6º, XIII, DA LEI N. 8.666/1993 (ANEXO V,
ITEM V, B):**

Diário de Justiça Eletrônico, disponível no sítio do PJSC, em <http://busca.tjsc.jus.br/dje-consulta/#/main>

Controle Interno

Providências Adotadas No Período

RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO (ANEXO V, ITEM VI)

UNIDADES GESTORAS: TRIBUNAL DE JUSTIÇA – TJ E FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA – FRJ

CÓDIGO UG/GESTÃO: 3001 e 3091

Processo n. 0043053-94.2020.8.24.0710

Relatório n. 0016/2021

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO

Em atendimento à determinação contida na Instrução Normativa TC n. 20, de 31 de agosto de 2015, e, em especial, ao estabelecido no art. 16 desse dispositivo, a Auditoria Interna apresenta os resultados dos exames realizados na prestação anual de contas de gestão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) e do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ) referentes ao exercício financeiro de 2020.

Responsáveis pela gestão 2020	Período inicial	Período final
Des. Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço	01/01/2020	31/01/2020
Des. Ricardo José Roesler	01/02/2020	31/12/2020

1. Escopo dos Exames

Os trabalhos foram realizados por meio de análises da prestação anual de contas de gestão, de documentos, de informações e de pareceres.

As verificações foram executadas, conforme o tema, em sua totalidade ou por amostragem, de acordo com os seguintes critérios:

- Materialidade

- Relevância
- Criticidade
- Risco
- Planejamento anual

A Auditoria Interna utilizou para a avaliação as seguintes ferramentas:

- Plano Anual de Auditoria
- Plano de Auditoria de Longo Prazo
- Comunicação aos gestores sobre irregularidades/ilegalidades constatadas, bem como as devidas recomendações corretivas
- Informações, pareceres e relatórios

As ferramentas descritas, juntamente com os papéis de trabalho, constituem os resultados obtidos pela Auditoria Interna e comprovam sua atuação no período avaliado.

A observância e o atendimento às recomendações, oriundas da Auditoria Interna, resultam na eficácia das ações de controle desenvolvidas.

2. Da Análise

2.1. Funcionamento do Controle Interno (Inciso I, Anexo VII da IN TC n. 20/2015)

Em cumprimento ao disposto no art. 74 da Constituição Federal e no art. 62 da Constituição Estadual, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por meio da Resolução TJ n. 19/2003, instituiu o Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário de Santa Catarina.

De acordo com esse dispositivo, a estrutura do sistema é formada pelo Órgão Central, pelo Núcleo Técnico e pelas unidades administrativas.

O Órgão Central, representado pelo presidente do Tribunal de Justiça, tem como função a direção do Sistema de Controle Interno.

O Núcleo Técnico, por sua vez, é a unidade vinculada diretamente ao presidente do Tribunal de Justiça, formado pela Auditoria Interna, cabendo-lhe:

- 1.I – supervisionar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Poder Judiciário;
- 1.II – promover a integração operacional do Sistema de Controle Interno;

1.III – uniformizar a interpretação dos atos normativos e os procedimentos relativos às atividades do Sistema de Controle Interno;

1.IV – integrar o Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário com outros sistemas da Administração Pública estadual;

1.V – avaliar os controles internos implantados no Poder Judiciário; os relatórios de gestão fiscal; e o cumprimento do plano plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual;

1.VI – fiscalizar as receitas do Fundo de Reparelhamento da Justiça e do Sistema Financeiro de “Conta Única de Depósitos sob aviso à Disposição da Justiça”; a aplicação e guarda dos recursos públicos; e a execução de programas e projetos;

1.VII – acompanhar as metas bimestrais de arrecadação; os limites de gastos com pessoal; as ocorrências funcionais; as disponibilidades de caixa; as execuções orçamentárias; as limitações de empenho; a execução de contratos; os gastos com serviços de terceiros; e as receitas da alienação de ativos;

1.VIII – certificar os dados contábeis a serem divulgados nos relatórios de gestão fiscal;

1.IX – analisar as prestações de contas mensais e anuais;

1.X – assessorar o presidente do Tribunal de Justiça no cumprimento de normas e procedimentos;

1.XI – auxiliar o controle externo no exercício de sua missão institucional; e

1.XII – exercer outras atividades inerentes a sua finalidade.

Compõem ainda o Sistema de Controle Interno as unidades administrativas do Tribunal de Justiça, as quais devem estar sujeitas à orientação e à adequação técnicas de controle, coordenadas pelo Núcleo Técnico.

As atividades da Auditoria Interna, em 2020, foram realizadas por 10 servidores, conforme o quadro que segue.

Nome/Matrícula	Cargo / função	Ato Legal na função	Formação	TSP
Blévio Nunes Matrícula 9863	Coordenador da Auditoria	Ato n. 1694/2019	Pós-graduado	20 anos

Nome/Matrícula	Cargo / função	Ato Legal na função	Formação	TSP
Djalma João da Silva Matrícula 3630	Auditor Interno	Ato n. 1898/2010	Pós- graduado	32 anos
José Luciano Terhorst Matrícula 7427	Auditor Interno	Ato n. 770/2015	Nível superior	23 anos
Luiz Carlos de Espindola Matrícula 5921	Auditor Interno	Ato n. 1778/2019	Pós- graduado	26 anos
Maristela Borges Matrícula 3600	Auditores Internas	Ato n. 1893/2010	Pós- graduada	32 anos
Paulo Henrique Horn de Andrade Matrícula 3857	Auditor Interno	Ato n. 445/2018	Pós- graduado	31 anos
Simone Meurer de Bona Porton Matrícula 5672	Auditores Internas	Ato n. 1896/2010	Pós- graduada	25 anos
Sonia Maria Laus de Oliveira Matrícula 5970	Auditores Internas	Ato n. 1915/2010	Pós- graduada	24 anos
Wanderley Horn Hülse Matrícula 4379	Técnico Judiciário Auxiliar	Relotado para a Diretoria de Material e Patrimônio em 20/02/2020	Mestre	29 anos
Saulo de Albuquerque Salvi	Analista Administrativo	Lotado nesta Auditoria Interna em 09/11/2020	Pós- graduado	8 anos

Os servidores integrantes da Auditoria Interna possuem permissão de acesso completas e adequadas para acesso aos seguintes sistemas corporativos:

- Sigef;
- Recursos Humanos;
- Diárias;
- Patrimônio;

- Licitações;
- e-Sfinge;
- Sistema de Processo Administrativo;
- Sistema SC Regularidade;
- Sistema de Automação da Justiça; e
- e-proc.

A verificação de conformidade com os critérios legais, dos atos e fatos da execução orçamentária, financeira e patrimonial é realizada pelos controles internos das unidades e também por esta Auditoria Interna, com o objetivo de comprovar que os procedimentos administrativos foram realizados em observância às normas vigentes e aos princípios constitucionais, baseados em documentos hábeis que demonstrem as operações realizadas.

Nos casos em que são detectadas inconformidades, a situação é comunicada preliminarmente ao gestor para que adote as medidas corretivas necessárias.

Os instrumentos oficiosos de comunicação utilizados por esta Auditoria são:

- informação;
- parecer;
- comunicação interna; e
- relatório.

Esses meios de comunicação objetivam registrar sua atuação sobre os procedimentos e controles internos adotados nas diversas unidades administrativas, fazendo-se as devidas recomendações aos gestores e a respectiva comunicação ao Órgão Central do Sistema de Controle Interno, visando ao constante aprimoramento dos processos analisados, bem como dos controles administrativos adotados.

As comunicações internas, em regra, ocorrem de maneira formal, no entanto são também utilizadas interações pessoais nas unidades administrativas.

A Auditoria Interna mantém o acompanhamento das comunicações por meio de controle informatizado, utilizando-se de uma planilha eletrônica.

Quanto à sistematização dos trabalhos, apresenta:

- plano anual de auditoria;
- plano de auditoria de longo prazo;

- relatório anual de atividades;
- propostas para melhoria dos processos e fluxos internos/elaboração de normas internas;
- rotinas e *checklists*; e
- informações e/ou pareceres.

Em relação às atividades de monitoramento, a Auditoria Interna as efetua periodicamente, a cada auditoria realizada, de acordo com a verificação do cumprimento da recomendação sugerida.

Nesse sentido, objetivando aumentar a eficácia do monitoramento, tem-se recomendado aos gestores, quando as irregularidades ou impropriedades não são sanadas de imediato, a elaboração de planos de ação, estabelecendo cronogramas, definições de medidas a serem adotadas e designação de responsáveis pela execução e pela fixação de prazo para implementação das propostas recomendadas.

Já no que diz respeito aos procedimentos de controles adotados, as atividades da Auditoria Interna têm as seguintes características:

detectiva e corretiva, quando os trabalhos realizados resultaram na correção das falhas apenas nos processos analisados, de maneira isolada;

preventiva, quando os trabalhos realizados, além da correção das falhas isoladas, proporcionaram melhoria no fluxo dos processos; e

consultiva, quando as unidades necessitam de apoio na suscitação de dúvidas ou de esclarecimentos acerca de determinado tema sem a perda da autonomia técnica (Resolução CNJ n. 309/2020).

2.2. Resumo das atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna

A Auditoria Interna atuou no exercício nos seguintes temas:

- licitações e contratos;
- gestão de pessoas;
- gestão patrimonial;
- despesas de custeio;
- receitas do Fundo de Reparelhamento da Justiça;
- tecnologia da informação;

- orçamento e finanças;
- obras e engenharia; e
- alvarás e contratações – SIDEJUD.

2.2.1. Quantitativo dos trabalhos/documentos de auditoria produzidos em 2020

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Informações	34
Pareceres	956
Relatórios	158
Diligências	89
Ofícios Expedidos Diversos	156
Ofícios Expedidos – FRJ	9
Total	1.402

2.2.2. Áreas de atuação e objetos de análise

2.2.2.1. Diretoria de Gestão de Pessoas

- Análise de todos os processos de aposentadoria de servidores, magistrados e extrajudiciais, totalizando 162 processos, dos quais 147 são de servidores, 7 de magistrados e 8 de extrajudiciais.
- Análise de todos os processos de nomeação de servidores e de magistrados, num total de 547, sendo 546 de servidores e 1 de magistrado.
- Análise de 1 processo de retificação da Apostila de Proventos.
- Verificação de conformidade em processos de aposentadoria advindos de diligência do TCE.
- Auditoria Operacional na Divisão de Remuneração e Benefícios no tocante às

recuperações em folha de pagamento especificamente na rubrica 251 (iniciada em 2019, Processo n. 0068865-75.2019.8.24.0710).

- Acompanhamento mensal da folha de pagamento demonstrados por meio de relatórios trimestrais de auditoria de conformidade.
- Verificação mensal dos seguintes pontos: a) aplicação de tabelas, alíquotas, percentuais, valores de benefícios; b) processos de liquidação e pagamento da folha; c) situação previdenciária – INSS/GFIP.
- Análise de processos de liberação de contingenciamento relativo a férias.

2.2.2.2. Compras, Licitações, Contratos e Gestão de Bens

- Análise dos editais de licitação cujos valores estimados correspondem a uma concorrência (até 01/08/2020 – conforme decisão do presidente do TJSC no Processo n. 0024690-59.2020.8.24.0710).
- Análise de todos os processos administrativos relativos às fiscalizações e aos pagamentos mensais dos contratos de terceirização de serviços com mão de obra continuada.
- Análise dos processos de liberação de verbas trabalhistas contingenciadas com base nas Resoluções CNJ n. 98/2009 e CNJ n. 183/2013.
- Auditoria nos processos licitatórios, dispensa e inexigibilidade de licitação.
- Fiscalização do inventário anual do almoxarifado e patrimônio.
- Controle no envio de informações do módulo de atos jurídicos, do sistema e-Sfinge (Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão) para o TCE, quando não houve envio de dados em virtude de atraso na implementação de ajustes necessários no sistema de envio de dados por webservice.
- Análise das ações realizadas pela Diretoria de Material e Patrimônio (DMP) visando ao cumprimento das recomendações para transparência de contratações emergenciais em resposta à Covid-19, lançadas pela Transparência Internacional – Brasil em parceria com o Tribunal de Contas da União.

2.2.2.3. Obras e Serviços de Engenharia

- Análise de todos os pagamentos de parcelas contratuais e aditivos (até 01/08/2020 – conforme decisão do presidente do TJSC no Processo n. 0024690-59.2020.8.24.0710);

- Análise de todos os aditivos de contrato e alterações de cronograma físico- financeiro (até 01/08/2020 – conforme decisão do presidente do TJSC no Processo n. 0024690-59.2020.8.24.0710);
- Análise de todos os editais de licitação (até 01/08/2020 – conforme decisão do presidente do TJSC no Processo n. 0024690-59.2020.8.24.0710);
- Análise de todos os processos de licitação (até 01/08/2020 – conforme decisão do presidente do TJSC no Processo n. 0024690-59.2020.8.24.0710).

2.2.2.4. Contábil, Orçamentária e Financeira

- Análise dos balancetes mensais e dos balanços anuais.
- Análise dos relatórios de gestão fiscal.
- Análise das demonstrações financeiras relativas aos FTJ (Fundo de Investimentos).
- Acompanhamento da regularidade fiscal do Tribunal de Justiça e do FRJ junto ao Tesouro Nacional, INSS, Receita Federal, Governos estadual e municipais e demais órgãos da Administração estadual.
- Análise de todos os processos de prestação de contas de adiantamentos.

2.2.2.5. Auditoria de Sistemas e de Bens de Informática

- Auditoria operacional para avaliar o cumprimento do Contrato n. 100/2017 (implementação da central de serviços), solicitação de juntada de documentos, informação final e encerramento.
- Auditoria operacional para avaliar o cumprimento do Contrato n. 033/2018 (fábrica de métricas). Informação final e encerramento.
- Auditoria operacional para avaliar a política instituída e utilizada pelo Poder Judiciário catarinense em relação ao backup de dados. Informação final e encerramento.
- Auditoria para avaliar o cumprimento do Contrato n. 148/2018 – Mensageria e-Social e EFD.
- Auditoria para avaliar o cumprimento do Contrato n. 164/2018 – BI.
- Consultoria no desenvolvimento dos módulos de envio de dados, via web service, para o sistema e-Sfinge (Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão), do TCE, bem como os testes de funcionamento.

2.2.2.6. Auditoria Especial – Gabinete da Presidência/CNJ

- Auditoria especial realizada em alvarás judiciais para levantamento de valores depositados à disposição da Justiça em processos judiciais do primeiro grau de jurisdição (Conclusão da auditoria realizada em 2019, Processo n. 13972-37.2019.8.24.0710).
- Auditoria especial realizada em alvarás judiciais para levantamento de valores depositados à disposição da Justiça em processos judiciais do primeiro grau de jurisdição e nas contratações realizadas com verbas oriundas do SIDEJUD. (análise documental, elaboração de relatório preliminar e relatório final).
- Ação coordenada de auditoria proposta pelo CNJ para avaliação da gestão documental (análise e resposta ao relatório preliminar, iniciada em 2019, Processo n. 0076197-93.2019.8.24.0710).

2.2.2.7. Trabalhos Diversos

- Elaboração de minutas do Estatuto e Código de Ética da Auditoria interna em cumprimento ao disposto nas Resoluções CNJ n. 308 e CNJ n. 309/2020 (Processo n. 0021423-79.2020.8.24.0710).
- Análise e resposta aos questionamentos do Gabinete da Presidência acerca da nova resolução de precatórios.
- Análise e resposta aos questionamentos do CNJ acerca do ranking da transparência.

2.2.2.8. Auditoria nos recolhimentos do FRJ – Serventias Extrajudiciais

- Reanálise dos processos referentes à quitação de valores.
- Fiscalização nas cobranças dos valores destinados ao FRJ.

Quadro-demonstrativo dos valores notificados no ano de 2020

COMARCA	TIP(*)	PERÍODO AUDITADO	SERVENTIA	VALOR NOTIFICADO
SÃO JOAQUIM	E	jan/2016 a dez/2019	Tabelionato de Notas e de Protestos	6.550,18
	E	jan/2016 a dez/2019	Escrivanía de Paz de Bom Jardim da Serra	2.422,20
	E	jan/2016 a dez/2019	Escrivanía de Paz de Urupema	2.660,89

COMARCA	TIP(*)	PERÍODO AUDITADO	SERVENTIA	VALOR NOTIFICADO
URUBICI	E	jan/2017 a dez/2019	Tabelionato de Notas e de Protestos	1.428,55
	E	jan/2017 a dez/2019	Escrivania de Paz de Rio Rufino	2.078,35
BOM RETIRO	E	jan/2017 a dez/2019	Tabelionato de Notas e de Protestos	6.035,00
	E	jan/2017 a dez/2019	Escrivania de Paz de Alfredo Wagner	8.756,14
	E	jan/2017 a dez/2019	Escrivania de Paz de Arnópolis	0,00
	E	jan/2017 a dez/2019	Escrivania de Paz de Canoas	0,00
	E	jan/2016 a dez/2019	Tabelionato de Notas e de Protestos	26.410,85
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	E	jan/2016 a dez/2019	Escrivania de Paz de Águas Mornas	10.784,78
	E	jan/2016 a dez/2019	Escrivania de Paz de Anitápolis	3.802,95
	E	jan/2016 a dez/2019	Escrivania de Paz de Angelina	1.634,35
	E	jan/2016 a dez/2019	Escrivania de Paz de Barra Clara	0,00
	E	jan/2016 a dez/2019	Escrivania de Paz de Rancho Queimado	5.202,21
	E	jan/2016 a dez/2019	Escrivania de Paz de São Bonifácio	386,97
	E	jan/2017 a dez/2019	Tabelionato de Notas e de Protestos	15.180,46
TIJUCAS	E	jan/2017 a dez/2019	Escrivania de Paz de Canelinha	8.417,80
	E	jan/2016 a dez/2019	Tabelionato de Notas e de Protestos	38.059,41
SÃO MIGUEL DO OESTE	E	jan/2016 a dez/2019	Escrivania de Paz de Bandeirante	2.295,34
	E	jan/2016 a dez/2019	Escrivania de Paz de Barra Bonita	0,00
	E	jan/2016 a dez/2019	Escrivania de Paz de Paraíso	486,73
	E	jan/2016 a dez/2019	Escrivania de Paz de Guaraciaba	28.799,75

COMARCA	TIP(*)	PERÍODO AUDITADO	SERVENTIA	VALOR NOTIFICADO
CONCÓRDIA	E	jan/2017 a dez/2019	Tabelionato de Notas e de Protestos	7.652,66
	E	jan/2017 a dez/2019	Escrivania de Paz de Alto Bela Vista	0,00
	E	jan/2017 a dez/2019	Escrivania de Paz de Irani	0,00
	E	jan/2017 a dez/2019	Escrivania de Paz de Peritiba	692,20
	E	jan/2017 a dez/2019	Escrivania de Paz de Presidente Castelo	0,00
SÃO CARLOS	E	jan/2016 a dez/2019	Tabelionato de Notas e de Protestos	638,18
	E	jan/2016 a dez/2019	Escrivania de Paz de Águas de Chapecó	3.631,43
	E	jan/2016 a dez/2019	Escrivania de Paz de Cunhataí	3.232,10
PALMITOS	E	jan/2016 a dez/2019	Tabelionato de Notas e de Protestos	812,65
	E	jan/2016 a dez/2019	Escrivania de Paz de Caibi	0,00
DESCANSO	E	jan/2016 a dez/2019	Tabelionato de Notas e de Protestos	5.863,51
	E	jan/2016 a dez/2019	Escrivania de Paz de Belmonte	4.082,03
	E	jan/2016 a dez/2019	Escrivania de Paz de Santa Helena	536,06
MONDAÍ	E	jan/2016 a dez/2019	Tabelionato de Notas e de Protestos	1.003,01
	E	jan/2016 a dez/2019	Escrivania de Paz de Iporã do Oeste	239,96
	E	jan/2016 a dez/2019	Escrivania de Paz de Riqueza	330,02
ANCHIETA	E	jan/2016 a dez/2019	Tabelionato de Notas e de Protestos	0,00
	E	jan/2016 a dez/2019	Escrivania de Paz de Romelândia	0,00
CAMPO ERÊ	E	jan/2016 a dez/2019	Tabelionato de Notas e de Protestos	668,63

COMARCA	TIP(*)	PERÍODO AUDITADO	SERVENTIA	VALOR NOTIFICADO
BOM RETIRO	P	jan/2017 a dez/2019	Registro Civil, Títulos e Documentos	1.248,42
	P	jan/2017 a dez/2019	Registro de Imóveis	28.456,90
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	P	jan/2016 a dez/2019	Registro Civil, Títulos e Documentos	0,00
	P	jan/2016 a dez/2019	Registro de Imóveis	8.656,28
SÃO JOAQUIM	P	jan/2016 a dez/2019	Registro Civil, Títulos e Documentos	21.078,20
	P	jan/2016 a dez/2019	Registro de Imóveis	28.591,02
TIJUCAS	P	jan/2017 a dez/2019	Registro Civil, Títulos e Documentos	3.165,07
	P	jan/2017 a dez/2019	Registro de Imóveis	1.305,60
URUBICI	P	jan/2017 a dez/2019	Registro Civil, Títulos e Documentos	4.296,40
	P	jan/2017 a dez/2019	Registro de Imóveis	369,13
SOMBRIO	E	jan/2016 a mar/2020	Tabelionato de Notas e de Protestos	15.673,74
	E	jan/2016 a mar/2020	Escrivania de Paz de Balneário Gaivota	1.850,46
	E	jan/2016 a mar/2020	Tabelionato de Notas e de Protestos	516,17
URUSSANGA	E	jan/2016 a mar/2020	Escrivania de Paz de Cocal do Sul	25.255,93
	E	jan/2016 a mar/2020	Escrivania de Paz de Morro da Fumaça	1.913,41
	E	jan/2017 a mar/2020	Tabelionato de Notas e de Protestos	301,19
SANTA ROSA DO SUL	E	jan/2017 a mar/2020	Escrivania de Paz de Praia Grande	2.281,60
	E	jan/2017 a mar/2020	Escrivania de Paz de Passo de Torres	1.661,97
	E	jan/2017 a mar/2020	Escrivania de Paz de São João do Sul	11.080,78

COMARCA	TIP(*)	PERÍODO AUDITADO	SERVENTIA	VALOR NOTIFICADO
TURVO	E	jan/2017 a mar/2020	Tabelionato de Notas e de Protestos	6.195,16
	E	jan/2017 a mar/2020	Escrivania de Paz de Ermo	10.159,94
	E	jan/2017 a mar/2020	Escrivania de Paz de Jacinto Machado	5.007,84
	E	jan/2017 a mar/2020	Escrivania de Paz de Timbé do Sul	308,42
JAGUARUNA	E	jan/2017 a mar/2020	Tabelionato de Notas e de Protestos	3.272,34
	E	jan/2017 a mar/2020	Escrivania de Paz de Treze de Maio	0,00
	E	jan/2017 a mar/2020	Escrivania de Paz de Sangão	1.731,73
JOINVILLE	E	jan/2017 a mar/2020	Escrivania de Paz de São Gabriel	843,58
	E	jan/2017 a mar/2020	Escrivania da Paz de Boa Vista	11.665,76
ITAPOÁ	E	jan/2017 a mar/2020	Escrivania de Paz de Pirabeiraba	3.004,14
ARAQUARI	E	jan/2017 a mar/2020	Tabelionato de Notas e de Protestos	5.028,08
NAVEGANTES	E	jan/2016 a mar/2020	Escrivania de Paz de Itapocú	7.419,34
SÃO JOÃO BATISTA	E	jan/2016 a mar/2020	Escrivania de Paz de Luiz Alves	2.624,14
POMERODE	E	jan/2016 a mar/2020	Escrivania de Paz de Aguti	0,00
JARAGUÁ DO SUL	E	jan/2016 a mar/2020	Tabelionato de Notas e de Protestos	6.194,96
TIMBÓ	E	jan/2016 a dez/2018	Escrivania de Paz de Corupá	8.419,99
	E	jan/2016 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos	1.928,77
	E	jan/2016 a mar/2020	Escrivania de Paz de Benedito Novo	1.570,80
	E	jan/2016 a dez/2018	Escrivania de Paz de Cedro Alto	0,00
	E	jan/2016 a mar/2020	Escrivania de Paz de Doutor Pedrinho	1.079,54
	E	jan/2016 a dez/2018	Escrivania de Paz de Rio dos Cedros	1.960,50

COMARCA	TIP(*)	PERÍODO AUDITADO	SERVENTIA	VALOR NOTIFICADO
GASPAR	E	jan/2016 a dez/2018	1º Tabelionato de Notas e de Protestos	8.288,22
	E	jan/2016 a mar/2020	Escrivania de Paz de Ilhota	1.729,53
CAPIVARI DE BAIXO	E	jan/2016 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos	2.925,49
	E	jan/2016 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos	3.015,11
GAROPABA	E	jan/2016 a mar/2020	Escrivania de Paz de Paulo Lopes	2.276,74
	E	jan/2016 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos	899,06
LAGUNA	E	jan/2016 a dez/2018	Escrivania de Paz de Pescaria Brava	10.499,48
	E	jan/2016 a mar/2020	Escrivania de Paz de Ribeirão Pequeno	3.467,20
	E	jan/2016 a dez/2018	Escrivania de Paz de Cordilheira Alta	593,12
	E	jan/2016 a dez/2018	Escrivania de Paz de Caxambu do Sul	6.427,60
CHAPECÓ	E	jan/2016 a mar/2020	Escrivania de Paz de Guatambu	4.743,67
	E	jan/2016 a dez/2018	Escrivania de Paz de Nova Itaberaba	1.156,89
	E	jan/2016 a mar/2020	Escrivania de Paz de Planalto Alegre	4.967,41
	E	jan/2016 a dez/2018	Escrivania de Paz de Figueira	9.021,69
	E	jan/2016 a dez/2018	Escrivania de Paz de Marechal Bormann (**)	32.309,26
	E	jan/2016 a mar/2020	Tabelionato de Notas e de Protestos	1.860,41
PAPANDUVA	E	jan/2016 a dez/2018	Escrivania de Paz de Monte Castelo	446,73
	E	jan/2016 a dez/2018	Escrivania de Paz de Nova Cultura	0,00

COMARCA	TIP(*)	PERÍODO AUDITADO	SERVENTIA	VALOR NOTIFICADO
FRAIBURGO	E	jan/2016 a mar/2020	Tabelionato de Notas e de Protestos	1.494,26
	E	jan/2016 a dez/2018	Escrivanias de Paz de Monte Carlo	546,25

(*) P – Fiscalização Presencial / E – Fiscalização Eletrônica (***) Em andamento

De acordo com o quadro acima, foram realizadas fiscalizações em 102 serventias, situadas em 35 comarcas, resultando em notificações que somam a quantia de R\$ 553.560,77.

Ressalta-se que as fiscalizações presenciais foram suspensas em razão das medidas sanitárias restritivas impostas em face da pandemia.

2.2.3. Ocorrências relevantes

2.2.3.1. Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP

- **Auditoria em Folha de Pagamento**

Foram realizadas auditorias na folha de pagamento de janeiro de 2020 e fevereiro de 2020, em que foram realizados o acompanhamento e a análise detalhada, e desta análise foram detectadas algumas inconsistências, que foram repassadas à DGP para correção.

Entre as inconsistências verificadas, podem-se destacar as citadas abaixo.

a) Recolhimento de INSS a maior que o declarado na GFIP

- **Auditoria em Processos de Aposentadoria**

Durante o ano de 2020 foram realizadas análises e verificação de conformidade em 162 processos de aposentadoria e verificou-se a falta de alguns documentos ou outras inconsistências, os quais foram devolvidos em diligência para a Diretoria de Gestão de Pessoas para regularização.

Entre as ocorrências encontradas podemos destacar as descritas abaixo.

a) Falta do demonstrativo do tempo de contribuição.

b) Apostila de Proventos “Provisória”, sem o índice de atualização e valores médios dos benefícios.

c) Falta do último comprovante de vencimento e primeiro de proventos. Dmons-

trativo de cálculo de vantagens pessoais. apostila de proventos. Ano do nascimento no Demonstrativo da Composição do Tempo de Contribuição está equivocado.

- d) Falta comprovação da averbação de tempo de serviço.
- e) Falta da declaração de percepção de pensão.
- f) Falta do comprovante de publicação do ato de promoção.
- g) Não juntada do primeiro comprovante de proventos.
- h) Ficha financeira juntada equivocadamente (de outro magistrado).
- i) Data informada no demonstrativo da composição do tempo de contribuição equivocada.
- j) Declaração acerca de bens patrimoniais não juntada aos autos.

- **Auditoria em Processos de Nomeação**

Com relação aos processos acima descritos foram realizadas análises e verificação de conformidade em 547 processos e foi possível observar a falta de alguns documentos ou outras inconsistências, tendo sido devolvidos em diligência à Diretoria de Gestão de Pessoas para regularização.

Entre as ocorrências encontradas podemos destacar as descritas abaixo.

- a) Falta de algumas certidões negativas criminais.
- b) Ausência de juntada do comprovante de cancelamento/licenciamento da OAB.
- c) Não informação do regime jurídico.
- d) Declaração sobre cargo, emprego ou função pública preenchida de forma incorreta.
- e) Falta do ato de nomeação.
- f) Certidão de quitação eleitoral não juntada aos autos.
- g) Nome incorreto no ato de nomeação.
- h) Falta da comprovação do envio da declaração de bens para o Sistema de Declaração de Bens e Renda.
- i) Ausência do comprovante da publicação do ato no DJE.

- j) Documento com os dados do concurso não juntado aos autos.
- k) Diploma não entregue.
- l) Sem inscrição do PIS/PASEP.

2.2.3.2. Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI

- **Auditoria para avaliar o cumprimento do Contrato n. 148/2018 (Mensageria e-Social e EFD – Reinf)**

Principais achados:

- a) Serviço de suporte técnico não está sendo demandado.
- b) Documentos comprobatórios da execução do serviço não foram identificados.

Recomendações à Diretoria de Tecnologia da Informação:

- a) Analisar todo o cenário, passado e futuro, para que se decida sobre a necessidade de prorrogação do Contrato n. 148/2018, evitando pagamentos sem a contrapartida de serviço prestado.
- b) Em contratações futuras, efetuar revisão criteriosa de todas as obrigações contidas no contrato; havendo a renovação contratual, que se providencie a correção do anexo.

- **Auditoria para avaliar o cumprimento do Contrato n. 164/2018 – BI**

Principais achados:

- a) Emissão de OS sem o estabelecimento de todas as condições de execução, ou alteração das condições, sem autorização anterior.
- b) OS recebida após o prazo previsto, sem anotação no termo de aceite.
- c) Cálculo de multa por atraso não coincide com os dados informados.
- d) Inconsistências entre documentos juntados ao processo.

- e) Documentação das entregas não localizada.
- f) Documentos referentes à qualificação técnica e à disponibilidade dos serviços hospedados não juntados ao processo de contratação.

Recomendações à Assessoria de Planejamento – ASPLAN

- a) Implementar as propostas de melhoria apresentadas nos achados n. 1, n. 4, n. 5 e n. 6.
- b) Efetuar ajustes nos procedimentos de abertura e fechamento das demandas:
 - indicar, na abertura da ordem de serviço, o número de horas e a data prevista para entrega;
 - formalizar e documentar no processo ou nas ferramentas de controle qualquer alteração de escopo ou outra ocorrência que justifique a prorrogação de prazo;
 - ajustar o preenchimento do termo de aceite e encaminhamento para pagamento de forma que a data de entrega indique a data do cumprimento integral da obrigação, e esta seja utilizada para apurar se o prazo foi observado; e
 - aplicar a multa, sempre que houver atraso, sem a justificativa devidamente documentada no processo.
- c) Verificar a necessidade de ajustes das cláusulas em caso de nova contratação para esse tipo de atividade.

2.2.3.3. Auditoria Especial

Auditoria SIDEJUD, avaliação da regularidade e a legalidade dos atos praticados no âmbito do Sistema de Depósitos Judiciais no que diz respeito ao levantamento de valores depositados à disposição do Poder Judiciário e também às contratações administrativas que se utilizaram dos recursos oriundos desse orçamento. A auditoria abrangeu dois aspectos principais:

- verificação da regularidade das emissões de alvarás judiciais para liberação de quantias depositadas à disposição do Poder Judiciário; e
- verificação dos processos de contratação com recursos do Sidejud, celebrados no período de 2015 a 2019, incluindo seus pagamentos, dentro dos seguintes

critérios: todas as inexigibilidades de licitação; as dispensas de licitação com valor superior a R\$ 17.600,00; demais contratações com valor superior a R\$ 650.000,00.

Principais achados:

- a) Saque de valores para favorecidos não vinculados ao processo no SAJ/PG.
- b) Documentos da fase de planejamento da contratação não localizados nos autos ou que não foram devidamente autorizados.
- c) Declaração negativa de relação familiar ou parentesco não foi localizada nos autos.
- d) Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, exigida para habilitação nas licitações ou para firmar contrato com a administração pública, e outras certidões não foram localizadas nos autos.
- e) Ausência de documentação referente ao pedido de reserva orçamentária.
- f) Comprovante de publicação legal não localizado nos autos.
- g) Comprovante de remessa do edital ao Tribunal de Contas do Estado não localizado nos autos.
- h) Inconsistências referentes ao pagamento dos bens ou serviços.
- i) Outras inconsistências na instrução dos processos de contratação.
- j) Inconsistências entre os dados da planilha de empenhos dos exercícios 2015 a 2019 fornecida pela DOF e as informações constantes dos processos analisados e do sistema de consulta de empenhos.
- k) Informações do sistema de consulta de empenhos dificultam o controle da utilização das verbas.

Recomendações à Diretoria de Material e Patrimônio:

- a) Que, doravante, sejam observadas todas as etapas necessárias ao planejamento e à autorização das contratações, observadas as particularidades de situações específicas, devidamente documentadas nos autos.
- b) Manter para as próximas contratações a exigência de declaração específica negativa de prática de nepotismo, como padronizado nos editais atuais.

- c) Reforçar o controle para que as certidões de regularidade sejam sempre conferidas e juntadas tempestivamente aos processos.
- d) Reforçar o controle para que a publicação legal seja efetuada no prazo, e os comprovantes sejam sempre juntados tempestivamente aos processos.
- e) Aprimorar o controle para que os editais que se enquadram em valores e condições estabelecidas em instrução normativa do TCE não deixem de ser remetidos, e o comprovante da remessa seja juntado aos autos.
- f) Aprimorar o controle para que todos os documentos referentes ao procedimento de contratação sejam juntados tempestivamente aos autos e que todas as decisões, especialmente sobre a alteração de procedimentos previstos em lei ou em edital, sejam devidamente justificadas e documentadas.
- g) Associar todos os processos de pagamento e outros pertinentes ao processo de contratação no SEI.
- h) Esclarecer pontos do relatório preliminar que ainda apresentaram pendências:
 - ausência de declaração negativa de relação familiar ou parentesco no Processo n. 11236/2015;
 - ausência de certidões, incluindo as de regularidade ((Estadual, Municipal, FGTS, Débitos Trabalhistas, Falência e Concordata) no processo 3365/2016; e
 - ausência de declaração quanto aos valores dos exercícios futuros, de adequação orçamentária e financeira à LOA, LDO e PPA vigentes e vindouros, firmada pelo DGA, coordenador da Asplan e diretor da área para os Processos n. 14446/2015, 557376-2014.9, 562745-2014.1 e 4906-33.2019.

Recomendações à Diretoria de Orçamento e Finanças:

- a) Revisar os procedimentos de importação de dados do Sigef para o sistema de consulta de empenhos e padronizar o preenchimento do campo “Documento” nos movimentos de liquidação com o número do processo de pagamento.

2.3. Irregularidades que resultaram em danos ou prejuízo (Inciso III do Anexo VII da IN TC n. 20/2015)

No exercício de 2020 não foram constatadas irregularidades que resultassem em danos ou prejuízo ao erário nas unidades gestoras do TJ e do FRJ.

2.4. Quantitativo de tomadas de contas especiais instauradas (Inciso IV, Anexo VII da IN TC n. 20/2015)

No exercício de 2020 não houve instauração de tomada de contas especial nas unidades gestoras do TJ e do FRJ.

2.5. Avaliação da Gestão de Recursos Humanos (Inciso VII do Anexo VII da IN TC 20/2015)

Visando atender ao disposto no Anexo V, inciso III, da Instrução Normativa TC n. 20/2015, a Diretoria de Gestão de Pessoas acostou ao Relatório de Contas de

Gestão referente ao exercício 2020 os dados relacionados no QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA – MENSAL e o QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORAL – MENSAL – VALORES, na forma exigida no Anexo V, Item III, alínea “a”, da IN TC n. 20/2015.

Os referidos dados compreendem os valores mensais de remuneração e o quantitativo de pessoal, divididos em servidores civis ativos, ocupantes de cargo efetivo/Tribunal de Justiça e Justiça de 1º Grau; militares ativos à disposição do PJSC; membros do PJSC/juízes e desembargadores; servidores, ocupantes de cargo em comissão com vínculo efetivo; estagiários; servidores recebidos à disposição de outras esferas de governo; e policiais civis e militares que retornaram como temporários.

Realizada a análise dos valores informados pela DGP, constatou-se que os dados demonstrados nos quadros acima referidos atenderam ao formato de apresentação exigido pelo Tribunal de Contas do Estado e que os quantitativos das folhas de pagamento calculadas – matrículas calculadas e valores correspondentes – foram apresentados sem divergências com as informações constantes no Sistema de Histórico Funcional (SHF) e no Sistema FOLHA, ambos da Diretoria de Gestão de Pessoas.

No que tange especificamente ao disposto no inciso VII do Anexo VII da Instrução Normativa, a qual prescreve uma avaliação da gestão de recursos humanos do Tribunal de Justiça pelo setor de Auditoria Interna, cabe destacar que em 2020 a Auditoria Interna realizou o acompanhamento dos trabalhos da Divisão de Remuneração e Benefícios, da Diretoria de Gestão de Pessoas, em todos os meses, desde a abertura até o fechamento das folhas, conforme previsto no Programa Anual de Auditoria 2019, aprovado pelo desembargador presidente e publicado no site oficial do Tribunal de Justiça.

Destaca-se que as atividades mensais acima mencionadas compreenderam, principalmente, os seguintes pontos:

5.a) observação quanto as regras e dados estabelecidos pela legislação no que diz respeito à correta aplicação de tabelas de remuneração do quadro de pessoal e quanto às alíquotas e valores referentes aos dados governamentais, benefícios legais e recolhimentos previdenciários ao IPREV;

5.b) verificação se os pagamentos das remunerações e os descontos consignados de servidores e magistrados, bem como os recolhimentos legais referentes às obrigações previdenciárias e tributárias, destacados nos relatórios contábeis da folha de pagamento foram realizados pela Diretoria de Orçamento e Finanças segundo os termos da Lei n. 4.320/1964, com base nos relatórios contábeis emitidos pela Diretoria de Gestão de Pessoas; e

5.c) se os procedimentos de desconto e recolhimento do INSS na folha de pagamento dos servidores exclusivamente comissionados e a correspondente informação à Previdência Social por meio da GFIP foram realizados segundo as exigências legais e devidos procedimentos devidos pela Diretoria de Gestão de Pessoas e pela Diretoria de Orçamento e Finanças.

Especificamente sobre os valores gerados em 2020, as folhas de pagamento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, normais e suplementares, apresentaram os resultados que abaixo seguem.

Quadro de Pessoal	jan/20		fev/20		mar/20		abr/20		Valor Total 1º Quadrimestre (R\$)
	Valor (R\$)	Qtde	Valor (R\$)	Qtde.	Valor (R\$)	Qtde.	Valor (R\$)	Qtde.	
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Cargo Efetivo (servidores)	59.670.292,91	5746	58.843.009,55	5727	79.185.281,69	5717	58.343.443,52	5693	256.042.027,67
Agentes Públicos Militares Ativos	185.006,20	43	189.968,56	43	236.908,99	43	179.891,24	43	791.774,99
Membros ativos de Poder ou órgão	28.038.399,42	554	28.790.049,43	553	43.395.743,55	553	27.101.352,93	553	127.325.545,34
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente	22.175.391,01	1221	21.952.633,77	1218	29.935.448,88	1218	21.588.705,07	1218	95.652.178,74

Quadrdo de Pessoal	jan/20		fev/20		mar/20		abr/20		Valor Total 1º Qua- drimestre (R\$)
	Valor (R\$)	Qtde	Valor (R\$)	Qtde.	Valor (R\$)	Qtde.	Valor (R\$)	Qtde.	
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	11.151.502,42	1269	13.583.046,08	1280	17.952.022,52	1290	13.602.637,85	1286	56.289.208,87
Estagiários	2.899.752,09	2664	2.687.271,55	2693	2.687.915,87	2707	2.721.223,12	2643	10.996.162,63
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	84.972,56	222	76.982,57	223	111.738,78	223	87.203,41	223	360.897,34
Servidores cedidos para outras esferas de Governo		5		5		5		5	
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	291.027,23	196	275.088,04	202	285.610,97	202	278.840,05	203	1.130.566,29
Total mensal	124.496.343,85	11.920	126.398.049,55	11.944	173.790.671,26	11.958	123.903.297,20	11.867	548.588.361,86

Fonte: Relatórios Contábeis da Folha de Pagamento – janeiro a abril/2020 – sistema FOLHA da Diretoria de Gestão de Pessoas

Quadro de Pessoal	mai/20		jun/20		jul/20		ago/20		Valor Total 2º Quadrimestre (R\$)
	Valor (R\$)	Qtde	Valor (R\$)	Qtde.	Valor (R\$)	Qtde.	Valor (R\$)	Qtde.	
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Cargo Efetivo (servidores)	57.766.194,22	5687	57.359.293,13	5679	57.297.790,40	5684	57.455.693,51	5676	229.878.971,26
Agentes Públicos Militares Ativos	177.985,19	42	175.442,07	42	182.300,89	42	176.715,98	43	712.444,13
Membros ativos de Poder ou órgão	26.627.049,04	550	27.519.173,96	550	27.573.756,10	549	27.285.946,76	548	109.005.925,87
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente	21.387.006,71	1218	21.343.480,75	1218	21.387.002,55	1218	21.430.377,57	1216	85.547.867,58
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	13.301.315,06	1283	13.146.264,46	1278	13.237.597,01	1281	13.093.067,16	1270	52.778.243,69
Estagiários	2.673.049,68	2562	2.596.979,29	2444	2.508.068,16	2260	2.341.847,94	2121	10.119.945,07
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	80.595,44	222	80.572,81	219	80.259,87	218	80.084,85	218	321.512,98
Servidores cedidos para outras esferas de Governo		4		4		4		4	

Quadro de Pessoal	mai/20		jun/20		jul/20		ago/20		Valor Total 2º Quadrimestre (R\$)
	Valor (R\$)	Qtde	Valor (R\$)	Qtde.	Valor (R\$)	Qtde.	Valor (R\$)	Qtde.	
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	289.020,04	214	278.254,92	214	323.099,82	215	287.352,89	216	1.177.727,67
Total mensal	122.302.215,38	11.782	122.499.461,40	11.648	122.589.874,81	11.471	122.151.086,66	11.312	489.542.638,25

Fonte: Relatórios Contábeis da Folha de Pagamento – maio a agosto/2020 – sistema FOLHA da Diretoria de Gestão de Pessoas

FOLHA DE PAGAMENTO – 3º QUADRIMESTRE DE 2020

Quadro de Pessoal	set/20		out/20		nov/20		dez/20		Valor Total 2º Quadrimestre (R\$)
	Valor (R\$)	Qtde	Valor (R\$)	Qtde.	Valor (R\$)	Qtde.	Valor (R\$)	Qtde.	
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Cargo Efetivo (servidores)	75.032.594,80	5665	66.375.730,49	5655	110.102.529,99	5641	83.501.902,75	5629	335.012.758,03
Agentes Públicos Militares Ativos	195.453,20	43	185.962,05	42	295.522,90	42	253.797,71	41	930.735,86
Membros ativos de Poder ou órgão	39.262.568,53	547	35.593.528,36	547	55.970.268,43	547	43.753.287,90	546	174.579.653,23

FOLHA DE PAGAMENTO – 3º QUADRIMESTRE DE 2020

Quadro de Pessoal	set/20		out/20		nov/20		dez/20		Valor Total 2º Quadrimestre (R\$)
	Valor (R\$)	Qtde	Valor (R\$)	Qtde.	Valor (R\$)	Qtde.	Valor (R\$)	Qtde.	
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente	30.090.526,69	1216	26.913.684,07	1216	43.326.381,84	1216	32.465.862,93	1216	132.796.455,54
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	14.503.995,84	1268	13.560.481,40	1267	21.852.551,65	1281	19.288.237,60	1270	69.205.266,49
Estagiários	2.201.617,76	1974	2.059.529,31	1931	1.966.393,65	1958	1.962.699,11	1980	8.190.239,83
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	80.554,37	219	81.080,76	217	159.991,83	216	105.686,88	214	427.313,84
Servidores cedidos para outras esferas de Governo		4		4		4		4	
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	296.732,09	220	296.806,04	219	312.859,36	221	246.339,10	218	1.152.736,59
Total mensal	161.664.043,28	11.156	145.066.802,49	11098	233.986.499,64	11.126	181.577.813,99	11.118	722.295.159,40

Fonte: Relatórios Contábeis da Folha de Pagamento – setembro a dezembro/2020 – sistema FOLHA da Diretoria de Gestão de Pessoas

FOLHA DE PAGAMENTO – TOTAL GERAL DO EXERCÍCIO 2020

SUBTOTAL 1 – FOLHA DE PAGAMENTO –1º QUADRIMESTRE 2020:	548.588.361,86
SUBTOTAL 2 – FOLHA DE PAGAMENTO –2º QUADRIMESTRE 2020:	489.542.638,25
SUBTOTAL 3 – FOLHA DE PAGAMENTO –3º QUADRIMESTRE 2020:	722.295.159,4
TOTAL GERAL:	1.760.426.159,51

Conforme se observa nos quadros acima, os quais contêm o quantitativo de servidores e o total das despesas com a remuneração, por vínculo de servidores e magistrados, em dezembro/2020 os servidores civis ativos ocupantes de cargo efetivo/Tribunal de Justiça e Justiça de 1º Grau, que totalizaram 5.629 matrículas, constituíram o maior contingente do quadro de pessoal remunerado, equivalente a 50,63% da força de trabalho do Poder Judiciário de Santa Catarina. Em função disso, estes também representaram a maior cota de participação na remuneração do quadro de pessoal, correspondente ao montante de R\$ 83.501.902,75, representando, assim, 45,99% do total da folha de pagamento de dezembro/2020.

No que diz respeito ao quantitativo de pessoal, considerando as movimentações funcionais referentes aos desligamentos definitivos e ingressos, em janeiro/2020 a folha de pagamento apresentou o total de 11.920 matrículas calculadas; já em dezembro/2020 esse quantitativo correspondeu a 11.156 matrículas, o que, em termos percentuais, representou variação negativa de 6,84%. Contudo, durante todo o período considerado, a média na folha de pagamento girou em torno de 11.533 matrículas ativas.

Quanto aos valores de remuneração gerados, foram calculados de acordo com as tabelas de vencimentos, proventos e subsídios. As variações observadas decorreram das alterações funcionais relativas às promoções de servidores e magistrados, e adicionais por tempo de serviço, estabelecidos segundo os critérios da legislação vigente.

Diante disso, conclui-se que as folhas de pagamento do quadro de pessoal remunerado o Tribunal de Justiça de Santa Catarina durante o exercício de 2020 foram elaboradas em conformidade com os preceitos legais vigentes, tanto no que diz respeito aos cálculos realizados e controles observados, quanto à aplicação dos dados governamentais necessários à regularidade dos benefícios e obrigações previdenciárias e fiscais.

2.6. Avaliação do cumprimento das determinações e recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado no exercício (Inciso VIII do Anexo VII da IN TC n. 20/2015)

Do exame dos processos oriundos do Tribunal de Contas, verifica-se que foram tomadas as providências cabíveis para atender às determinações/recomendações dentro do prazo estipulado.

2.7. Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle (inciso IX do Anexo VII da IN TC n. 20/2015)

Não se aplica ao Poder Judiciário.

2.8. Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência (inciso X do Anexo VII da IN TC n. 20/2015)

Não ocorreram fatos relacionados a esse item.

2.9. Avaliação da conformidade dos registros dos sistemas operacionais com os dados do e-Sfinge (inciso XI do Anexo VII da IN TC n. 20/2015)

O módulo de execução orçamentária é validado pelo Órgão Central do Sistema de Controle Interno/SEF-SC, que é o responsável pelo envio das informações ao Tribunal de Contas desde 2013.

No ano de 2020 não foram enviadas informações para nenhum dos módulos do sistema e-Sfinge em face de inconsistências e da não evolução no desenvolvimento das melhorias necessárias.

2.10. Regularidade Fiscal

Durante o exercício de 2020 não houve pendências junto ao SC Regularidade.

Em consulta ao SC Regularidade até a data da emissão deste relatório não foram constatadas pendências das unidades do TJ e do FRJ.

2.11. Gestão Patrimonial

2.11.1 Inventário do estoque existente no Almojarifado do Poder Judiciário

Foi designada comissão para realização do inventário do estoque no almojarifado objetivando a conferência física e a confirmação do saldo existente, por meio da Portaria GP n. 2264/2020, publicada no DJE em 07/12/2020.

Na conclusão dos trabalhos do inventário dos bens de consumo e permanentes existentes no Almojarifado do Poder Judiciário não foram constatadas irregularidades, sendo então emitida a declaração de regularidade do inventário, sem ressalva e assinada pela Comissão de Inventário e pelos Diretores de Material e Patrimônio e Geral Administrativo.

2.11.2 Inventário de Bens Móveis Permanentes do Poder Judiciário

Foi realizado inventário físico dos bens móveis permanentes do Poder Judiciário objetivando a conferência física e a confirmação do saldo existente no patrimônio, e não foram constatadas irregularidades.

2.11.3. Adiantamentos

Os processos de adiantamento de recursos são analisados por esta Auditoria Interna em atendimento ao disposto no art. 48 da Instrução Normativa TC n. 14/2012.

Da concessão de recursos públicos, a título de adiantamento em 2020, foram analisados 163 processos, tendo sido todos considerados regulares.

3. CONCLUSÃO

Em conformidade com o Anexo VII da IN TC n. 20/2015, foram analisadas a legitimidade e a legalidade dos atos de gestão da autoridade administrativa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e do Fundo de Reparelhamento da Justiça no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

Florianópolis, 26 de janeiro de 2021.

Contratos e Convênios

ANEXO I

Item I, alínea “n” (doc. 5309584)

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA – CONSOLIDADO														
TODAS AS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea “n”)														
Quantidade de Postos de Trabalho (18)	MÊS												Exercício:	2020
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez (1)	Despesa Liquidada Anual	Despesa Paga Anual
	1.929	1.930	1.926	1.989	1.711	1.475	1.414	1.256	1.277	1.357	1.365	1.365	72.905.049,88	72.905.049,88

NOTAS:

(18) Refere-se à quantidade de postos de trabalho, e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês.

(1) Considerada a quantidade e o valor contratados. A quantidade de postos de serviços efetivamente prestados e o valor do pagamento são apurados em janeiro de 2021

Item I, alínea “o” (doc. 5300528)

DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS) – (Anexo I, Item I, alínea “o”)			
Exercício: 2020			
Benefícios Previdenciários mantidos pelo Tesouro Estadual ou por RPPS	Quantidade no Início do Exercício	Quantidade no Final do Exercício	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Tipo de Benefício
Aposentadorias civis (19)	2.074	2.178	367.200.387,53
Pensões por morte (20)	0	0	–
Reserva e reforma remunerada (21)	0	0	–
Complementação de aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (22)	0	0	–
Complementação de pensão de aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (23)	0	0	–
Total	2.074	2.178	

ANEXO V

Item III, alínea “a” (doc. 5309584 – Analítico)

QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA - MENSAL - VALORES (Anexo V, Item III, alínea “a”)

Considerar na Unidade Gestora em que for contabilizada a despesa

Exercício: 2020

Vínculo (54)	Despesa Mensal da Folha de Pagamento por Vínculo/Mês (55)												TOTAL	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez (1)		
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Cargo Efetivo (servidores)	59.670.292,91	58.843.009,55	79.185.281,69	58.343.443,52	57.766.194,22	57.359.293,13	57.297.790,40	57.455.693,51	75.032.594,80	66.375.730,49	110.102.529,99	83.501.902,75	820.933.756,96	Incluir os servidores ativos ocupantes de cargo efetivo, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas a que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos mediante o instituto de disposição de outras esferas de governo. Excluir os cedidos para outras esferas de governo.
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Incluir os servidores ativos ocupantes de emprego público, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos à disposição de outras esferas de governo. Excluir os cedidos para outras esferas de governo
Agentes Públicos Militares Ativos	185.006,20	189.968,56	236.908,99	179.891,24	177.985,19	175.442,07	182.300,89	176.715,98	195.453,20	185.962,05	295.522,90	253.797,71	2.434.954,98	Incluir os policiais militares e os bombeiros militares. Excluir os militares da reserva que retornam como temporários

QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA - MENSAL - VALORES (Anexo V, Item III, alínea "a")

Considerar na Unidade Gestora em que for contabilizada a despesa

Exercício: 2020

Vínculo (54)	Despesa Mensal da Folha de Pagamento por Vínculo/Mês (55)												TOTAL	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez (1)		
Membros ativos de Poder ou órgão	28.038.399,42	28.790.049,43	43.395.743,55	27.101.352,93	26.627.049,04	27.519.173,96	27.573.756,10	27.285.946,76	39.262.568,53	35.593.528,36	55.970.268,43	43.753.287,90	410.911.124,43	Incluir os membros ativos de Poder ou Órgão: Desembargadores e Juizes do Tribunal de Justiça, Procuradores e Promotores de Justiça do Ministério Público, Conselheiros do Tribunal de Contas e Auditores Substitutos de Conselheiros, Defensores Públicos, bem como os Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
Agentes Políticos com Mandato Eletivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Incluir os Agentes Políticos em exercício de Mandato Eletivo no ente: Governador, Vice-Governador e Deputados Estaduais
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente	22.175.391,01	21.952.633,77	29.935.448,88	21.588.705,07	21.387.006,71	21.343.480,75	21.387.002,55	21.430.377,57	30.090.526,69	26.913.684,07	43.326.381,84	32.465.862,93	313.996.501,85	Incluir os servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na esfera estadual com vínculo efetivo com o Estado
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	11.151.502,42	13.583.046,08	17.952.022,52	13.602.637,85	13.301.315,06	13.146.264,46	13.237.597,01	13.093.067,16	14.503.995,84	13.560.481,40	21.852.551,65	19.288.237,60	178.272.719,05	Incluir os servidores ativos ocupantes exclusivamente de cargo ou emprego em Comissão de livre nomeação e exoneração (comissionado puro, sem vínculo permanente com o Estado)
Servidores contratados por tempo determinado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Incluir os servidores contratados por tempo determinado (Admitido em Caráter Temporário - ACT)
Estagiários	2.899.752,09	2.687.271,55	2.687.915,87	2.721.223,12	2.673.049,68	2.596.979,29	2.508.068,16	2.341.847,94	2.201.617,76	2.059.529,31	1.966.393,65	1.962.699,11	29.306.347,53	Incluir todos os estagiários/bolsistas de qualquer nível de escolaridade, inclusive os médicos residentes

QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA - MENSAL - VALORES (Anexo V, Item III, alínea “a”)

Considerar na Unidade Gestora em que for contabilizada a despesa

Exercício: 2020

Vínculo (54)	Despesa Mensal da Folha de Pagamento por Vínculo/Mês (55)												TOTAL		
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez (1)			
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Incluir os servidores recebidos à disposição, cujo ônus seja do Estado, bem como os que o ônus seja do órgão de origem ressarcido pelo Estado
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Incluir os cedidos para outras esferas de governo cujo ônus permanece com a origem sem ressarcimento do ente de destino
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	84.972,56	76.982,57	111.738,78	87.203,41	80.595,44	80.572,81	80.259,87	80.084,85	80.554,37	81.080,76	159.991,83	105.686,88	1.109.724,15	Incluir os servidores recebidos à disposição, cujo ônus seja do Estado, bem como os que o ônus seja do órgão de origem ressarcido pelo Estado	
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Incluir os cedidos para outras esferas de governo cujo ônus permanece com a origem sem ressarcimento do ente de destino
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	291.027,23	275.088,04	285.610,97	278.840,05	289.020,04	278.254,92	323.099,82	287.352,89	296.732,09	296.806,04	312.859,36	246.339,10	3.461.030,55	Incluir policiais civis e militares da reserva que retornam como temporários	
Conselheiros Tutelares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total	124.496.343,85	126.398.049,55	173.790.671,26	123.903.297,20	122.302.215,38	122.499.461,40	122.589.874,81	122.151.086,66	161.664.043,28	145.066.802,49	233.986.499,64	181.577.813,99	1.760.426.159,51		

NOTAS:

(54) Incluir apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à **situação atual** em que se encontre. Em caso de acumulação informar ambos cargos.

(55) Incluir a despesa anual da folha de pagamento bruta de todos os agentes públicos, por natureza do vínculo, cujo pagamento é de responsabilidade da Unidade Gestora. Incluir todas as verbas de caráter remuneratório e indenizatório **integrantes da folha de pagamento**, bem como as contribuições recolhidas (**patronal**) pelo Ente à previdência social, abrangendo ainda, no caso de unidades gestora do Estado, a previdência complementar SC PREV.

Item III, alínea “a” – Quantidade (doc. 5300458)

QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA - MENSAL (Anexo V, Item III, alínea “a”) Considerar na Unidade Gestora em que for contabilizada a despesa												
Exercício: 2020												
Vínculo (39)	Quantidades/Mês (40)											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez (1)
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo (41)	5.746	5.727	5.717	5.693	5.687	5.679	5.684	5.676	5.665	5.655	5.641	5.629
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público (42)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agentes Públicos Militares Ativos (43)	43	43	43	43	42	42	42	43	43	42	42	41
Membros ativos de Poder ou órgão (44)	554	553	553	553	550	550	549	548	547	547	547	546
Agentes Políticos com Mandato Eletivo (45)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente (46)	1221	1218	1218	1218	1218	1218	1218	1216	1216	1216	1216	1216
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente (47)	1269	1280	1290	1286	1283	1278	1281	1270	1268	1267	1281	1270
Servidores contratados por tempo determinado (48)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estagiários (49)	2.664	2.693	2.707	2.643	2.562	2.444	2.260	2.121	1.974	1.931	1.958	1.980
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras (50)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras (51)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	222	223	223	223	222	219	218	218	219	217	216	214
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	5	5	5	5	4	4	4	4	4	4	4	4
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários (52)	196	202	202	203	214	214	215	216	220	219	221	218
Conselheiros Tutelares (53)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	11.920	11.944	11.958	11.867	11.782	11.648	11.471	11.312	11.156	11.098	11.126	11.118

NOTAS:

(39) Incluir apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à **situação atual** em que se encontre. Em caso de acumulação informar ambos cargos. (39) Incluir apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à **situação atual** em que se encontre. Em caso de acumulação informar ambos cargos.

(40) Quantidade existente no último dia do mês.

(41) Incluir os servidores ativos ocupantes de cargo efetivo, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas a que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos mediante o instituto de disposição. Excluir os cedidos.

(42) Incluir os servidores ativos ocupantes de emprego público, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos à disposição. Excluir os cedidos.

(43) Incluir os policiais militares e os bombeiros militares. Excluir os militares da reserva que retornam como temporários.

(44) Incluir os membros ativos de Poder ou Órgão: Desembargadores e Juizes do Tribunal de Justiça, Procuradores e Promotores de Justiça do Ministério Público, Conselheiros do Tribunal de Contas e Auditores Substitutos de Conselheiros, Defensores Públicos, bem como os Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

(45) Incluir os Agentes Políticos em exercício de Mandato Eletivo no ente: Governador, Vice-Governador, Prefeito, Vice-Prefeito, Deputados Estaduais e Vereadores.

QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA - MENSAL (Anexo V, Item III, alínea "a")												
Considerar na Unidade Gestora em que for contabilizada a despesa												
Exercício: 2020												
Vínculo (39)	Quantidades/Mês (40)											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez (1)
(46) Incluir os servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente da referida Unidade Gestora.												
(47) Incluir os servidores ativos ocupantes exclusivamente de cargo ou emprego em Comissão de livre nomeação e exoneração (comissionado puro, sem vínculo permanente com o Ente da referida Unidade Gestora).												
(48) Incluir os servidores contratados por tempo determinado (Admitido em Caráter Temporário - ACT).												
(49) Incluir todos os estagiários/bolsistas de qualquer nível de escolaridade, inclusive os médicos residentes.												
(50) Incluir os servidores recebidos à disposição, cujo ônus seja da Unidade Gestora, bem como os que o ônus seja do órgão de origem ressarcido pela Unidade Gestora.												
(51) Incluir os servidores cedidos para outras Unidades Gestoras cujo ônus permanece com a origem sem ressarcimento da unidade gestora.												
(52) Incluir policiais civis e militares da reserva que retornam como temporários.												
(53) Incluir a quantidade de Conselheiros Tutelares.												

Item III, alínea "b" – Contratos de terceirização – Analítico (doc. 5280058)

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")															
Exercício: 2020															
Contrato	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril			Maio		
	Quantidade de postos (1) (2)	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Quantidade de postos (1) (2)	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Quantidade de postos (1) (2)	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Quantidade de postos (1) (2)	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Quantidade de postos (1) (2)	Despesa Liquidada	Despesa Paga
046/2015 - Intersept Ltda.	7	-	-	7	22.039,96	22.039,96	7	23.377,28	6.976,34	7	23.154,39	39.555,33	0	22.211,46	3.014,31
055/2015 - Liderança Ltda.	231	-	-	230	-	-	229	1.227.732,63	783.378,50	196	612.902,07	610.904,45	0	495.855,73	526.050,17
081/2015 - Liderança Ltda.	216	-	-	216	-	-	214	2.116.665,21	1.498.562,59	213	853.551,88	738.097,26	0	636.903,33	923.451,27
021/2016 - Lince Seg. Eletrônica	11	-	-	11	67.724,77	9.142,84	11	67.889,00	77.461,89	11	-	49.009,04	11	133.474,41	85.592,45
290/2016 - Brasilrecruta	32	-	-	32	-	-	32	229.576,88	229.576,88	0	-	-	0	114.772,23	114.772,23
089/2017 - Liderança Ltda.	591	-	-	591	-	-	592	1.662.520,01	1.662.520,01	589	3.322.523,68	1.894.662,46	592	1.641.385,59	1.889.490,65
185/2017 - Brasilrecruta	6	-	-	6	40.111,70	11.461,36	6	40.111,70	68.762,04	6	41.806,50	41.806,50	0	48.058,62	48.058,62
035/2018 - Liderança Ltda.	51	-	-	52	176.130,68	25.151,45	52	178.596,23	329.575,46	52	179.899,66	25.688,57	0	112.174,56	170.229,17
098/2018 - Mobra Ltda.	56	-	-	56	387.104,46	387.104,46	56	387.104,46	112.775,07	56	405.078,24	679.407,63	54	678.946,44	678.946,44
099/2018 - Master Vig. Esp.	279	-	-	279	-	-	279	4.919.681,83	2.809.791,82	279	-	2.109.890,01	227	6.094.798,82	4.390.022,21
112/2018 - Planservice Terc. Serv.	139	-	-	139	467.777,63	66.338,24	139	467.652,33	538.696,60	0	-	330.395,12	0	459.438,08	459.438,08
116/2018 - Planservice Terc. Serv.	234	-	-	235	-	-	233	1.211.183,03	691.356,02	224	-	519.827,01	222	592.121,73	592.121,73
146/2018 - Brasilrecruta	11	-	-	11	147.563,33	147.563,33	11	125.989,24	40.711,04	11	125.244,35	210.522,55	11	122.880,66	38.532,10
167/2018 - Ferrescki Climatizacao	2	-	-	2	-	-	2	9.988,85	9.988,85	2	10.333,29	10.333,29	2	10.290,13	514,51
013/2019 - Ferrescki Climatizacao	2	-	-	2	-	-	2	9.342,19	2.066,04	2	9.342,19	16.618,34	2	9.300,53	465,03

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")

Exercício: 2020

Contrato	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril			Maio		
	Quantidade de postos (1) (2)	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Quantidade de postos (1) (2)	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Quantidade de postos (1) (2)	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Quantidade de postos (1) (2)	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Quantidade de postos (1) (2)	Despesa Liquidada	Despesa Paga
015/2019 - Ferrescki Climatizacao	2	-	-	2	-	-	2	10.029,93	1.701,32	0	10.029,93	18.358,54	0	8.321,48	416,07
053/2019 - Ferrescki Climatizacao	2	-	-	2	-	-	2	12.259,62	12.259,62	0	12.259,62	12.259,62	0	12.213,97	610,70
059/2019 - Ferrescki Climatizacao	1	-	-	1	-	-	1	6.331,84	6.331,84	1	6.331,84	6.331,84	1	-	-
061/2019 - Quadrante Soluções	2	-	-	2	10.611,41	10.611,41	2	10.611,41	10.611,41	2	10.611,41	10.611,41	2	10.420,48	10.420,48
062/2019 - Quadrante Soluções	2	-	-	2	10.649,63	10.649,63	2	10.649,63	10.649,63	2	10.649,63	10.649,63	2	10.455,46	10.455,46
088/2019 - Lince Seg. Patrimonial	5	-	-	5	22.146,70	22.146,70	5	22.146,70	6.162,24	5	22.146,70	38.131,16	5	21.641,25	2.921,56
121/2019 - Ipiranga Serv. Terc.	6	-	-	6	41.354,04	5.582,79	6	40.894,55	47.163,29	6	-	29.502,51	6	81.626,16	52.868,35
180/2019 - Plansul Planej. e Consult	8	-	-	8	20.649,47	2.823,13	8	23.122,97	26.396,21	8	23.713,90	38.267,00	4	-	-
187/2019 - Liderança Ltda.	33	-	-	33	-	-	33	175.378,85	175.378,85	95	88.266,88	88.266,88	95	274.536,94	39.436,11
004/2020 - G4F Soluções Corporativas	0	-	-	0	-	-	-	-	-	0	-	-	0	-	-
025/2020 - PH Recursos Humanos	0	-	-	0	-	-	-	-	-	0	-	-	242	-	-
026/2020 - Plansul Planej. e Consult	0	-	-	0	-	-	-	-	-	142	-	-	128	-	-
046/2020 - Liderança Ltda.	0	-	-	0	-	-	-	-	-	80	-	-	105	-	-
TOTAL	1929	-	-	1930	1.413.863,78	720.615,30	1926	12.988.836,37	9.158.853,56	1989	5.767.846,16	7.529.096,15	1711	11.591.828,06	10.037.827,70

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")

Exercício: 2020

Contrato	Junho			Julho			Agosto			Setembro			Outubro		
	Quantidade de postos (1) (2)	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Quantidade de postos (1) (2)	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Quantidade de postos (1) (2)	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Quantidade de postos (1) (2)	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Quantidade de postos (1) (2)	Despesa Liquidada	Despesa Paga
046/2015 - Intersept Ltda.	0	-	19.197,15	0	3.819,77	3.819,77	0	-	-	0	-	-	0	-	-
055/2015 - Liderança Ltda.	0	-	416.157,31	0	89.298,08	89.298,08	0	-	-	0	-	-	0	-	-
081/2015 - Liderança Ltda.	0	-	447.009,30	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
021/2016 - Lince Seg. Eletrônica	11	66.969,30	66.628,55	11	66.969,30	115.192,01	11	66.969,30	18.746,59	11	66.969,30	115.192,01	11	66.969,30	66.969,30
290/2016 - Brasilrecruta	0	244,92	33,44	0	-	211,48	0	-	-	0	-	-	0	-	-
089/2017 - Liderança Ltda.	592	-	1.179.756,16	587	3.719.309,53	3.719.309,53	429	1.265.347,51	177.889,08	448	1.229.828,75	1.432.894,36	516	1.240.891,97	1.232.659,98
185/2017 - Brasilrecruta	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
035/2018 - Liderança Ltda.	0	-	96.156,48	0	25.071,99	25.071,99	0	6.968,08	6.968,08	0	-	-	0	-	-
098/2018 - Mobra Ltda.	54	382.118,83	382.118,83	54	401.385,83	401.385,83	54	401.385,83	127.952,36	54	401.385,83	402.909,30	54	401.385,83	673.295,83
099/2018 - Master Vig. Esp.	227	2.065.774,64	2.333.007,52	227	2.065.774,64	3.503.318,37	227	2.065.774,64	2.065.774,64	227	2.065.774,64	2.065.774,64	227	2.150.646,64	2.150.646,64

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")

Exercício: 2020

Contrato	Junho			Julho			Agosto			Setembro			Outubro		
	Quantidade de postos (1) (2)	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Quantidade de postos (1) (2)	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Quantidade de postos (1) (2)	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Quantidade de postos (1) (2)	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Quantidade de postos (1) (2)	Despesa Liquidada	Despesa Paga
112/2018 - Planservice Terc. Serv.	0	13.350,86	10.267,38	0	-	3.083,48	0	-	-	0	-	-	0	-	-
116/2018 - Planservice Terc. Serv.	0	561.588,24	561.588,24	0	57.475,59	8.075,52	0	26.641,98	76.042,05	0	-	-	0	-	-
146/2018 - Brasilrecruta	11	-	84.348,56	11	247.641,74	247.641,74	11	123.454,85	123.454,85	11	123.820,87	39.995,33	11	123.820,87	207.646,41
167/2018 - Ferrescki Climatizacão	2	-	9.775,62	2	-	-	2	30.701,07	30.701,07	2	-	-	2	20.467,38	11.924,82
013/2019 - Ferrescki Climatizacão	0	-	8.835,50	0	-	-	0	10.787,07	10.787,07	0	-	-	0	-	-
015/2019 - Ferrescki Climatizacão	0	-	7.905,41	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
053/2019 - Ferrescki Climatizacão	0	-	11.603,27	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
059/2019 - Ferrescki Climatizacão	0	6.306,87	6.306,87	0	-	-	0	6.274,22	6.274,22	0	-	-	0	1.045,70	1.045,70
061/2019 - Quadrante Soluções	2	10.478,90	1.676,63	2	10.478,90	19.281,17	2	10.478,90	2.922,22	2	10.478,90	18.035,58	2	10.478,90	2.922,22
062/2019 - Quadrante Soluções	2	10.514,16	1.577,13	2	10.514,16	19.451,19	2	10.514,16	2.808,22	2	10.514,16	18.220,10	2	10.514,16	2.808,22
088/2019 - Lince Seg. Patrimonial	5	21.999,55	24.958,57	5	24.124,84	39.885,51	5	21.999,55	21.999,55	5	21.999,55	21.999,55	5	21.999,55	21.999,55
121/2019 - Ipiranga Serv. Terc.	6	40.759,50	69.517,31	6	40.759,50	40.759,50	6	40.759,50	11.373,82	6	40.759,50	70.145,18	6	40.759,50	40.759,50
180/2019 - Plansul Planej. e Consult	4	32.429,74	22.270,56	4	12.188,60	22.347,78	4	12.188,60	3.154,70	4	-	9.033,90	4	18.892,33	18.892,33
187/2019 - Liderança Ltda.	95	285.616,18	284.743,02	95	274.966,65	510.940,64	95	255.995,01	36.941,65	95	251.964,73	471.018,09	95	251.396,19	251.396,19
004/2020 - G4F Soluções Corporativas	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-
025/2020 - PH Recursos Humanos	232	-	-	175	1.061.547,06	664.830,82	175	457.784,40	451.902,26	177	-	402.598,38	189	908.073,98	565.744,61
026/2020 - Plansul Planej. e Consult	128	-	-	128	932.656,72	932.656,72	128	452.950,49	452.950,49	128	452.950,49	452.950,49	128	451.773,63	451.773,63
046/2020 - Liderança Ltda.	104	16.268,27	16.268,27	105	450.374,21	450.374,21	105	255.057,93	68.353,61	105	253.821,10	254.878,26	105	253.809,70	439.456,86
TOTAL	1475	3.514.419,96	6.061.707,08	1414	9.494.357,11	10.816.935,34	1256	5.522.033,09	3.696.996,53	1277	4.930.267,82	5.775.645,17	1357	5.972.925,63	6.139.941,79

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")

Exercício: 2020

Contrato	Novembro			Dezembro			Despesa Liquidada Anual	Despesa Paga Anual	NOTAS:
	Quantidade de postos (1) (2)	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Quantidade de postos (1) (2)	Despesa Liquidada	Despesa Paga			
046/2015 - Intersept Ltda.	0	-	-	0	-	-	94.602,86	94.602,86	
055/2015 - Liderança Ltda.	0	-	-	0	-	-	2.425.788,51	2.425.788,51	
081/2015 - Liderança Ltda.	0	-	-	0	-	-	3.607.120,42	3.607.120,42	
021/2016 - Lince Seg. Eletrônica	11	63.207,37	63.207,37	11	67.889,00	67.889,00	735.031,05	735.031,05	
290/2016 - Brasilrecruta	0	-	-	0	-	-	344.594,03	344.594,03	

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")

Exercício: 2020

Contrato	Novembro		Dezembro			Despesa Liquidada Anual	Despesa Paga Anual	NOTAS:
	Quantidade de postos (1) (2)	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Quantidade de postos (1) (2)	Despesa Liquidada			
089/2017 - Liderança Ltda.	524	1.493.728,77	1.101.769,42	524	1.509.862,52	2.794.446,68	17.085.398,33	17.085.398,33
185/2017 - Brasilrecruta	0	-	-	0	-	-	170.088,52	170.088,52
035/2018 - Liderança Ltda.	0	-	-	0	-	-	678.841,20	678.841,20
098/2018 - Mobra Ltda.	54	423.971,08	155.472,86	54	401.385,83	669.884,05	4.671.252,66	4.671.252,66
099/2018 - Master Vig. Esp.	227	-	-	227	4.424.487,89	4.424.487,89	25.852.713,74	25.852.713,74
112/2018 - Planservice Terc. Serv.	0	-	-	0	-	-	1.408.218,90	1.408.218,90
116/2018 - Planservice Terc. Serv.	0	-	-	0	-	-	2.449.010,57	2.449.010,57
146/2018 - Brasilrecruta	11	125.055,18	125.055,18	11	125.989,24	125.989,24	1.391.460,33	1.391.460,33
167/2018 - Ferrescki Climatizacao	2	-	8.542,56	2	-	-	81.780,72	81.780,72
013/2019 - Ferrescki Climatizacao	0	-	-	0	-	-	38.771,98	38.771,98
015/2019 - Ferrescki Climatizacao	0	-	-	0	-	-	28.381,34	28.381,34
053/2019 - Ferrescki Climatizacao	0	-	-	0	-	-	36.733,21	36.733,21
059/2019 - Ferrescki Climatizacao	0	-	-	0	-	-	26.290,47	26.290,47
061/2019 - Quadrante Soluções	2	10.646,75	18.203,43	2	10.611,41	10.611,41	115.907,37	115.907,37
062/2019 - Quadrante Soluções	2	10.685,75	18.391,69	2	10.649,63	10.649,63	116.310,53	116.310,53
088/2019 - Lince Seg. Patrimonial	5	23.046,85	6.754,16	5	22.826,35	39.119,04	246.077,59	246.077,59
121/2019 - Ipiranga Serv. Terc.	6	41.512,56	41.512,56	6	41.354,04	41.354,04	450.538,85	450.538,85
180/2019 - Plansul Planej. e Consult	4	12.322,34	3.174,08	4	12.295,48	21.443,74	167.803,43	167.803,43
187/2019 - Liderança Ltda.	95	249.358,82	70.226,63	95	252.848,59	431.980,78	2.360.328,84	2.360.328,84
004/2020 - G4F Soluções Corporativas	0	-	-	0	-	-	-	-
025/2020 - PH Recursos Humanos	189	-	342.329,37	189	971.258,35	971.258,35	3.398.663,79	3.398.663,79
026/2020 - Plansul Planej. e Consult	128	449.471,85	125.688,77	128	446.490,00	770.273,08	3.186.293,18	3.186.293,18
046/2020 - Liderança Ltda.	105	255.198,87	35.009,97	105	252.517,38	472.706,28	1.737.047,46	1.737.047,46
TOTAL	1365	3.158.206,19	2.115.338,05	1365	8.550.465,71	10.852.093,21	72.905.049,88	72.905.049,88

(1) Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês.

(2) Considerada a quantidade de postos pagos, serviços efetivamente prestados.

Item 4 e item 5, "a" e "b" (doc. 5280081)

	Liquidado	Obras e serviço de engenharia	Bens	Serviços
Convite	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Tomada de Preços	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Concorrência	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

	Dispensa de licitação por valor	R\$ 217.704,97	R\$ -	R\$ 89.679,63	R\$ 128.025,34
	Dispensa de licitação - outras	R\$ 5.977.049,48	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.977.049,48
	Inexigibilidade	R\$ 27.213.767,61	R\$ -	R\$ 329.785,00	R\$ 26.883.982,61
	Pregão Presencial	R\$ 241.577,01	R\$ -	R\$ -	R\$ 241.577,01
	Pregão Eletrônico	R\$ 63.233.013,65	R\$ -	R\$ 8.763.809,32	R\$ 54.469.204,33
	Suprimento de Fundos	R\$ 201,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 201,60
TRIBUNAL DE JUSTIÇA		R\$ 96.883.314,32	R\$ -	R\$ 9.183.273,95	R\$ 87.700.040,37
	Convite	R\$ 146.082,12	R\$ 146.082,12	R\$ -	R\$ 146.082,12
	Tomada de Preços	R\$ 3.936.694,01	R\$ 3.936.694,01	R\$ -	R\$ 3.936.694,01
	Concorrência	R\$ 6.769.116,28	R\$ 6.769.116,28	R\$ -	R\$ 6.769.116,28
	Dispensa de licitação por valor	R\$ 1.951.618,00	R\$ 546.710,91	R\$ 660.121,61	R\$ 1.291.496,39
	Dispensa de licitação - outras	R\$ 30.032.767,10	R\$ 17.119.581,12	R\$ 389.330,14	R\$ 29.643.436,96
	Inexigibilidade	R\$ 16.902.438,51	R\$ 97.072,43	R\$ -	R\$ 16.902.438,51
	Pregão Presencial	R\$ 7.176.489,11	R\$ -	R\$ -	R\$ 7.176.489,11
	Pregão Eletrônico	R\$ 41.655.053,32	R\$ 11.906.877,00	R\$ 4.226.262,85	R\$ 37.428.790,47
	Suprimento de Fundos	R\$ 33.441,10	R\$ -	R\$ 22.238,23	R\$ 11.202,87
FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA		R\$ 108.603.699,55	R\$ 40.522.133,87	R\$ 5.297.952,83	R\$ 103.305.746,72
	Convite	R\$ 146.082,12	R\$ 146.082,12	R\$ -	R\$ 146.082,12
	Tomada de Preços	R\$ 3.936.694,01	R\$ 3.936.694,01	R\$ -	R\$ 3.936.694,01
	Concorrência	R\$ 6.769.116,28	R\$ 6.769.116,28	R\$ -	R\$ 6.769.116,28
	Dispensa de licitação por valor	R\$ 2.169.322,97	R\$ 546.710,91	R\$ 749.801,24	R\$ 1.419.521,73
	Dispensa de licitação - outras	R\$ 36.009.816,58	R\$ 17.119.581,12	R\$ 389.330,14	R\$ 35.620.486,44
	Inexigibilidade	R\$ 44.116.206,12	R\$ 97.072,43	R\$ 329.785,00	R\$ 43.786.421,12
	Pregão Presencial	R\$ 7.418.066,12	R\$ -	R\$ -	R\$ 7.418.066,12
	Pregão Eletrônico	R\$ 104.888.066,97	R\$ 11.906.877,00	R\$ 12.990.072,17	R\$ 91.897.994,80
	Suprimento de Fundos	R\$ 33.642,70	R\$ -	R\$ 22.238,23	R\$ 11.404,47
TOTAL		R\$ 205.487.013,87	R\$ 40.522.133,87	R\$ 14.481.226,78	R\$ 191.005.787,09

Item IV – Informações sobre transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumento congênera, discriminando volume de recursos transferidos e beneficiários

Número	Credor(a)	CNPJ/CPF	Unidade Gestora	Empenhado 2020	Pago 2020
008/2003	MUNICIPIO DE MODELO	83.021.832/0001-11	DMP	R\$ 5.418,57	R\$ 2.206,74
008/2003	MUNICIPIO DE MODELO	83.021.832/0001-11	DMP	R\$.794,36	R\$ -
008/2003	MUNICIPIO DE MODELO	83.021.832/0001-11	DMP	R\$ 77.485,55	R\$ 59.604,27
008/2003	MUNICIPIO DE MODELO	83.021.832/0001-11	DMP	R\$ 2.868,83	R\$ -
091/2018	MUNICIPIO DE RIO DO OESTE	83.102.715/0001-82	DMP	R\$ 66.000,00	R\$ 55.000,00
167/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	00.360.305/0001-04	DEA	R\$ 4.800,00	R\$ 4.800,00
213/2008	MUNICIPIO DE IPUMIRIM	82.814.575/0001-02	DMP	R\$ 72.000,00	R\$ 66.000,00
222/2011	CONDOMINIO EDIFICIO EUGENIO ARENHART	05.157.164/0001-40	DMP	R\$ 31.225,26	R\$ 13.089,28
222/2011	CONDOMINIO EDIFICIO EUGENIO ARENHART	05.157.164/0001-40	DMP	R\$ 18.135,98	R\$ -
222/2011	CONDOMINIO EDIFICIO EUGENIO ARENHART	05.157.164/0001-40	DMP	R\$ 4.982,00	R\$ 4.982,00
237/2016	FUNDACAO JOSE ARTHUR BOITEUX	83.472.860/0001-55	AJU	R\$ 834.240,00	R\$ 625.680,00
237/2016	FUNDACAO JOSE ARTHUR BOITEUX	83.472.860/0001-55	AJU	R\$ 208.560,00	R\$ 156.420,00
237/2016	FUNDACAO JOSE ARTHUR BOITEUX	83.472.860/0001-55	AJU	R\$ 312.840,00	R\$ -
237/2016	FUNDACAO JOSE ARTHUR BOITEUX	83.472.860/0001-55	AJU	R\$ 208.560,00	R\$ -
237/2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	83.899.526/0001-82	AJU	R\$ 48.960,00	R\$ 45.900,00
237/2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	83.899.526/0001-82	AJU	R\$ 18.360,00	R\$ -



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

